UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Da punição corporal ao abuso físico de
crianças/adolescentes: caracterização, níveis de gravidade e
variáveis psicossociais associadas

Roberta Noronha Azevedo

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão
Preto da USP, como parte das exigências
para obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia em Saúde e
Desenvolvimento

RIBEIRÃO PRETO

2017

ROBERTA NORONHA AZEVEDO

Da punição corporal ao abuso físico de
crianças/adolescentes: caracterização, níveis de gravidade e
variáveis psicossociais associadas

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
da USP como parte das exigências para
obtenção do título de Mestre em Ciências,
Área: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Rezende Bazon

RIBEIRÃO PRETO

2017

Autorizo a reprodução total ou parcial deste documento, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FFCLRP – Departamento de Psicologia

Universidade de São Paulo

Azevedo, Roberta Noronha

Da punição corporal ao abuso físico de crianças/adolescentes: caracterização, níveis de gravidade e variáveis psicossociais associadas. Ribeirão Preto, 2017.

201 p.:il 30 cm

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento

Orientadora: Bazon, Marina Rezende

1. Punição 2. Abuso da criança 3. Estilo parental 4. Violência na família

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Roberta Noronha Azevedo

Título: Da punição corporal ao abuso físico de crianças/adolescentes: caracterização, níveis de gravidade e variáveis psicossociais associadas

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Às minhas avós, mulheres-lobo, Evany e Mili,

E a todos os participantes deste estudo

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Marina Rezende Bazon, minha orientadora, por ter me ensinado com incansável dedicação, seriedade e competência o Saber, Saber-ser e Saber-fazer agora também em minha caminhada como pesquisadora. Pela imensa paciência para corrigir cada vírgula de meus textos. Pelas conversas informais sobre experiências pessoais que tanto me fizeram crescer.

Aos participantes do presente estudo pela nobreza ao exporem seus pensamentos, sentimentos e experiências quanto à temática tão delicada.

Ao Prof. Dr. Eduardo Saad Diniz e à colega Sara Tirone pelo importante auxílio quanto às referências bibliográficas relacionadas à área do Direito.

Ao André Vilela Komatsu pela generosidade, gentileza, paciência e competência ao executar as análises estatísticas deste trabalho.

Aos pediatras Dr. Nélio Domingos e Prof. Dr. Ivan Savioli Ferraz pelo auxílio e disponibilidade quanto à avaliação dos potenciais de agravo físico relatados pelos participantes.

À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e todos os seus funcionários por disponibilizarem a estrutura para realização deste trabalho.

Às Secretárias de Educação e Desenvolvimento Social do município em que os dados foram coletados pela facilitação no recrutamento dos participantes deste trabalho.

À Profa. Dra. Giovana Veloso Munhoz da Rocha e à Profa. Dra. Patrícia Leila dos Santos pelas contribuições oferecidas no exame de qualificação deste trabalho.

À Mariluci Pereira pelas primeiras coletas de dados feitas com tamanho cuidado e dedicação.

Aos colegas do GEPDIP pela parceria e sensação de pertencimento.

À Zi Cicone e Rodrigo Azevedo, por terem acompanhado mais esse trecho da minha vida com tanta atenção e cuidado.

À Alessandra Dal Bello, Alexandre Fachini e Sérgio Alécio pelo interesse e incentivo constantes. Ao Serginho também pela grande ajuda na busca por pediatras.

À Fabíola Venturini por ter permanecido perto o tempo todo. Pelas conversas que foram tão delicadas, precisas e preciosas. Pelos Encontros tão reconfortantes e fortalecedores.

À Isabel Cristina Carniel pela sabedoria e afeto ao me auxiliar a atravessar o deserto, por chamar minha atenção constantemente para minhas escolhas, por me ajudar a perceber o que é meu.

À Tatiane Lopes Pereira pela rapidez e competência ao fazer a redação do *abstract* do trabalho e por seu jeito único de demonstrar cuidado: “Você não acabou esse mestrado ainda, Roberta?!”

Ao Paulo Pestana por ter sido tão cuidadoso na fase inicial deste processo e pelo interesse demonstrado durante o percurso.

À minha tia Ana Paula Azevedo, meu tio Cláudio Azevedo e minha madrastra Maristela Perez pelo interesse e apoio constantes.

Ao meu pai Francisco Azevedo por ter me ensinado a noção de responsabilidade diante da vida e especialmente do trabalho e por seu amor incondicional que tanto me fortalece.

À minha mãe-filha Adriana Noronha pelo bom humor, pelo incentivo constante, pela disposição, paciência e amor para cuidar de meus filhos durante os momentos em que precisei me ausentar para escrever, fazer disciplinas ou coleta de dados. Sua disponibilidade e cuidado foram fundamentais para que eu tivesse segurança de que chegaria até o fim deste trabalho.

Às minhas avós Evany T. Teixeira e Maria Aparecida Azevedo Noronha por serem meu maior espelho em relação às coisas mais importantes da vida. Não tenho palavras para escrever sobre tudo o que representam para mim.

Aos meus filhos Gael e Faísca pela imensa paciência que tiveram comigo, pela generosidade ao compreenderem minha ausência e, principalmente, por serem minha maior fonte de motivação, coragem e inspiração para seguir a caminhada.

RESUMO

Azevedo, R.N. (2017) *Da punição corporal ao abuso físico de crianças/adolescentes: caracterização, níveis de gravidade e variáveis psicossociais associadas*. [Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências], Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

O uso de punição corporal é altamente frequente e repousa sobre grande aceitabilidade social. As investigações e a discussão sobre no que consiste essa prática e se essa se diferencia do abuso físico ainda são incipientes. A presente investigação pretende contribuir nesta direção ampliando o conhecimento sobre as variações existentes, relativas ao comportamento de castigar fisicamente uma criança/adolescente. Essa foi dividida em dois estudos e os referenciais teóricos adotados foram o Ecológico-transacional proposto por Jay Belsky e o Modelo do Processamento da Informação proposto por Joel Milner. Adotou-se a abordagem quantitativa, com delineamento transversal. Os dados foram coletados utilizando-se os seguintes instrumentos: *Questionário de Caracterização Sociodemográfica*, *Roteiro de Entrevista Semi-estruturada sobre a Prática de Punição Corporal*, *Child Abuse Potential Inventory (CAP)*, *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales – IV (FACES-IV)* e o *Questionário de Apoio Social (QAS)*. O objetivo geral do estudo 1 foi o de verificar se grupos de pais, com e sem histórico de notificação ao Sistema de Proteção Infantil, por abuso físico, se diferenciariam quanto à forma de se aplicar a punição corporal e no plano de variáveis apontadas pela literatura científica como fatores de risco para o abuso físico. A amostra do estudo 1 foi formada por dois grupos de pais/responsáveis: o A (n=47), composto por pais sem histórico de notificação por maus-tratos e o B (n=40), composto por cuidadores assinalados ao Sistema de Proteção. Empreenderam-se análises estatísticas descritivas e comparações. Os resultados indicaram que os pais do grupo B teriam prática de castigo corporal mais grave, em termos de modalidade, partes do corpo da criança sob as quais essa incidiria, frequência e presença de sentimento de irritação ou raiva durante a ação. Ainda, estariam mais expostos aos diversos fatores de risco pesquisados: maior desconforto psicológico – maior instabilidade emocional, sentimentos de inadequação, baixa autoestima, tristeza, ansiedade, confusão e maior rigidez quanto ao padrão de funcionamento cognitivo; menor satisfação conjugal, laços familiares mais frágeis e família como menor capacidade de fazer mudanças em papéis e em regras; maior vulnerabilidade econômica e menor apoio social. O objetivo geral do estudo 2 foi verificar se na amostra como um todo existiriam subgrupos que se diferenciariam quanto ao comportamento de castigar fisicamente e, em caso positivo, analisar as características de cada subgrupo quanto aos fatores de risco mencionados. Empreenderam-se procedimentos estatísticos de clusterização. Identificou-se, assim, a existência de três subgrupos de pais que se discriminariam tanto em relação ao nível de gravidade da punição corporal empregada, quanto em relação a variáveis psicossociais. Notou-se agravamento do comportamento de punição corporal do agrupamento 1 para o 2, e deste para o 3. Quanto aos fatores de risco, os agrupamentos 1 e 2 apresentaram mais semelhanças do que dissemelhanças, sendo que o 3 mostrou-se o mais vulnerável de todos. A análise pormenorizada dos padrões de punição e dos fatores associados denota a natureza heterogênea do fenômeno, o que oferece subsídios importantes para o planejamento de intervenções que sejam específicas às necessidades de cada subgrupo. Apesar dos limites metodológicos da investigação, essa, além da contribuição, colocou novas questões para pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVES: Punição; abuso da criança; estilo parental; violência na família

ABSTRACT

Azevedo, R.N. (2017) *From corporal punishment to physical abuse of children/adolescents: characterization, levels of severity and associated psychosocial variables*. [Dissertation presented as a requirement of the Master in Sciences], Graduation Program in Psychology, Faculty of Philosophy, Sciences and Languages of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

The use of corporal punishment is highly frequent and it lies on great social approval. The investigations and discussions about what this practice consists of and if it differs from physical abuse are still incipient. The present investigation aims to contribute to these discussions, broadening the knowledge on the existent variations, related to the behavior of physically punishing a child/adolescent. This investigation was divided into two studies and the adopted theoretical references were the Ecological-transactional model proposed by Jay Belsky and the Information Processing Model proposed by Joel Milner. A quantitative approach was adopted, with a transverse delineation. The data were collected with the use of the following instruments: *Questionnaire of Social-Demographic Characterization*, *Semi-Structured Interview Protocol on the Practice of Corporal Punishment*, *Child Abuse Potential Inventory (CAP)*, *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales – IV (FACES-IV)* and *the Questionnaire of Social Support (QAS)*. The general objective of study 1 was to verify if groups of parents with a record of physical abuse in the Child Protection Service would differ from groups of parents without the same background, regarding the corporal punishment application and the variables signaled by the scientific literature as risk factors for physical abuse. The sample of the study consisted of two groups: A (n=47), of parents without a record for maltreatments and B (n=40), of caregivers reported to Child Protection. Descriptive statistical analyses and comparisons were made. The results indicated that parents from group B would practice more severe corporal punishment, in terms of modalities, inflicted parts of the body of the child, frequency and presence of irritation or anger feelings during the action. Moreover, they would be more exposed to several researched risk factors: greater psychological discomfort – higher emotional instability, inadequacy feelings, low self-esteem, sadness, anxiety, confusion and more stiffness in the cognitive functioning pattern; lower marital satisfaction, more fragile family bonds and a family less capable of making changes in roles and rules; more economic vulnerability and lower social support. The general objective of study 2 was to verify in the whole sample if there were subgroups that would differ according to the behavior of physically punishing, and if so, to analyze the characteristics of each subgroup regarding the mentioned risk factors. Statistical cluster analyses were accomplished. It was identified the existence of three subgroups of parents who would differ according to the severity of the applied corporal punishment and to the psychosocial variables. It was noted an aggravation on the behavior of corporal punishing in group 1, in relation to group 2, and from group 2 in relation to group 3. Regarding the risk factors, groups 1 and 2 presented more similarities than differences, and group 3 was shown as the most vulnerable one. The detailed analysis of the punishment patterns and the associated risks indicates the heterogeneous nature of the phenomenon, which offers important data to intervention plans that are specific to each group's need. Although there were methodological limitations in this investigation, it contributed to the issue and posed new questions to future researches.

KEY-WORDS: Punishment; child abuse; parental style; family violence

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Classificação Socioeconômica dos participantes dos grupos A e B de acordo com a Classificação Critério Brasil	99
Figura 2 – Dendograma com apresentação da formação dos agrupamentos.....	139
Figura 3 - Distribuição de cuidadores por agrupamento que referiram usar tabaco e drogas ilícitas	144
Figura 3 - Distribuição de cuidadores por agrupamento que referiram usar álcool e a frequência de seu consumo	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fatores de risco para a punição corporal encontrados na revisão de literatura	46
Tabela 2 - Fatores de risco para o abuso físico encontrados na revisão de literatura.....	54
Tabela 3- As modalidades de punição e suas respectivas pontuações na escala de gravidade	90
Tabela 4 - As partes do corpo da criança sobre os quais incide a punição e as respectivas pontuações atribuídas, em termos de gravidade	92
Tabela 5 - Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto ao estado civil.	97
Tabela 6 - Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto à ocupação.	98
Tabela 7 - Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto ao recebimento de benefícios sociais.....	99
Tabela 8 - Comparação estatística dos grupos em termos de média e desvio padrão quanto à idade dos participantes, idade em que teve o primeiro filho, número de filhos, anos de estudo e índice de aglomeração na residência.....	100
Tabela 9 - Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem em termos do consumo de substâncias	101
Tabela 10 - Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem em termos da satisfação com a relação conjugal	101
Tabela 11 - Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto às mudanças de residência nos últimos dois anos	102
Tabela 12 - Comparação estatística dos grupos quanto às variáveis que remetem à gravidade da punição corporal – modalidades de punição corporal, local do corpo da criança, frequência da punição corporal e presença de sentimento de raiva	102
Tabela 13 - Comparação estatística dos grupos em termos de médias e desvios-padrão nas escalas do Inventário CAP	103
Tabela 14 - Comparação estatística dos grupos em termos de médias e desvios-padrão nas escalas do FACES-IV	104
Tabela 15 - Comparação estatística dos grupos em termos de médias e desvios-padrão nas escalas do QAS	105
Tabela 16 - Coeficiente de correlação de Spearman entre as variáveis consideradas parâmetro da gravidade da punição corporal e as escalas do CAP	134
Tabela 17 - Coeficiente de correlação de Spearman entre as variáveis consideradas parâmetro da gravidade da punição corporal e as escalas do FACES-IV	136
Tabela 18 - Coeficiente de correlação de Spearman entre as variáveis consideradas parâmetro da gravidade da punição corporal e as escalas do QAS	138
Tabela 19 - Comparação estatística das médias dos agrupamentos nas variáveis (padronizadas) que remetem à gravidade da punição corporal	140

Tabela 20 - Composição dos agrupamentos de acordo com o grupo de origem de seus indivíduos	141
Tabela 21 - Comparação estatística das médias e desvio-padrão dos agrupamentos quanto à idade dos participantes, número de filhos, idade que tinha quando teve o primeiro filho e anos de estudo.	141
Tabela 22 - Comparação estatística da distribuição das famílias por agrupamento em termos de frequência e porcentagem de acordo com o estado civil	142
Tabela 23 - Comparação estatística da distribuição dos participantes por agrupamento em termos de frequência e porcentagem de acordo com sua ocupação	142
Tabela 24 - Comparação estatística da distribuição das famílias por agrupamento de acordo com a classe socioeconômica	143
Tabela 25 - Comparação estatística da distribuição das famílias por agrupamentos em função de acordo com o recebimento de benefícios sociais.....	143
Tabela 26 - Comparação estatística da distribuição dos participantes, por agrupamento, em termos de frequência e porcentagem quanto à satisfação conjugal.....	145
Tabela 27 - Comparação estatística dos agrupamentos em termos de média e desvio padrão nas escalas do Inventário CAP	146
Tabela 28 - Comparação estatística dos agrupamentos em termos de média e desvio padrão nas escalas do FACES-IV	147
Tabela 29 - Comparação estatística dos agrupamentos em termos de média e desvio padrão nas escalas do QAS	148

SUMÁRIO

Introdução	25
1. Revisão da Literatura	29
1.1. A punição corporal e o abuso físico	30
1.2. As punições corporais, os abusos físicos e as leis	37
1.3. Os fatores de risco para a punição corporal e para o abuso físico	42
1.4. Os principais modelos explicativos para o abuso físico	55
1.5. Punição corporal e abuso físico: prevalência e consequências	62
ESTUDO 1	77
2. Objetivos	79
3. Método	81
3.1. Participantes	81
3.2. Instrumentos	82
3.3. Procedimentos de coleta de dados	87
3.4. Procedimentos de análise dos dados	89
3.5. Aspectos éticos	93
4. Resultados	97
5. Discussão	107
ESTUDO 2	125
6. Objetivos	127
7. Método	129
7.1. Participantes	129
7.2. Instrumentos	129
7.3. Procedimentos de coleta e de análise dos dados	129
8. Resultados	133
9. Discussão	150
10. Considerações finais	167
Referências Bibliográficas	172
Anexos	187

INTRODUÇÃO

Atuando há alguns anos como psicóloga na área social comunitária e, atualmente, no contexto de um CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), me deparo constantemente com situações complexas, envolvendo famílias e crianças, que certamente afetam o desenvolvimento humano e carecem de investigação científica. Dentre as muitas questões suscitadas pelas diferentes situações, a eleita para ser aprofundada nesta pesquisa diz respeito à punição corporal aplicada por pais/cuidadores, no contexto das práticas de criação dos filhos, pelo fato desta remeter a um tipo de demanda recorrente e de difícil manejo, no cotidiano de programas e serviços de proteção especial.

Sabe-se que em muitas famílias (talvez, na maioria das brasileiras) as crianças são submetidas a punições corporais/castigos físicos. Todavia, apenas uma pequena parcela dessas punições é notificada aos órgãos competentes sob a denominação de “abuso” ou de “maus-tratos físicos”. Ou seja, embora sem critérios claramente estabelecidos, na comunidade procede-se a uma espécie de “seleção de casos”, de modo que algumas ações de punição corporal são bem toleradas, e até legitimadas, ao passo que outras não, por parecerem ultrapassar determinados limites.

Diante desse panorama, várias indagações são suscitadas: entre os casos notificados e não notificados, há efetivamente diferenças no tocante às punições corporais no que concerne às situações em que ocorrem, à frequência com que ocorrem, à gravidade no que respeita à ameaça à integridade física da criança, ou às partes do corpo sobre as quais incide? Há distinções significativas a respeito das razões ou das motivações que subjazem às ações de pais/cuidadores? Em quais aspectos? Os pais/cuidadores envolvidos nessas situações apresentam dificuldades diferentes, em termos de natureza e/ou intensidade, relativas às práticas educativas? As famílias se distinguem em termos de recursos aos quais têm acesso?

Essas e outras indagações inserem-se no tenso campo das discussões sobre o seguinte ponto: deve-se considerar ou não toda forma de punição corporal como sendo um abuso, ou seja, como uma modalidade de violência doméstica contra a criança? De um lado, se se considera que toda forma de punição corporal é uma forma de abuso, todas as famílias em que as punições ocorrem requerem/necessitam de algum tipo de intervenção? Se sim, as intervenções, em termos de conteúdo e de forma, podem ser as mesmas em todos os casos?

De outro lado, se nem toda forma de castigo físico deve ser considerada abuso, há como estabelecer um critério limite entre uma coisa e outra?

Essas perguntas, situadas na interface de proposições éticas, legais e científicas, nortearam a elaboração e a proposição desta pesquisa. Cumpre frisar que o tema tem sido estudado no contexto do GEPDIP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial, do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo - FFCLRP-USP, sob a coordenação da Profa. Dra. Marina Rezende Bazon. A intenção é ampliar o conhecimento sobre as características do fenômeno e, especialmente, sobre os mecanismos envolvidos na sua produção, bem como sobre formas efetivas de intervir, tendo em vista os princípios da proteção integral à criança.

Para a realização do trabalho, foram empreendidos dois estudos a partir da mesma coleta de dados. O primeiro estudo (Estudo 1) teve como foco verificar a existência (ou não) de diferenças significativas entre dois grupos distintos de pais/cuidadores que recorrem a uso da punição corporal, no escopo de suas práticas parentais, no tocante a determinadas características sociodemográficas e psicossociais referidas na literatura científica especializada como fatores de risco para o abuso físico infantil, sendo um grupo formado por responsáveis sem histórico de notificação por abuso físico infantil e outro por responsáveis notificados por abuso físico, ao sistema de proteção. No segundo estudo (Estudo 2), utilizando os dados coletados junto aos pais/responsáveis dos dois grupos, conjuntamente, o foco foi verificar a existência de agrupamentos em termos de gravidade/seriedade da punição corporal, empregando-se, para tal, parâmetros relativos à suas modalidades, partes do corpo da criança sobre as quais incide, sua frequência e presença ou não de sentimento de irritação/raiva no adulto, ao castigar fisicamente. Verificada a existência de agrupamentos significativamente distintos, o foco foi analisar as características de cada um, concernindo às variáveis psicossociais tidas pela literatura como fatores de risco para a punição corporal e para o abuso físico.

O texto seguir, além de descrever pormenorizadamente cada um destes estudos, com suas seções específicas, referentes a objetivos, métodos, resultados e discussão, apresenta, inicialmente, uma revisão da literatura em torno dos tópicos considerados relevantes à investigação implementada (definições sobre punição corporal e abuso físico de crianças e adolescentes, as leis que abordam punição corporal e abuso físico, os fatores de risco para punição corporal e abuso físico, os modelos explicativos sobre abuso físico, prevalência e consequências de punição corporal e abuso físico), e, ao final, as considerações, nas quais se

sintetiza os principais achados, bem como os limites da pesquisa, e os apontamentos sobre investigações futuras alinhadas a esta.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Há evidências de que, ao longo da história, crianças, por toda parte, são sujeitadas, por diferentes razões, a toda sorte de violência: trabalho forçado, encarceramento, agressões/humilhações, mutilações, sacrifícios/assassinatos, abandono e humilhações (Zigler & Hall, 1989; Trindade, 1999; Azevedo & Guerra, 2001; Scanappieco & Cornnell-Carrick, 2005). Nesse quadro, o castigo físico, há milênios, é utilizado sob a alegação de que se presta à educação/socialização das crianças. Observam-se nos textos sagrados, como na Bíblia ou no Alcorão, menções a situações em que as crianças eram submetidas a eles. Na Bíblia Sagrada, por exemplo, há versículos que tratam da forma de disciplinar as crianças (Zigler & Hall, 1989; Weber, Viezzer & Brandenburg, 2004): “Não poupes ao menino a correção: se tu o castigares com a vara, ele não morrerá; castigando-o com a vara salvarás sua vida da morada dos mortos” (Weber, et al., 2004, p.227).

A partir do século XVII, a teologia cristã, inclusive, passou a favorecer os castigos corporais e outras formas de maus-tratos físicos a crianças, tendo por base, sobretudo, as reflexões de Santo Agostinho, referente ao fato de a criança tender para o mal, por nascer sob a égide do pecado original. Assim foi que a imagem da criança passou a ser associada ao pecado e, portanto, à crença de que, por tender ao mal, necessitaria de intensa vigilância e correção/punição (Weber et al., 2004).

Ariés (1978) explica que a consideração da infância como uma etapa específica do desenvolvimento humano, portadora de características que ensejam proteção e cuidados, é recente na história da humanidade, tendo essa sido propiciada pelas condições que a modernidade proporcionou, especialmente após o iluminismo, concomitantes às transformações no papel da família na sociedade. Assim é que a representação da infância, ao longo dos últimos três séculos, foi se transformando até que a criança passou a ocupar, no século XX, um papel central na família, e esta passou a ser responsabilizada por seus cuidados e educação, devendo zelar por seu bem-estar. Desde então, também em função das teorias freudianas, houve uma intensa valorização da maternidade e dos cuidados que as mães devem prestar a seus filhos, colocando a infância como o período mais importante do desenvolvimento humano e para a construção da personalidade humana (Lins, 2012).

Nesta esteira, as situações de violência às crianças na família passaram, gradativamente, a preocupar a sociedade. Assim, foi se configurando a representação social dos maus-tratos enquanto problema social (Cicchetti & Carlson, 1989). Nos anos de 1960, em função dos

avanços na radiologia pediátrica, situações nas quais crianças sofriam injúrias, devido aos maus-tratos físicos, tornaram-se evidentes. Nessa esteira, o médico Henry Kempe e alguns colegas, em 1962, publicaram um artigo científico propondo uma classificação médica para as injúrias por eles causadas a crianças, denominando, então, o fenômeno como “*the battered child syndrome*”. Com isso, conquistaram para os maus-tratos a qualidade de problema médico, o que provocou o interesse da ciência pelo tema (Cicchetti & Carlson, 1989; Ochotorena & Madariaga, 1996; Gershoff, 2008).

Com isso, foi se avolumando evidências relativas à elevada prevalência e à gravidade das consequências negativas para as crianças, dos maus-tratos físicos, o que concorreu para que se consolidasse a concepção destes como problema social e de saúde pública (Gershoff, 2008; Zanoti-Jeronymo et al., 2009; Bérghamo & Bazon, 2012; Radford, Corral, Bradley & Fisher, 2013). Todavia, apesar dos avanços no plano das representações sociais relativas à infância e a seus problemas, a distinção (ou indistinção) entre punição corporal e maus-tratos ou abusos físicos de crianças não foi plena ou objetivamente estabelecida. Tanto socialmente quanto cientificamente, permanece legítimo fomentar o debate em torno desta questão.

1.1. A Punição Corporal e o Abuso Físico

Na atualidade, psicólogos e outros profissionais dividem-se, em termos de opinião, quanto à questão de a punição corporal trazer benefícios que podem superar o risco que ela representa ao desenvolvimento infantil. Alguns consideram que seu uso, numa determinada medida, é eficaz e desejável, pois consiste em uma consequência clara a um comportamento considerado inadequado e, assim, incita obediência imediata (Baumrind, 1996; Baumrind, Larzelere & Cowan, 2002; Larzelere & Khun, 2005). Explicam que a palmada ocasional e leve pode ainda aumentar a eficácia de outras estratégias disciplinares como, por exemplo, a explanação e o *time-out* (expressão utilizada para o que, no Brasil, comumente se denomina como “colocar de castigo”, ou seja, colocar a criança sozinha em outro ambiente ou afastada em um canto, por alguns minutos).

Ademais, os autores que defendem o uso da punição corporal sugerem que a literatura científica sobre os efeitos negativos desta prática focaliza em seus estudos, formas mais severas de punição física; assim, suas conclusões não são aplicáveis ao cenário mais comum que é o uso leve de punição corporal (associado, em geral, a palmadas ocasionais). Nessa linha, Larzelere (2000) sublinha que as seguintes condições caracterizam o uso apropriado da punição corporal: a) não ser muito severa; b) ser motivada por uma preocupação com a criança; c) ser aplicada em crianças com idades entre 2 e 6 anos; d) com os pais se sentindo

sob controle emocional; e) ser utilizada em local privado (não expor a criança publicamente); f) ser utilizada de maneira flexível; g) ser utilizada após um único aviso; h) ser combinada com outras estratégias disciplinares. Adotando um outro ponto de vista, organizações e associações de profissionais de pediatria e de psicologia, consideram a punição física ineficaz e prejudicial, pois está sempre associada a um grande número de efeitos negativos sobre o comportamento da criança; portanto, ela compromete o desenvolvimento infantil, ferindo, assim, seus direitos (American Academy of Pediatrics, 1998; Gershoff, 2002a; Canadian Paediatric Society, 2004; Canadian Psychological Association, 2004; American Psychological Association, 2012).

Nesse panorama, situa-se o debate sobre a equivalência ou não entre punição corporal/castigo físico e abuso físico, sendo um obstáculo ao avanço científico na área, justamente, a falta de consenso entre os diversos grupos de estudiosos a respeito do que deve ser concebido como sendo uma prática abusiva (Cicchetti & Carlson, 1989; Gershoff, 2002a; Martín, 2003; Weber et al., 2004; Gershoff, 2008; Fréchette, Zoratti & Romano, 2015). Weber et al. (2004) apontam para o fato de nas investigações trabalhar-se, geralmente, com situações que remetem a comportamentos parentais muito diferentes, reunidas sob a categoria “abuso físico”, sem que se traga uma definição operacional que permita, a partir dela, estipular limites entre o que é o que não é abuso. Fréchette et al. (2015) sublinham, assim, que prevalece a falta de clareza e de acordo científico quanto ao ponto a partir do qual a punição corporal se transforma em abuso físico.

Martín (2003) problematiza o que encontrou em estudos sobre tema. Quanto aos conceitos de abuso físico e de punição corporal, observa que na maior parte dos estudos com os quais trabalhou não são apresentadas definições dos conceitos estudados e que apenas uma pesquisa se dedicou a isso. Observa que a despeito do grande número de estudos sobre abuso físico, poucos são os que se dedicaram a explicar os conceitos e a compreender o que seria considerado castigo corporal. Sublinha, ademais, que são conceitos distintos e que as principais variáveis que os diferenciam são: a natureza da intenção dos pais/responsáveis (educar, no caso da punição física; provocar sofrimento, no caso do abuso físico), a severidade dos castigos (no abuso haveria presença de lesões nas crianças, provocadas pelo comportamento parental) e os efeitos produzidos no comportamento infantil (mais nefastos no caso dos abusos). É interessante notar, nessa proposição, que o que diferencia punição corporal e abuso físico, à exceção da natureza da intenção atribuída à ação que, em tese, poderia ser aferida a priori, os critérios de diferenciação remetem a consequências que só

poderiam ser aferidas a posteriori, ou seja, após a realização da ação (presença de lesões ou não; efeitos no comportamento infantil).

Na língua inglesa, termos como *physical punishment* (punição física), *corporal punishment* (punição corporal), *harsh punishment* (punição severa), *spanking* (palmada/tapa), *striking* (bater), *hit with object* (golpear com objeto), *beating* (bater), *hitting* (bater) permeiam a literatura e se referem a situações de punições físicas que vão das mais leves às mais severas. Gershoff (2002a, 2002b, 2008, Gershoff, Sexton, Lansford, Deis-Kean & Sameroff, 2012) diferencia tais denominações, apontando que comportamentos que não provoquem danos físicos, como tapas, podem ser considerados punição física, enquanto comportamentos que configurem risco de provocar lesões e/ou sofrimento significativo, como chutar, queimar, perfurar, socar, devem ser considerados abuso físico. Black, Heyman & Slep (2001) sublinham a importância de não se considerar todo comportamento parental de agressividade como sendo um abuso. Esses autores mencionam que comportamentos de agressividade parental são comuns a quase todos cuidadores e defendem a necessidade de se avaliar o grau de injúria provocado na criança. Nessa mesma linha, Ferguson (2013) distingue a palmada (*spanking*) da punição corporal (*corporal punishment*). Indica que a palmada se refere especificamente a uma punição corporal leve com o uso das mãos abertas nas nádegas ou extremidades do corpo (braços e pernas). A punição corporal, para o autor, abrange uma diversidade maior de comportamentos; ela pode incluir a palmada, mas refere-se também a outras ações como bater com objeto, empurrar, chacoalhar, dar tapas no rosto, dentre outros. Sublinha ainda que é importante diferenciar a punição física (ou corporal) do abuso físico que inclui comportamentos com maior potencial de lesões e fraturas.

Vale denotar que em todas essas explanações que “provocar lesões ou ter potencial de provocar lesões” é um critério importante, atrelado ao que se considera abuso físico. Há, conforme o já mencionado, nesse plano, um importante desafio à efetiva distinção entre castigo físico/punição corporal e abuso físico, inerente à questão da temporalidade: ações inicialmente classificadas como punição/castigo físico podem vir a ser consideradas abusivas, num segundo momento, a depender de suas consequências.

O levantamento bibliográfico realizado permite observar quanto às classificações, que o instrumento *Conflict Tactics Scale – Parent to Child* é um dos mais utilizados para identificar ações consideradas abusivas. De acordo com os estudos que o utilizam, os seguintes comportamentos parentais denotariam abuso: 1) dar socos ou chutes fortes; 2) agarrar envolta do pescoço (estrangular) ou sufocar; 3) golpear muitas vezes, “o mais forte que puder”; 4) bater em alguma parte do corpo (com exceção das nádegas) com cinto ou escova de cabelo, vara ou outro objeto duro; 5) Atirar ou jogar a criança no chão (Guterman, Lee, Lee,

Waldfoegel & Rathouz, 2009; Zanoliti-Jeronymo et al., 2009; Wong, Chen, Goggins, Tang & Leung, 2009; Alexandre, Nadanovsky, Moraes e Reichenheim, 2010; Cappa & Khan, 2011; Fréchette, et al., 2015).

Larrivée, Tourigny e Bouchard (2007) não apresentam definições, mas também descrevem modalidades de ação que consideram ser abuso físico: a) punição corporal abusiva, com uso da força física para corrigir a criança; b) brutalidade impulsiva e irracional, como golpear a criança quando em estado emocional desorganizado, sendo tal ação sem relação direta e/ou proporcional ao comportamento da criança; c) *shaken baby syndrome*; d) privação física excessiva, que remete ao ato de deixar criança sem comida ou água; e) restrições físicas excessivas como, por exemplo, trancar a criança em um cômodo. Nessa listagem, nota-se que os autores ampliam o leque de ações que consideram abuso físico para além daquelas normalmente referidas, que implicam em uma ação física direta sobre o corpo da criança/adolescente.

Em termos de definições, algumas proposições referentes a abuso físico são identificadas. Widam, em 1989 (citado por Martín, 2003), definiu o abuso físico como sendo “um comportamento cruel direcionado às crianças ou aos adolescentes que, por interesse individual, inflige, desnecessariamente, castigo corporal severo ou sofrimento físico”. O Departamento de Serviços de Saúde Norte Americano propõe a seguinte definição para o abuso físico: “o abuso físico é causado pela infligência de sofrimento físico como resultado de perfuração, golpes, chutes, cortes, queimaduras, sacudidas ou outros comportamentos danosos à criança. O responsável ou cuidador pode não ter a intenção de machucar a criança; sua ação pode ser resultado de excesso de disciplina ou de punição corporal” (National Clearinghouse on Child Abuse and Neglect Information, 2000, citado por Gershoff, 2002a, p.540). Já a Organização Mundial da Saúde e a Sociedade Internacional para a Prevenção dos Abusos e das Negligências às Crianças propõem que o termo maus-tratos a crianças (*child maltreatment*) seja concebido como um conceito “guarda-chuva”, abrangendo todas as formas de abusos e de negligências situadas no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e poder (com um cuidador/responsável), com potencial de resultar em prejuízo para a sobrevivência da criança, para a sua saúde, seu desenvolvimento ou sua dignidade. Daí, estabelecem que o abuso físico consiste em “uso intencional da força física contra a criança que resulta em – ou tem alta probabilidade em resultar em – em prejuízo para a sobrevivência da criança, para a sua saúde, seu desenvolvimento ou sua dignidade. Isso inclui bater, surrar, chutar, chacoalhar, morder, estrangular, queimar/escladar, envenenar e sufocar, sendo que

muitas dessas ações seriam infligidas com o objetivo de punir (WHO & ISPCAN, 2006). Nessa definição, talvez a mais aceita na atualidade, percebe-se que a ação para, ser considerada abuso, não precisa necessariamente causar lesão no corpo; pode ser apenas potencialmente perigosa e/ou ameaçar tão somente ao desenvolvimento, assim como ferir à dignidade da criança.

Quanto à punição corporal, a definição mais utilizada nos artigos revisados é a proposta por Straus (1994, citado por Gershoff, 2002a): “punição corporal é o emprego da força física com intenção de causar dor, mas não lesão (*injury*), com o objetivo de corrigir ou controlar o comportamento da criança” (Gershoff, 2002a, p. 540). Já a Organização dos Estados Americanos (2009) coloca que castigo corporal é “todo castigo em que se utilize a força física e que tenha por objetivo causar certo grau de dor ou mal-estar, ainda que seja leve. Na maioria dos casos, trata-se de bater nas crianças (tapas, bofetadas, surras) com a mão ou com algum objeto: chicote, vara, cinto, sapato, colher de pau, etc. Mas também pode consistir, em dar pontapés, sacudir ou empurrar as crianças, arranhá-las, beliscá-las, mordê-las, puxar os cabelos ou as orelhas, obrigá-la a ficar em posições incômodas, produzir-lhes queimaduras, obrigá-las a ingerir alimentos fervendo ou outros produtos (por, exemplo, lavar sua boca com sabão ou obrigá-las a comer alimentos picantes)” (OEA, 2009, p.4). Nessa explanação, nota-se uma concepção abrangente que inclui desde as ações de punição corporal leves, até as mais graves que, de acordo com a maior parte dos apontamentos, seriam abusos físicos.

Nessa direção, embora haja quem indique que apenas alguns comportamentos punitivos mais violentos configuram abuso (Black et al., 2001; Gershoff, 2002a; Martín, 2003, Ferguson, 2013), outros consideram que qualquer forma de punição física é abusiva na medida em que fere a dignidade da criança, tomando por base as proposições da Convenção dos Direitos da Criança (1989), ratificadas pela maioria dos países (Vargas et al., 1995, American Academy of Pediatrics, 1998; Organização dos Estados Americanos, 2009; American Psychological Association, 2012).

Ao longo dos anos, pesquisadores tentaram identificar variáveis inerentes à ação que pudessem discriminar um fenômeno de outro, como por exemplo, a natureza da intenção do responsável/cuidador, o uso ou não de instrumentos (artifícios) e a parte do corpo da criança na qual a punição incide; entretanto, não se obteve sucesso na análise dessas variáveis, uma vez que parecem não discriminar os fenômenos (Durrant, & Ensom, 2002). A presença ou não de lesões (*injury*) é, conforme o já sublinhado, outra variável frequentemente cogitada na distinção entre punição física/corporal e abuso físico. Além dos apontamentos feitos sobre o desafio de empregar como critério “lesões”, uma vez que só se pode decidir sobre o fato de haver ou não abuso posteriormente à ação realizada, explana-se que tanto punição corporal

quanto os abusos físicos são formas de violência física, pois constituem-se no uso da força física sobre o corpo da criança/adolescente, tendo, portanto, a mesma fonte. De acordo com tal perspectiva, a violência física contra a criança/adolescentes configura-se como um *continuum* referente à intensidade da força utilizada para disciplinar a criança (Wolf & McIsaac, 2011; Trocmé, Tourigny, MacLaurin & Fallon, 2003).

Há, entretanto, quem defenda que, embora ambas as ações possam ser consideradas violências, essas são diferenciáveis em termos de menor ou maior gravidade, ou seja: violências leves (como as palmadas e alguns tipos de punição física) e violências graves (como dar um soco e outras situações normalmente consideradas como abuso físico), devendo ser essas duas formas de violência concebidas como fenômenos qualitativamente distintos, tendo, assim, mecanismos de produção também distintos (Straus & Gelles, 1986).

Emery e Laumam-Billings (1998 citado por Gonçalves, 2004) propõem distinguir entre duas formas de violência contra crianças/adolescentes na família: uma leve ou moderada, que designam como maus-tratos; e uma grave, para a qual reservam a classificação de violência familiar. Os próprios autores argumentam que esta distinção envolve certo grau de arbitrariedade. Todavia, segundo eles, ela teria alto valor operacional. Com base nela, os profissionais teriam mais segurança para optar por apoiar a família e trabalhar em prol da melhoria das relações entre pais e filhos ou por afastar temporariamente ou definitivamente de casa pais excessivamente violentos/abusivos. No caso dos maus-tratos, o risco de dano físico seria mínimo. No da violência os riscos seriam elevados.

Nessa esteira, Larrivé et al. (2007), em interessante estudo sobre casos notificados ao sistema de proteção infantil do Québec, Canadá, observaram padrões distintos de abusos físicos, denotando prováveis diferenças relacionadas aos fatores associados e às causas, ao comparar casos em que o abuso físico parecia ocorrer sozinho, sendo ele a única problemática, e casos em que havia associação deste com outras formas de maus-tratos. Nos casos de co-ocorrência de modalidades de maus-tratos verificou-se um maior número de problemas sociais e de saúde e maior dificuldade financeira. Nestas situações, identificou-se também maior gravidade dos abusos físicos, maior tendência de as situações serem crônicas e maior probabilidade de que todos os filhos da prole fossem punidos fisicamente. Nesse padrão de problemática, verificou-se maior probabilidade de as crianças serem vítimas de uma brutalidade irracional e impulsiva, sendo os cuidadores mais fortemente caracterizados por desorganização emocional, apresentando dificuldades adicionais como uso abusivo de álcool ou expostos a situações de extrema frustração. Paralelamente, nos casos em que o

assinalamento se referia a um padrão caracterizado pela ocorrência do abuso físico apenas, observou-se, com maior frequência, o fato de as situações parecerem ser episódicas, ou seja, de os abusos serem esporádicos ou únicos.

Baseando-se nesses resultados, os autores propõem uma abordagem das situações de abuso físico por meio da diferenciação dos casos, em termos etiológicos. Nos casos com presença de abuso físico apenas, sugerem o emprego do conceito de dis-normalidade, para caracterizar a situação; com relação aos casos em que os abusos estariam associados a outras formas de maus-tratos, propõem o emprego do conceito de dis-funcionalidade do ambiente. Os autores apontam que, em aproximadamente, metade dos casos havia associação de abuso físico com outras formas de maus-tratos, aspecto que acreditam ser frequente em outros estudos. Ressaltam, assim, que há grande probabilidade de as pesquisas empreendidas sobre abuso físico estarem, na realidade, trabalhando com amostras envolvendo situações mistas (de dis-normalidade e dis-funcionalidade), o que pode estar gerando conclusões enviesadas sobre a produção de tal fenômeno.

Gonzalez, Durant, Chabot, Trocmé e Brown (2008) retomam a discussão sobre o fato de as formas mais sérias e menos sérias de abuso serem fenômenos diferentes, indicando também que uma das maneiras de verificar a validade desse posicionamento é investigar se fatores distintos (de risco) predizem a presença e a severidade das lesões na criança (pois, segundo os autores, esse seria o critério objetivo a diferenciar punição corporal de abuso físico). Nessa direção, os autores realizaram, também no Canadá, estudo com amostra nacionalmente representativa, com objetivo de verificar o poder de predição de determinadas variáveis, no plano das características da criança, no das características do perpetrador e no contexto socioeconômico, quanto à presença ou à ausência de lesões, em casos notificados por abuso físico. Foram focalizadas as seguintes variáveis: idade e sexo da criança, funcionamento da criança (problemas de saúde mental, atrasos desenvolvimentais, deficiências físicas e mentais, problemas comportamentais na escola, envolvimento em situações de prostituição, envolvimento em atos infracionais, agressividade e outros problemas de comportamento); funcionamento do perpetrador (transtornos mentais, atrasos cognitivos, abuso de álcool e drogas, envolvimento criminal e problemas de saúde física); estresse econômico (desemprego, emprego sazonal e recebimento de benefícios econômicos assistenciais) e estresse social (isolamento social e falta de apoio social).

Vale dizer que os casos em que havia lesão e os que não havia não puderam, todavia, ser distinguidos com base em nenhuma das características estudadas da criança, do perpetrador e socioeconômicas. Desse modo, os autores colocam em questão o critério “presença de lesões”, a fim de identificar situações de abuso físico.

No presente estudo adota-se o posicionamento teórico de que variadas formas de punição corporal/castigo físico constituem-se em abuso, independentemente do fato de causar ou não lesões no corpo da criança/adolescente, uma vez que qualquer que seja a ação, fere-se sua dignidade. Assim, coaduna-se com a definição ampla proposta pela Organização Mundial da Saúde e Sociedade Internacional para a Prevenção dos Abusos e Negligências em Crianças (2006). Pressupõem-se, contudo, na linha do que coloca Larrivé et al. (2007), a existência de diferentes níveis de gravidade do problema, devendo-se entender os abusos físicos como um fenômeno heterogêneo, seja em termos do comportamento manifesto (natureza e frequência), seja em termos dos fatores de risco e mecanismos associados. Ou seja, há abusos físicos mais ou menos graves, que se diferenciam em algumas variáveis de caracterização como, por exemplo, forma/modalidade de ação sobre o corpo da criança/adolescente e frequência de ocorrência. Assim, os abusos mais ou menos graves seriam também diferenciáveis em termos de mecanismos de produção, ou seja, de fatores atrelados. Pressupõem-se que alguns desses fatores sejam semelhantes aos examinados por Gonzalez et al. (2008); aposta-se, porém, em outros mais proximais como, por exemplo, crenças e valores dos responsáveis/cuidadores relativos à infância/criança.

1.2. As punições corporais, os abusos físicos e as leis

Ao bem da verdade, as definições de abuso físico (e eventuais distinções de castigo corporal), para além dos subsídios científicos, variam bastante, pois são baseadas nos valores de uma sociedade a respeito da maneira apropriada de educar uma criança. O que é considerado abuso hoje, não foi visto dessa forma antes de 1960 e, provavelmente, será visto diferentemente nas próximas décadas (Scanapiece & Cornell-Carrick, 2005). Em estudo conduzido em 2006, pela Sociedade Internacional para Prevenção dos Abuso e Negligências em Crianças (IPSCAN), servidores públicos de 64 países foram questionados a respeito das legislações e das políticas públicas, de seu país, com respeito ao abuso infantil. A punição corporal foi o comportamento menos citado no rol daquilo que se considerou abuso nos diversos países, principalmente na África e na Ásia. O estudo sugere que essa visão com respeito à punição corporal reflete uma continuidade da aceitação social para o seu uso, sendo essa amplamente considerada como meio legítimo de se educar uma criança (WHO & IPSCAN, 2006).

Todavia, desde a Convenção sobre os Direitos da Criança, ocorrida em 1989, os organismos internacionais e multilaterais de defesa e promoção dos direitos humanos passaram a defender a necessidade de que as crianças sejam educadas sem serem submetidas a qualquer tipo de castigo físico. Ribeiro (2016) refere que os países signatários, têm sido convocados a especificar em lei a proibição dos castigos corporais, o que tem ocorrido de maneira gradual, embora com resistências e lentidão por parte de muitos países. Sublinha que até o presente momento, apenas um terço daqueles países seguiram a recomendação de legislar sobre o castigo corporal.

A Suécia foi o primeiro país a proibir a punição corporal de crianças, em 1979. Em paralelo à promulgação da Lei, foram realizados trabalhos educativos com a população, a fim de que o ordenamento jurídico fosse efetivo e impactasse a prática parental no cotidiano (Gershoff, 2002a; Gershoff, 2008; Morlachetti, 2010; De Souza, 2011; Romano, Bell & Norian, 2013, Ribeiro, 2016). Ao longo dos anos, outros países passaram a proibir em lei o castigo físico em suas legislações: Croácia, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Itália, Sudão do Sul, Tunísia, dentre outros. Atualmente, 31 países possuem legislação que proíbe o uso da punição física (Romano et al., 2013).

No Brasil, até por volta de 1985, respaldados pelo princípio do *pátrio poder*, os pais, e mais especialmente a figura paterna, tinham o “poder” de decidir sobre a vida dos filhos, tidos como sua “propriedade”; isso incluía a decisão de como educá-los. Em função das discussões promovidas pelos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, nos anos subsequentes, conseguiu-se, em nosso país, a aprovação de emendas constitucionais reiterando princípios básicos da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, aprovada em novembro de 1989, e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto de nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.

Assim, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes como uma obrigação da família, da sociedade e do Estado e, ainda, indica que esses sejam colocados a salvo de qualquer tipo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição da República Federativa do Brasil, 1989). Nessa esteira, o artigo 3º, da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – assegura a todas as crianças e adolescentes os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, resguardando-lhes, ainda, o direito à proteção integral (Lei 8.069/1990, 1990).

Apesar destes ordenamentos terem estabelecido novos parâmetros para o tratamento de crianças e adolescentes, eles não são claros com relação à temática da punição corporal, permanecendo em aberto o espaço para a existência de diferentes opiniões e divergências

sobre o assunto, tanto em meio a leigos, como em meio a profissionais de diversas especialidades que direta ou indiretamente lidam com o segmento infanto-juvenil. No conjunto, as legislações criam contradições e ambiguidades com relação ao uso da punição corporal em crianças (De Souza, 2011). O Código Civil, por exemplo, concebe que os pais, com o intuito de educar os filhos menores, possam utilizar na sua função correcional o direito de castigar seus filhos, o chamado *jus corrigendi* e, dentro disso, proíbe apenas o castigo físico aplicado de maneira “imoderada”, ao dispor em seu artigo 1.638 sobre a perda do poder familiar (Lei 10.406/2002, 2002). Para autores seguidores deste pensamento, o *jus corrigendi* é necessário, uma vez que o dever de educar gera o direito de corrigir e, segundo o Código Civil, apenas o castigo imoderado seria proibido (De Souza, 2011).

Outros autores, em consonância com as normas internacionais referentes aos Direitos da Criança e do Adolescente, afirmam que o castigo surge como um resquício do *pátrio poder* e que a aceitação implícita do “castigo moderado” pelo Código Civil vai de encontro aos direitos fundamentais da pessoa humana, que deveriam ser invioláveis. Desse modo, defensores desta corrente acreditam que todo castigo físico configura uma forma de violência, dado que corrompe a dignidade e o respeito a que todos têm direito (De Souza, 2011).

Com vistas a clarear esses pontos escuros, a chamada Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014) foi promulgada, e assim denominada em homenagem a Bernardo Boldrini, garoto de 11 anos morto em abril de 2014 no Rio Grande do Sul, sendo acusados pelo fato, seu pai e sua madrasta. Também conhecida como Lei da Palmada, essa traz alterações em quatro artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, em uma tentativa de melhor definir o que seria castigo físico e tratamento cruel e degradante, além de alterar as sanções previstas aos que descumprem a Lei.

Para o que interessa ao presente estudo, cabe analisar as alterações propostas no 1º artigo da Lei. Este trouxe alterações ao art.18 e ao art.70 do ECA. A nova redação do art.18-A define que as crianças e os adolescentes têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. Deixa claro que essa é uma obrigação não só dos pais, mas da família ampliada, dos agentes públicos e de qualquer pessoa encarregada de cuidar deles.

O parágrafo único deste mesmo artigo define o que seria considerado castigo físico e tratamento cruel ou degradante, como se segue:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: a) sofrimento físico; ou b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: a) humilhe; ou b) ameace gravemente; ou c) ridicularize.

O artigo 18-B define as medidas que devem ser aplicadas aos pais ou aos agentes públicos, integrantes da família extensa ou qualquer pessoa encarregada dos cuidados das crianças e dos adolescentes, que apliquem castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante. São medidas a serem aplicadas pelo Conselho Tutelar: encaminhamento a programa de proteção à família, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado e advertência.

Quanto ao art. 70-A, esse define que o poder público deverá atuar de forma articulada, na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, além de definir algumas ações nesse âmbito: promoção de campanhas educativas, integração de órgãos destinados à defesa dos direitos da criança e do adolescente, formação continuada de profissionais, incentivo a resoluções pacíficas de conflitos, inclusão de ações, desde o pré-natal, que estimulem os pais à reflexão e os oriente sobre alternativas ao castigo físico, e promoção de espaços intersetoriais para atuação junto a famílias com situação de violência.

Há divergência entre os especialistas em Direito quanto aos avanços que esta lei trouxe. Dias (2014) aponta que a Lei foi importante, principalmente, por aportar algum avanço com relação ao Código Civil, cujo conteúdo admitia o emprego de castigo “moderado”. Com a Lei Menino Bernardo, nem o castigo moderado nem o imoderado são permitidos, e isso representa um progresso importante. A autora ressalta, entretanto, que o uso do castigo físico não foi criminalizado, ou seja, os pais ou responsáveis que têm esse comportamento não estão cometendo crimes e não estão sujeitos a penalidades. Estão sujeitos, outrossim, a medidas de controle social de caráter psicossocial. As medidas tomadas pelos pais ou responsáveis, que entrem em confronto com a Lei, configuram falta ao poder familiar, podendo, contudo, o juiz adotar medidas previstas no Código Civil e Penal. Vale ressaltar que o castigo que resulta em lesão corporal já remetia a comportamento punido por Lei, segundo o Código Penal (arts. 129 e 136). A autora sublinha, no entanto, que o ponto mais frágil da lei Menino Bernardo não se refere propriamente ao castigo físico, mas à violência psicológica e à negligência que, sabidamente, causam danos de iguais proporções e não foram contemplados (Dias, 2014).

Cavalcante (2014), a esse respeito, tem entendimento distinto. Acredita que a menção ao “tratamento cruel e degradante” envolve aspectos relacionados a diversas outras situações,

que fogem ao escopo da punição física, e envolvem aspectos emocionais como, por exemplo, agredir verbalmente ou deixar a criança privada de algo que lhe pareça importante ou de que goste muito. Com relação à questão de considerar a punição corporal como crime, Cavalcante (2014) ressalta que, embora a Lei 13.010/2014 não preveja essa tipificação, dependendo da situação concreta, o castigo físico ou o tratamento cruel ou degradante são passíveis de serem tipificados como crime, de acordo com o Código Penal ou o ECA. O art. 232 do ECA tipifica o delito de submeter criança ou adolescente sob sua autoridade a vexame ou constrangimento. O artigo 129 do Código Penal prevê que se o castigo físico provocar lesão corporal haverá punição com base na Lei. Este Código também prevê, em seu artigo 136, que é crime expor a perigo a vida ou a saúde da pessoa sob sua autoridade, abusando dos meios de disciplina ou sujeitando-a a trabalho inadequado.

Cumprе mencionar, com relação a este aspecto, que o projeto de lei que tramitou, inicialmente, no Congresso Nacional previa que qualquer tipo de punição corporal fosse considerado crime, havendo assim, um abrandamento desta versão original. Com relação à perda do poder familiar, embora a Lei Menino Bernardo não a preveja de forma expressa, essa ação se torna possível por meio de decisão judicial embasada no art. 1638 do Código Civil, que se refere ao castigo imoderado.

Outros estudiosos da área, entretanto, defendem que já havia legislação suficiente no Brasil para o resguardo dos direitos infantis, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Penal e o Código Civil, e apontam que a referida Lei não aportou mudanças significativas (Ávila, 2015). Nessa perspectiva, a Lei Menino Bernardo não proibiu de fato o castigo físico. Apenas foram proibidos castigos que resultem em: a) sofrimento físico ou b) lesões. A grande questão nessa esfera é a ampla margem de manobra para aquilo que será considerado “sofrimento físico”, uma vez que esse parâmetro requer algum tipo de interpretação. Caberá aos juízes, no uso do poder discricionário que têm, definir o que seria tal conceito, baseados no contexto de cada situação (Rodrigues, 2014). Os autores nessa vertente apontam, desse modo, que o que a Lei fez foi conceituar, no universo jurídico, o que seriam condutas consideradas incompatíveis com os direitos infantis.

Ribeiro (2013) analisou a genealogia da elaboração e da tramitação do projeto de lei (PL 7672/2010) que, após sua homologação, foi nomeada de Lei Menino Bernardo. Transcreveu os áudios das reuniões da Comissão Especial constituída na Câmara dos Deputados, para emitir parecer sobre o referido projeto, a fim de analisar esses discursos. A autora explica que, além dos congressistas, especialistas de diversas áreas foram chamados a discursar nas

reuniões: pediatra, neurologista, psicólogo e juristas. Os resultados de seu trabalho apontam para dois discursos predominantes. O primeiro estaria relacionado à violência familiar como principal causadora da violência na sociedade brasileira, como um todo. A família é vista e tida como a principal fonte da violência social, sendo culpabilizada de modo a se ocultar o caráter multifatorial da violência social. O segundo padrão de discurso, identificado pela antropóloga, ao longo os debates travados na Câmara, fariam referências diretas e indiretas, predominantemente, às famílias pobres. A autora conclui pela existência de um “deslizamento” da noção de violência, no sentido desta passar a ser interpretada como uma disfunção das “famílias desestruturadas” (leia-se “famílias pobres”), de forma a tornar invisíveis as variáveis estruturais, econômicas e políticas da etiologia da violência.

É importante frisar que a promulgação da Lei Menino Bernardo também levantou o debate em torno da interferência excessiva ou indevida do Estado nas relações familiares. A maioria dos estudiosos considera que não houve invasão do Poder Público na esfera privada, pois não foram criadas regras de educação infantil, nem mesmo proibidas práticas educativas baseadas na punição física; outrossim, foi reforçada a repulsa do Estado a situações que firam a integridade/dignidade das crianças e dos adolescentes (Pereira, 2014).

Cavalcante (2014) acrescenta que estudos na área da Psicologia e de ciências afins apontam que os castigos físicos não são benéficos, tampouco pressupostos para o desenvolvimento infantil adequado. Além disso, um castigo físico leve pode representar um primeiro passo para castigos mais graves. Desse modo, baseado na própria Constituição Federal, que prevê que é dever não apenas da família, mas também do Estado e da sociedade, assegurar o direito à vida, à saúde, à dignidade e ao respeito às crianças e aos adolescentes, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, assinala que não houve interferência indevida na vida privada. Aponta que o argumento de interferência na vida privada está fundado no Código de Menores, de 1979, que tomava as crianças como objeto de interesse dos pais e não como sujeitos de direitos.

1.3. Os fatores de risco para a punição corporal e para o abuso físico

Ao longo dos anos, pesquisas utilizando diferentes modelos encontraram fatores de risco associados aos maus-tratos às crianças e, particularmente, à punição corporal e ao abuso físico. Cumpre mencionar que pelo levantamento bibliográfico realizado para o presente trabalho, pôde-se observar que o número de pesquisas sobre fatores de risco para a punição corporal é pequeno quando comparado ao de estudos sobre abuso físico. Uma possível

explicação para tal discrepância, talvez seja relacionada à grande prevalência da punição corporal, o que indica uma certa normalidade, ao menos do ponto de vista estatístico. Conforme será apresentado, posteriormente, a prevalência da punição corporal é muito alta; sendo assim, não há muito sentido empreender investigações relacionadas a fatores de risco específicos associados a ela.

O levantamento bibliográfico da presente pesquisa foi feito nas bases de dados *PsychInfo* e *Web of Science*, cobrindo o período de 1998 a 2016. Foram utilizados os seguintes cruzamentos de palavras-chave: *physical punishment and risk factors*; *corporal punishment and risk factors*; *spanking and risk factors* e *physical abuse and risk factors*.

No que se refere à punição corporal, na base de dados *Psychinfo* foram localizados 16 artigos e na *Web of Science*, 27. Quanto ao abuso físico, na base de dados *Psychinfo* foram encontrados 67 artigos e na *Web of Science*, 131.

A maior parte dos artigos encontrados não foram utilizadas para elaboração da presente seção do trabalho, pois versavam sobre temáticas que não eram diretamente relacionadas aos fatores de risco. Tratavam das consequências da punição corporal ou o abuso físico, de outros tipos de abuso que não o físico, sobre populações específicas (como usuários de drogas, militares, pessoas portadoras de transtornos mentais graves, pessoas portadoras do vírus HIV, profissionais do sexo, gestantes, pessoas com engajamento criminal, pessoas com histórico de aprisionamento, pessoas com comportamentos suicidas, crianças com Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade), de outras modalidades de violência doméstica (entre cônjuges e entre irmãos). Outros estudos tratavam ainda de intervenções voltadas a diversos tipos de população e da prevalência de maus-tratos.

Assim, após essa primeira seleção, trabalhou-se com sete estudos sobre os fatores de risco associados à punição corporal e 33 estudos sobre os fatores de risco associados ao abuso físico. Na presente seção apresenta-se uma síntese dos resultados de tais pesquisas, iniciando-se pelos estudos relativos à punição corporal/castigo físico.

No que concerne aos fatores ontogenéticos, relacionados aos pais ou cuidadores, Friedson (2015), em estudo norteamericano, com amostra nacionalmente representativa, estudou a concepção dos mesmos a respeito da relação entre pais e filhos. O autor aponta que pais com concepções autoritárias a respeito da criação de filhos (percepção de hierarquia entre pais e filhos) tinham maiores chances de punirem fisicamente suas crianças.

Quanto à religião, as pesquisas apontam que pais que têm religião protestante conservadora apresentam maior probabilidade de utilizar punição corporal, quando

comparados a pais que não têm ou têm outra religião (Frechette & Romano, 2015). O estudo de Frechette e Romano (2015) investigou ainda a religiosidade dos pais (não a afiliação a uma determinada religião, mas sim a espiritualidade, associada à frequência a algum tipo de serviço ou encontro religioso). Notou que esta se apresentou como fator de proteção, ou seja, pais que tinham uma crença religiosa e frequentavam encontros religiosos faziam menos uso de punição corporal. Quanto à idade dos pais, Gershoff (2002a) aponta que o aumento da idade é um fator de proteção, ou seja, quanto mais velhos os pais, menor a probabilidade de fazerem uso de punição corporal.

Quanto às características da criança estudos apontam para a associação entre o sexo (masculino) e a idade da criança (entre 2 e 7 anos de idade) e a maior probabilidade de serem vítimas de punição corporal (Vitrupp, Holden & Buck, 2006; Frechette & Romano, 2015). Os problemas de comportamento externalizante também são apontados como fatores de risco para a punição corporal (Gershoff, 2002a; Gershoff, et al., 2012).

Quanto aos fatores de risco associados ao sistema familiar, no que tange à composição familiar, estudos apontam que famílias monoparentais apresentam maior probabilidade do uso de punição corporal (Gershoff, 2002a). Na pesquisa de Frechette e Romano (2015), contudo, observou-se resultado distinto: famílias monoparentais apresentaram menor uso de punição corporal que famílias biparentais.

O tamanho da família e o índice de aglomeração na residência (relação do número de familiares por número de cômodos, na mesma residência) também se revelam como fatores de risco para a punição corporal. Quanto maiores esses números, maiores as chances do uso dessa estratégia disciplinar (Gage & Silvestre, 2010). Ainda tratando a configuração familiar, tem-se que a presença de mais de um adulto do sexo feminino na residência, revela-se como fator de proteção, ou seja, isso diminui as chances de as crianças serem submetidas à punição corporal. Estudos apontam para a diminuição da sobrecarga sobre o cuidador principal nessa condição (Gage & Silvestre, 2010).

Quanto aos fatores de risco associados ao contexto social, os resultados das pesquisas apontam que tamanho da moradia (quanto maior, maior a probabilidade do uso de punição corporal), status socioeconômico (quanto menor, maior a probabilidade do uso de punição corporal) e etnia (cuidadores da raça negra e culturas do leste asiático fazem mais uso de punição corporal quando comparados a cuidadores da raça branca e ocidentais) estariam correlacionados ao uso de punição corporal (Day, Peterson & McCracken, 1998; Frechette & Romano, 2015). Explicando melhor a relação entre tamanho da moradia e probabilidade de usar punição corporal, Frechette e Romano (2015) apontam para a possibilidade de que tamanho da moradia seja um fator mediado pelo estresse parental, pois uma moradia maior

gera maior sobrecarga nos pais/responsáveis, para administrar os recursos necessários à sua manutenção.

No que tange às variáveis relacionadas ao status socioeconômico, a maior parte das pesquisas indicam que pais/responsáveis de camadas sociais desfavorecidas, em situação de desemprego e com menor escolarização estariam mais propensos a fazerem uso de punição corporal (Gershoff, 2002a, Gage & Silvestre, 2010, Friedson, 2015). Há, todavia, estudos com resultados díspares, em que tais variáveis não se mostram relacionadas ao aumento da probabilidade do uso de punição corporal (Frechétte & Romano, 2015)

Frechétte e Romano (2015) avaliaram o uso de punição corporal em amostra nacionalmente representativa de pais/cuidadores canadenses, utilizando dados do *Canadian National Longitudinal Survey of Children and Youth*, coletados entre os anos 1994 e 2008. De modo a examinar relatos parentais do uso de punição corporal em crianças de 2 a 11 anos e verificar a capacidade de predição de variáveis sociodemográficas, com relação ao uso de punição corporal, empregaram modelos de regressão logística. Verificaram que tomadas em conjunto, as variáveis sociodemográficas explicaram de 3 a 6% da probabilidade de os cuidadores utilizarem punição corporal em crianças de 2 a 11 anos de idade.

Na tabela 1 sintetiza-se as informações encontradas na literatura, concernindo aos fatores de risco específicos à punição corporal, assinalando ao lado aquelas que foram privilegiadas na presente investigação.

Tabela 1
Fatores de risco para a punição corporal encontrados na revisão de literatura

Sistema	Fator de risco	Variável privilegiada na presente investigação
Microssistema		
Desenvolvimento ontogenético	Concepções autoritárias sobre relacionamento paterno-filial	X
	Religião (protestante) conservadora	
	Maternidade/paternidade precoce	X
	Baixa escolaridade dos pais/responsáveis	X
	Etnia (negros e orientais do leste asiático)	
Caraterísticas das crianças		
	Sexo masculino	
	Faixa etária (entre 2 e 7 anos)	
	Problemas de comportamento externalizante	
Sistema /estrutura familiar		
	Famílias monoparentais	X
	Famílias biparentais	X
	Índice de aglomeração residência	X
	Tamanho da família nuclear	
	Moradia grande	
	Desemprego parental	X
Contexto social		
	Baixo nível socioeconômico	X

Tratando, agora, dos *fatores de risco específicos ao abuso físico*, destacam-se em primeiro lugar aqueles que se relacionam às características dos pais ou cuidadores, situados, portanto, no nível do *desenvolvimento ontogenético*. Observa-se correlação positiva significativa entre o potencial de abuso e as seguintes variáveis: ter vivido situações de punição corporal na infância ou na adolescência, ter presenciado violência conjugal entre seus pais, viver em lares onde havia abuso de álcool ou outras substâncias psicoativas, ter tido mães cujas gravidezes ocorreram sem planejamento e que tiveram pouco apoio social (Black et al., 2001).

Woodward e Fergusson (2002) ressaltam que mães que tiveram em sua infância relacionamentos problemáticos com suas próprias mães e foram submetidas a técnicas disciplinares mais severas, foram percebidas pelos próprios filhos como sendo mais punitivas fisicamente do que as mães sem este histórico. Sahim e Yetim (2011), Breiding, Mercy, Gulaid, Reza e Hletankmbule (2013) e Romero-Martínez, Figueiredo, Moya-Albiol (2014) e Bordin, Paula, Nascimento e Duarte (2006) notam que pais que experienciaram em suas infâncias situações de abuso físico e psicológico têm maiores chances de se tornarem

abusadores físicos de seus filhos. Breiding et al. (2013) também observam em seu trabalho que pais/responsáveis cujas mães faleceram durante sua infância ou que tiveram que viver em outra família nuclear também estão mais a risco de cometerem abuso físico.

Em estudo longitudinal, Domenech e De Paúl (2000) buscaram identificar em grupos de mães adultas e de mães adolescentes se a história de abuso físico em sua própria infância se configuraria como fator de risco para os próprios filhos e notaram que, em ambos os grupos, isso ocorreu apenas para as mães que em suas infâncias haviam sofrido punição corporal grave, associada à produção de lesões físicas.

Ainda quanto ao histórico de vida dos pais, Guterman (2015) realizou estudo de coorte empreendido em vinte cidades norte-americanas, com objetivo de identificar se a gravidez indesejada se configuraria como fator de risco para os maus-tratos infantis. Os resultados do estudo identificam diferenças de gênero quanto aos maus-tratos. Enquanto para as mães, a gravidez indesejada se correlacionou positivamente com abuso psicológico e negligência, para os pais tal condição se correlacionou positivamente com abuso físico. Estudos também apontam que a idade das mães se configura como fator de risco para o abuso físico, sendo que quanto mais jovens, maior o risco (Salzinger, Brown, Cohen & Johnson, 1998; Woodward & Fergusson, 2002)

No plano dos fatores pessoais, alguns estudos focalizam *traços de personalidade dos pais*. Esses apontam correlação positiva entre o abuso físico e estratégias de enfrentamento de problemas (*coping*) menos efetivas, estresse, sensação de insatisfação ou infelicidade, ansiedade, depressão, baixa autoestima no tocante ao papel de mãe, poucas habilidades parentais, somatizações, solidão, problemas de relacionamento com outros e com as crianças (Francis & Wolfe, 2008; Asla, De Paúl & Pérez-Albéniz, 2011; Bérnago & Bazon, 2012, Rodriguez, Russa & Kircher, 2015). Nayak e Milner (1998) em estudo que objetivou investigar o *funcionamento neuropsicológico* de mães de alto e baixo risco para abuso físico, quanto a habilidades cognitivas (habilidades espaciais e motoras, atenção, fluência verbal, habilidade de resolução de problemas, flexibilidade cognitiva, habilidade para se ajustar a respostas), na presença e ausência de situações de estresse (criança chorando), observaram que as diferenças entre os grupos existiam, sendo condicionadas pelos seguintes fatores: capacidade intelectual geral, ansiedade e depressão. De outro modo, mães sob alto risco de abuso físico apresentam menores habilidades cognitivas se tiverem menor capacidade intelectual geral e maiores níveis de ansiedade e depressão, tanto na presença quanto na ausência de situação estressante. Nessa mesma direção, Balge e Milner (2000) sublinham que

as mães que apresentam maior risco para o abuso físico apresentam maior estresse quanto à parentalidade, maiores índices de depressão e menor força do ego.

No plano do funcionamento cognitivo, Montes, de Paúl e Milner (2001), em estudo comparativo de mães com alto e baixo risco para abuso físico, notaram que as primeiras apresentavam, em maior intensidade: atribuição de intenções hostis, atribuições globais e estáveis de intencionalidade ao comportamento infantil, aversão, aborrecimento e uso de práticas disciplinares baseadas no poder. Os pesquisadores apresentaram às mães seis vinhetas com situações em que as crianças estivessem se comportando inadequadamente. As vinhetas se referiam a comportamentos infantis de categorias distintas: transgressões de ordem moral (como bater em outra criança), transgressões de ordem convencional (como não auxiliar a mãe a arrumar a mesa para o jantar) e transgressões de ordem pessoal (roer as unhas). Os pesquisadores notaram que as mães de alto risco julgavam de maneira mais rigorosa, identificando o comportamento dos filhos como “mais errados”, tanto os relacionados às transgressões de ordem convencional, como os de ordem pessoal. Não foram encontradas diferenças entre as mães de alto e baixo risco quanto às transgressões de ordem moral, em que ambos os grupos julgam de maneira semelhante o quão errado seria o comportamento da criança.

Haskett, Scott, Grant, Ward e Robinson (2003) também realizaram estudo com objetivo de examinar fatores de risco para o abuso físico, de natureza cognitiva (expectativa parental quanto às habilidades e à maturidade da criança, atribuição parental de intencionalidade do comportamento infantil inadequado, percepção parental quanto ao ajustamento do filho) e afetiva (presença de psicopatologias e estresse parental), junto a uma amostra de pais que haviam cometido abuso físico e a um grupo controle. Observaram que o estresse parental e a presença de psicopatologia seriam fatores de risco para o abuso físico, quando consideradas isoladamente, o que não ocorreu quando combinadas com outras variáveis. As atribuições de intencionalidade do comportamento inadequado da criança e a percepção parental sobre o ajustamento da criança seriam fatores de risco quando considerados isoladamente, assim como quando combinadas a outras variáveis. Pais com expectativas excessivamente altas e irrealistas em relação às habilidades dos filhos, ou seja, que acreditam que os filhos possuem muitos problemas de comportamento ou que acreditam que os filhos se comportam inadequadamente apenas para aborrecê-los, têm maiores chances de apresentar comportamentos abusivos. De forma geral, pais que apresentam expectativas negativas em relação aos filhos, em diversas situações, apresentam mais comportamento de abuso infantil quando comparados aos pais que apresentam expectativas positivas (Woodward & Fergusson, 2002; Scanappieco & Cornnell-Carrick, 2005; Belsky & Jaffee, 2006; Wong et al., 2009).

McElroy e Rodriguez (2008) também observaram que expectativas negativas quanto ao desenvolvimento dos filhos se mostram fortemente associadas ao abuso físico.

Ainda, quanto ao funcionamento cognitivo parental, pais que apresentam maior rigidez em suas crenças em relação às crianças como, por exemplo, considerando que as crianças devem estar sempre limpas e arrumadas, pais que negam ou não observam a complexidade emocional infantil como, por exemplo, acreditando que as crianças nunca ficam chateadas ou bravas com seus pais, também apresentam maiores chances de cometerem abuso físico (Gershoff, 2002a; Bérigamo & Bazon, 2012). Ademais, pais que acreditam na eficácia e na necessidade do uso de punição corporal têm maiores chances de cometerem abuso físico (Black et al., 2001; Rodriguez et al., 2015).

Ainda, quanto ao estilo cognitivo, observa-se que pais que fazem mais atribuições internas (atribuem o comportamento da criança a traços e qualidades inerentes a ela) e estáveis (acreditam que a criança se comporta da mesma maneira independentemente das situações) estão mais a risco de se envolverem em situações de abuso físico, quando comparados a pais que fazem mais atribuições externas (atribuem o comportamento da criança às situações do ambiente ou da situação) e instáveis (acreditam que seus filhos se comportam de maneira diferente em cada situação) (Rodriguez et al., 2015).

Ainda no plano de características psicológicas dos pais/cuidadores, Rodriguez et al. (2015) realizaram interessante trabalho sobre a tolerância à frustração como fator de risco para o abuso físico. Os pesquisadores desenvolveram método para medir a tolerância à frustração com base em tarefa que evocava a frustração de maneira implícita. Os participantes deveriam tentar completar tarefa não solucionável, enquanto ouviam o choro de um bebê ou uma criança fazendo birra. Foram empreendidos seis estudos distintos, variando o estímulo (bebê ou criança), o tempo da tarefa (5 ou 10 minutos) e o subgrupo de participantes (estudantes de graduação sem filhos, mães com filhos que haviam sido diagnosticados com problemas comportamentais, mães da comunidade e mães com problemas de saúde mental). Diversos instrumentos de medida (inclusive fisiológicos) foram utilizados, dentre eles o CAP (*Child Abuse Potential Inventory*). Os resultados do trabalho indicam que a baixa tolerância à frustração (considerada como um precursor da agressão física e psicológica) esteve correlacionada aos seguintes fatores: relato parental de maior frustração, aumento do potencial de abuso, maior agressividade na relação com o filho, estilo disciplinar disfuncional, maior aceitação do uso de punição corporal, maior intenção de uso de punição corporal, aumento da frequência cardíaca e atribuições quanto ao comportamento infantil

predominantemente negativas. A tolerância à frustração mostrou-se mais baixa nas mães com problemas de saúde mental e nas mães com filhos com problemas comportamentais. Sublinham ainda que na população de estudantes de graduação (possivelmente, futuros pais) a tolerância à frustração é mais baixa quando o estímulo presente é o da criança fazendo birra, se comparado ao choro do bebê.

Pesquisas sobre o abuso físico também buscaram identificar fatores de risco relacionados ao *estilo afetivo* dos pais. Estes trabalhos normalmente fazem uso de recursos audiovisuais e apresentam a pais/cuidadores situações cotidianas vividas pela criança, em que esta reage de maneiras distintas (com tranquilidade, com humor, fazendo birra, gritando, dentre outras) e avaliam a percepção dos pais (autorrelato de como se sentem). Em alguns estudos avalia-se também as reações autonômicas, de seu sistema nervoso central, como pressão arterial e amplitude da condutividade da pele. Nesses nota-se que os pais que cometem abuso físico infantil apresentam reações autonômicas imediatas e de maior magnitude e referem maior grau de aborrecimento com situações negativas apresentadas (como uma criança chorando ou fazendo birra). Referem mais sentimentos de irritação ou raiva após disciplinarem a criança (Black et al., 2001; Rodriguez et al., 2015).

Nessa linha, Francis e Wolfe (2008) notaram que pais que praticam abuso físico contra os filhos apresentam mais sentimentos negativos quanto à parentalidade e menos empatia em relação às crianças. Resultados semelhantes foram obtidos no estudo que McElroy e Rodriguez (2008) realizaram nos Estados Unidos, com 73 mães de crianças que apresentavam problemas de comportamento externalizante, na faixa etária de cinco a doze anos, com objetivo de identificar fatores de risco para o abuso físico. A menor capacidade empática (de tomar a perspectiva da criança), o *locus* de controle parental externo, e a menor capacidade de tolerância à frustração se caracterizaram como fatores de risco para o abuso físico.

Asla et al. (2011), em estudo que objetivou verificar se pais com alto risco para o abuso físico apresentavam maior dificuldade no reconhecimento de emoções que pais com baixo risco, notaram que aqueles com alto risco para o abuso físico apresentavam maior dificuldade de reconhecer adequadamente as emoções infantis, indicando a existência de distorções ou déficits no processamento da informação social. Sublinham ainda que os pais de alto risco, quando comparados com às mães de alto risco, apresentavam maiores erros do reconhecimento das informações. Esta diferença de gênero não foi encontrada entre pais e mães de baixo risco.

No *plano do comportamento*, os pais/cuidadores mais a risco de abuso físico seriam, segundo alguns estudos, mais agressivos verbalmente com as crianças, em diversas situações (fazendo xingamentos e/ou ameaças), recorreriam a práticas disciplinares negativas, mais

frequentemente, incluindo aí as punições corporais (tapas) e castigo (isolamento), além de usar poucas estratégias positivas como, por exemplo, o uso de pedidos simples (Woodward & Fergusson, 2002; Scanappieco & Cornnell-Carrick, 2005; Belsky & Jaffee, 2006; Larriveé et al. 2007). Em termos comportamentais, destaca-se também o apontamento feito por Larriveé et al. (2007) e Sahim e Yetim (2011), sobre o fato de o uso abusivo de álcool e o uso de drogas ilícitas funcionam como fatores que aumentam a probabilidade de ocorrência de abuso físico as crianças.

Pesquisas também procuraram verificar as características das crianças que as tornam mais vulneráveis ao abuso físico. Vale a ressalva de que não se trata de considerar as características infantis como causa do abuso, mas sim, a exemplo do que se coloca sobre determinadas variáveis sociodemográficas, como marcadores que estão associados ao aumento do risco de abuso físico. Quanto à idade e ao gênero das crianças, há divergência entre os estudos. Alguns verificaram a correlação entre essas variáveis e o abuso físico infantil; outros não. Segundo Black et al. (2001), dos estudos que observaram correlação entre a idade da criança e os abusos físicos, a maioria nota um pico de situações dessa natureza na faixa etária dos 3 aos 12 anos.

Ainda quanto às características infantis, crianças que apresentam problemas de comportamento, tanto internalizantes (retraimento, ansiedade e medo), quanto externalizantes (hiperatividade, desafio, impulsividade, oposição, agressão), requerendo maior atenção dos adultos e oferecendo dificuldades à socialização, parecem ser mais frequentemente submetidas ao abuso físico, como apontam os trabalhos de Black et al. (2001), Woodward & Fergusson (2002), Scanappieco & Cornnell-Carrick (2005), Larriveé et al. (2007), Simons & Wurtele (2010), Kim-Spoon, Haskett, Longo & Nice (2012) e Rodriguez et al. (2015).

O trabalho de Bordin et al. (2006) indica que crianças com problemas de saúde mental estão mais a risco de serem submetidas ao abuso físico. A presença de transtornos neurológicos, deficiências mentais e intelectuais e transtornos psiquiátricos também parecem se configurar em fator de risco dentro dessa perspectiva. Duan et al. (2015) verificaram que a prevalência de abuso físico em crianças com autismo é mais alta que o que a literatura indica para crianças sem esse diagnóstico. Cumpre frisar, neste quesito, o cuidado que se deve ter ao pensar nos fatores relacionados à contiguidade temporal das variáveis. Desse modo, não se sabe se os comportamentos infantis são causa ou consequência dos comportamentos parentais.

No plano das variáveis relativas ao sistema familiar, os apontamentos da literatura são no sentido de sublinhar que famílias submetidas a maior número de situações de estresse, nas

quais nota-se menor coesão entre seus membros, menor habilidade para promover adaptações às mudanças, menor grau de satisfação conjugal, maior frequência de agressão verbal e física entre cônjuges, apresentam-se mais frequentemente envolvidas em situações de abuso físico às crianças (Black et al., 2001). A maior parte dos estudos encontrados quanto a esta variável, centra-se no relacionamento conjugal. Salzinger et al. (1998), Woodward e Fergusson (2002), Reichenheim, Moraes e Dias (2006), Sahim e Yetim (2011), Soares et al. (2016) sublinham que em casais cuja presença de conflitos e violência são mais intensos, há maior probabilidade de abuso físico contra as crianças. Hetch e Hansen (2002) apontam que os conflitos maritais impactam as habilidades parentais no nível do julgamento do comportamento infantil. Os pais mais submetidos a conflitos têm maiores chances de julgar de maneira distorcida o comportamento das crianças e menor disponibilidade emocional para lidarem com as demandas infantis. Além da violência conjugal, a presença de mais de um filho na casa e o uso de álcool por parte do pai também se configuram como fatores de risco para o abuso físico (Sahim & Yetim, 2011).

Quanto aos fatores de risco associados ao contexto social, nota-se que viver em situação de pobreza, em comunidades com maiores índices de violência e em famílias monoparentais, aumentam o risco de abuso físico (Woodward & Fergusson, 2002; Scanapiece & Cornnell-Carrick, 2005; Belsy & Jaffee, 2006; Larriveé et al., 2007; Wong et al., 2009; Alexandre et al., 2010; Bérghamo & Bazon, 2011; Sahim & Yetim, 2011).

Parece haver consenso entre os investigadores quanto ao baixo apoio e ao isolamento social como uma das principais causas que provocam o abuso físico (Belsky & Jaffee, 2006; Thompson, Flood & Goodvin, 2006; Cicchetti & Valentino, 2006). O apoio social influi no bem-estar físico e psicológico dos membros da família reduzindo assim o estresse e melhorando o sentimento de pertença. Além disso, oferece outras oportunidades de relacionamento às crianças e favorece uma supervisão mais adequada (Thompson et al., 2006).

Ainda no plano do exossistema, quanto à religião e no plano do macrosistema quanto à ideologia política, Breyer e McPhee (2015) empreenderam trabalho em sete estados norte-americanos, incluindo mais de 300 comunidades com o objetivo de identificar se em comunidades com predominância de religiões e ideologias políticas conservadoras haveria maior índice de abuso físico. Ao contrário da hipótese do estudo, observam os autores que, as comunidades mais conservadoras religiosa e politicamente apresentaram menores índices de abuso físico. O estudo aponta ainda que comunidades com maiores taxas de urbanização, famílias monoparentais e que vivem instabilidade habitacional apresentaram maiores índices de abuso físico.

Quanto aos fatores socioeconômicos, Wong et al. (2009) observaram no contexto chinês, em estudo de base populacional empreendido na província de Ghangzhou, que famílias com baixo nível socioeconômico e, contrariamente, famílias cujas mães têm escolaridade e profissão de alto status social, estariam mais susceptíveis à ocorrência de abuso físico as crianças. Neste sentido, apontam para a sobrecarga e o estresse gerados por ambas as condições sociais aos cuidadores, principalmente às mães.

Em síntese, levando em conta o conjunto dos fatores acima indicados, pode-se dizer que as famílias implicadas em situações de abuso físico, em geral, têm cuidadores que percebem e recebem pouco apoio social formal e informal, sentindo-se com poucas condições para enfrentarem as dificuldades/ os desafios que vivenciam. Especificamente no que tange aos filhos, percebem-se com pouca competência para lidar com os desafios da maternidade/paternidade e com pouca condição para buscarem auxílio. São comuns os sentimentos de disforia (infelicidade, angústia, ansiedade, solidão, depressão, problemas somáticos, problemas de relacionamento interpessoais, sentimento de incompetência como mães, maior tendência a sentir raiva), estresse (maior frequência de eventos de vida estressantes) e poucas habilidades de enfrentamento (*coping*). Além disso, apresentam alta reatividade emocional e autonômica (impulsividade e sistema nervoso mais reativo), atribuições e expectativas negativas em relação aos filhos; há problemas de comportamento infantis (reais ou percebidos).

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos fatores de risco para o abuso físico, identificados com base na revisão da literatura, marcando-se aqueles que foram privilegiados na presente investigação.

Tabela 2

Fatores de risco para o abuso físico encontrados na revisão de literatura

Sistema	Fator de risco	Variável privilegiada na presente investigação
Microssistema		
Desenvolvimento ontogenético	Histórico de abuso físico ou psicológico	
	Violência conjugal entre seus pais	
	Pais com uso abusivo de álcool e drogas	
	Falecimento de um dos pais	
	Ter residido em família nuclear distinta da original	
	Gravidez precoce	
	Gravidez indesejada	
Caraterísticas dos pais ou cuidadores	Problemas de saúde mental	
	Insatisfação com a parentalidade	X
	Dificuldade de empatia	
	<i>Locus</i> de controle externo	
	Baixa tolerância à frustração	
	Baixa força egóica	X
	Dificuldade de reconhecimento emoções	X
	Atribuições negativas, globais e estáveis do comportamento infantil	X
	Expectativas irrealistas quanto às habilidades e maturidade infantil	X
	Estratégias disciplinares predominantemente negativas	X
	Aceitação do uso de punição corporal	X
Características da criança	Problemas de comportamento (principalmente os externalizantes)	
	Transtornos neurológicos, deficiências intelectuais, problemas saúde mental	
Sistema Familiar	Problemas de relacionamento conjugal	X
	Violência conjugal	X
	Presença de mais de uma criança	
	Uso de álcool abusivo por parte de um dos pais	X
	Mães com profissão de alto status	
	Família monoparental	
Contexto social	Baixo apoio social	X
	Baixo nível socioeconômico	X

1.4. Os principais modelos explicativos para o abuso físico

Os primeiros modelos explicativos neste campo foram propostos entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, seguindo a tendência de conceber as diferentes situações implicadas sob a égide de um conceito único, desconsiderando as diferenças entre suas modalidades. Com o tempo, contudo, as diferentes modalidades de maus-tratos passaram a ser observadas e tratadas separadamente, sendo o abuso físico a modalidade mais estudada de todas, fundamentalmente, devido ao fato de ser identificado com mais facilidade, bem como em função de suas consequências (Manso, 2006).

Os primeiros modelos específicos foram elaborados a partir de teorias tradicionais (psiquiátricas-psicológicas e sociológicas). Durante os anos setenta apareceram modelos que passaram a integrar estes pontos de vista, sendo esses denominados “modelos de segunda geração”; eles tinham um enfoque na interação social, e não mais uma visão linear e unidimensional dos “modelos de primeira geração”. Nos anos noventa surgiram os “modelos de terceira geração”, que criticam os da segunda geração por serem esses meramente descritivos e não explicativos dos abusos (Manso, 2006).

Dentre os modelos tradicionais, o primeiro a se destacar foi o psiquiátrico-psicológico, explicando os maus-tratos físicos a partir da perspectiva individual, ou seja, pai/mãe ou responsável seria portador de um problema psicológico, de uma psicopatologia. São vários os autores que encontraram em suas pesquisas correlações significativas entre os maus-tratos físicos e as características de personalidade dos pais, como dificuldade de controle de impulsos, baixa auto-estima, escassa capacidade de empatia, depressão e ansiedade (Manso, 2006). Entretanto, segundo Ochotorena e Madariaga (1996), nos anos subsequentes, as pesquisas buscando identificar as características psicológicas dos cuidadores que maltratavam crianças não conseguiam identificar mais do que 10% de indivíduos apresentando alguma psicopatologia.

Ainda dentro dos modelos tradicionais, as teorias de inspiração sociológica sublinhavam as variáveis sociais. Este modelo criticava os modelos psiquiátrico-psicológicos e considerava os pais/responsáveis também como vítimas de forças sociais. As condições familiares, os valores e as práticas culturais, seriam os determinantes do abuso físico de crianças, nesta perspectiva. A premissa básica do modelo sociológico, em relação ao abuso infantil, era a de que existiriam diversas e importantes características sociais a influenciar diretamente a forma de os pais se relacionarem com os filhos. Isto incluiria altos níveis de violência social, e o

uso frequente dessa como estratégia de resolução de disputas nos relacionamentos humanos, além de concepções prevalentes, referentes às crianças enquanto propriedades dos pais, por exemplo (Belsky & Jaffee, 2006).

Ademais, estas teorias além da aceitação da violência, sublinhavam fatores como o estresse familiar, o isolamento social e a organização social da comunidade. Uma das variáveis importantes, relativa ao estresse familiar e, por isso, suscetível de elevar a probabilidade de abusos físicos, seria a dificuldade econômica. Hoje ainda, não há total acordo entre os especialistas sobre o peso desta variável. Todavia, como mencionado anteriormente, diversos estudos apontam para o fato de que os problemas financeiros elevam o estresse e, com isso, esses influenciam negativamente a qualidade das relações familiares (Cicchetti & Valentino, 2006; Friedson, 2015).

Ainda sobre os modelos tradicionais, há aqueles que se centravam nas características das crianças. Nesta perspectiva, se considera que uma criança maltratada apresentaria certos traços de personalidade que provocariam rechaço, frustração e estresse nos cuidadores (Cicchetti & Carlson, 1989; Ochotorena & Madariaga, 1996). Alguns apontamentos dos modelos tradicionais são, ainda, pesquisados na atualidade. Gershoff (2002a) e Manso (2006) assinalam, entretanto, no tocante às características das crianças, que as pesquisas não conseguem identificar se os comportamentos disruptivos infantis, que as tornam mais vulneráveis aos abusos físicos, seriam causa ou consequência dos maus-tratos.

Os trabalhos levados a cabo nos anos subsequentes apontaram, entretanto, para a insuficiência de tais perspectivas, cujas proposições privilegiavam uma visão linear do impacto de aspectos isolados do problema. Nem as condições mentais do responsável/cuidador, nem as características ou condutas da criança, tampouco as condições socioeconômicas, isoladamente, pareciam ser suficientes para explicar as situações de maus-tratos/de abusos em uma família (Ochotorena & Madariaga, 1996; Belsky & Jaffee, 2006).

Assim, já no início dos anos de 1980, tendo por base o modelo ecológico elaborado por Urie Bronfenbrenner, para os estudos do desenvolvimento humano, o pesquisador Jay Belsky propôs um modelo para a compreensão dos fenômenos dos maus-tratos infantis, incluindo o abuso físico, por esse prisma (Belsky, 1984; Ochotorena & Madariaga, 1996; Woodward & Fergusson, 2002). Este modelo, nomeado Ecológico-transacional, adotado como referencial na presente investigação, diferentemente dos modelos anteriores, parte do pressuposto de que o fenômeno não pode ser explicado por um único e principal fator. Existiriam variáveis relevantes em níveis ecológicos diferenciados, em interação constante, influenciando-se reciprocamente na determinação dos maus-tratos. O nível de complexidade destas teorias é maior devido à sua perspectiva multicausal. Partem da hipótese de que quando um cuidador

mal preparado tem que fazer frente a uma criança aversiva, não reforçadora, em um contexto não favorável, isso gera uma situação de estresse ou de frustração, sendo mais provável que se recorra ao castigo físico.

O modelo ecológico de Belsky (1984) tem em conta a interação entre o desenvolvimento ontogenético dos pais/responsáveis, que inclui as variáveis relacionadas à própria história dos pais, como o tipo de cuidado recebido por estes, dado que essa história condiciona ou explica sua capacidade para atender adequadamente os filhos, e mais uma série de outras variáveis, localizadas em sistemas diferentes, cada vez mais amplos: a família (microssistema), a comunidade (exosistema) e a cultura (macrosistema). Além disso, considera também o desenvolvimento da criança. Esse não postula efeitos aditivos das variáveis situadas nestes sistemas, mas sim sua interação (Manso, 2006; Belsky & Jaffee, 2006).

O microssistema inclui as variáveis que implicam características psicológicas e comportamentais concretas de cada um dos membros da família nuclear e as interações entre eles. O exosistema representa todos aqueles aspectos que circundam e afetam diretamente o indivíduo, tais como as relações sociais e de trabalho. O macrosistema inclui três tipos de variáveis: socioeconômicas, estruturais e as relacionadas à cultura do grupo social. As primeiras se referem aos recursos econômicos da sociedade e sua distribuição, as crises econômicas, as taxas de emprego, etc. As segundas se referem aos aspectos de organização e funcionamento concreto da sociedade, ou de um coletivo, que afetam as possibilidades de cada indivíduo alcançar recursos assistenciais e de proteção. A cultura do grupo social, a cada momento histórico, também influenciaria a maneira como os pais se relacionariam com os filhos.

Nesse ponto, vale sublinhar o apontamento feito por Gonçalves (2004), com o qual se coaduna na presente investigação. A autora afirma que o peso das variáveis mais distais, como as culturais e socioeconômicas, situadas no macrosistema, é tanto menor quanto maior a gravidade da ação física sobre o corpo da criança/adolescente (quanto maior o risco de dano/lesão corporal). Em outras palavras, a autora coloca que nas formas de violência mais severas, o contexto tem menor influência e que isso parece óbvio quando se pensa nas formas extremas em que a violência física leva à criança/adolescente ao óbito. Nesses casos, o peso de variáveis mais proximais é certamente maior, relativas ao cuidador/responsável, à criança, à internação e à família e seu entorno concreto. Levar em conta esse *continuum* de gravidade, segundo Gonçalves (2004), é importantíssimo, pois é ele que recomenda evitar que uma

mesma norma (ou uma interpretação rígida da norma) oriente indiscriminadamente as ações de proteção à criança/adolescente.

Em complementação ao modelo ecológico, o Transacional, proposto por Dante Cicchetti e Ross Rizley em 1981 (Cicchetti & Valentino, 2006), é um modelo multicausal, que inclui fatores de proteção e de risco ao maltrato, que podem ter um caráter transitório ou duradouro. Os fatores de risco são os que potencialmente favorecem o abuso, que podem ser biológicos, históricos, psicológicos e ecológicos. Os fatores de proteção são aqueles que, quando presentes, diminuem a probabilidade de ocorrência do abuso. Segundo Cicchetti e Valentino (2006), os maus-tratos físicos ocorrem quando os fatores de risco superam os de proteção.

Ainda numa perspectiva integrativa, inerente à segunda geração de modelos, há o modelo transicional de Wolfe (Manso, 2006), o qual defende que os pais/cuidadores passam por três estágios que culminam numa parentalidade abusiva e que em cada um destes estágios há fatores compensatórios e desestabilizadores. O primeiro estágio está relacionado a uma redução generalizada na capacidade para lidar com o estresse e a uma desinibição de mecanismos de controle da agressão. O segundo estágio envolve um pobre manejo de situações de crise e provocações. O terceiro diz respeito ao padrão do indivíduo nas interações familiares, especificamente no que tange às situações de excitação e agressão. Características dos pais/cuidadores, do relacionamento pais-filhos, da família e do contexto social mais amplo interferem compensando ou desestabilizando o cuidador, movendo-o ao longo de um *continuum* (que o leva ou o afasta dos comportamentos abusivos) (Black et al., 2001).

Gershoff (2002a), em seu turno, desenvolveu um modelo explicativo específico para a punição corporal diferenciando-o dos de abuso. Gershoff (2002a), todavia, não apenas focaliza as causas ou os fatores de risco para a punição corporal como dá ênfase aos efeitos desta sobre a criança. Explica que os efeitos da punição são tanto mediados por processos inerentes a ela própria, quanto moderados pelo contexto situacional, relacional e sociocultural. Argumenta que os fatores contextuais interagem tanto para predizer a ocorrência do uso de punição corporal, quanto para mediar e moderar os caminhos de sua influência/impacto na criança. Gershoff (2002a, 2002b) dá ênfase aos processos que ocorrem imediatamente em torno do episódio envolvendo a punição corporal.

Propõe que existam variáveis mais distais, que incluem fatores mais estáveis, tanto do indivíduo quanto do contexto, que influenciam o modo como o cuidador e a criança se comportam no contexto da interação entre eles. Características mais estáveis das crianças como suas habilidades de autoregulação, por exemplo, interferem no estado da criança durante a interação, nomeadamente como ela pensa e sente o que está ocorrendo.

Características dos pais, como suas crenças sobre parentalidade, em seu turno, afetam suas emoções e objetivos disciplinares e, por sua vez, sua reação ao comportamento infantil inadequado. Padrões do relacionamento familiar, mais permanentes, como o nível de proximidade, por exemplo, afetam o modo como o cuidador e a criança interagem no momento da punição. A autora também inclui no contexto da interação fatores como a hora do dia em que a situação ocorre, a localização em que ocorre (local privado ou público) e se há presença de outras pessoas. Os sentimentos parentais, ao se depararem com o comportamento inadequado do filho, irão determinar se irão fazer uso da punição corporal ou combiná-la com outras técnicas disciplinares. Uma vez que resolvam usar a punição corporal, dois passos seguem, no que se refere à criança. No primeiro passo, a reação imediata da criança está relacionada à sua experiência fisiológica (como dor ou estresse): uma reação emocional (como medo ou raiva) e uma reação sensorial (como ouvir ou não a mensagem do cuidador) à punição corporal. Essas reações físicas irão, no segundo passo, passar, rapidamente, para um nível cognitivo de processamento do evento e irão determinar como a criança reage no plano da ação. Por exemplo, se a criança sente medo pode resolver aceitar e acatar a demanda parental, a fim de fazer cessar a punição; por outro lado, se a criança experiencia dor e raiva, pode decidir desafiar o cuidador. Essas duas reações de curto prazo serão internalizadas e seguirão um processo cognitivo, de longo prazo.

As chances de a punição corporal se transformar em abuso físico é uma questão moderada por dois fatores, nomeadamente, o estado emocional do cuidador, no contexto imediato, assim como as características mais estáveis como sua tolerância à frustração ou grau de impulsividade. Finalmente, variáveis do contexto social e cultural podem impactar em vários estágios do processo, seja como preditores, seja como moderadores. Por exemplo, a identificação com determinadas religiões pode dar apoio ao uso de punição corporal e influenciar os pais a tornarem-se favoráveis ao seu uso, em resposta ao comportamento infantil, assim como pode levar a criança a estar mais propensa a aceitar e concordar com o uso da punição corporal, como método disciplinar. Gershoff (2002a, 2002b) entende que cada uma das variáveis em seu modelo de processo-contexto deve ser considerada em conjunção umas com as outras, e que cada uma delas irá exercer influência diferenciada nos comportamentos e nas experiências infantis, de curto e longo prazos.

Com relação aos modelos de terceira geração, desenvolvidos para explicar o abuso físico, pode-se dizer que esses pretendem dar um passo adiante na busca de causas que expliquem o maltrato. Se os de segunda geração puseram fim à simplicidade dos modelos

tradicionais (de primeira geração), ao abordarem a interação de múltiplas variáveis, os de terceira geração tencionam passar de um plano meramente descritivo a um explicativo, centrando-se nos processos psicológicos que subjazem os maus-tratos.

Uma das teorias nessa linha, também tomada como referência do presente estudo, é a do Processamento da Informação Social, de Joel Milner, elaborada na década de 1990, em função da necessidade de se compreender de maneira aprofundada as atividades cognitivas parentais que explicassem o abuso físico. Segundo o autor, o abuso físico se produz a partir de erros no processamento da informação, especificamente relacionados ao comportamento da criança. Teoriza-se que existem três fases do processamento cognitivo e uma fase cognitivo-comportamental que corresponde ao próprio ato de maltrato. Estas fases estão precedidas por esquemas cognitivos preexistentes. Importante sublinhar que essa teoria pretende abordar o maltrato físico focalizando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos emocionais e sociais. Segundo Milner (2003), os aspectos referentes ao contexto social são internalizados ao longo dos anos, na forma de estruturas de conhecimento (esquemas mentais) que proveem o modo como a pessoa percebe, interpreta e reage a uma situação concreta, nos diversos contextos sociais de que participa.

A primeira fase corresponde à percepção inadequada que os pais têm a respeito dos filhos e de sua conduta; a segunda se refere às interpretações, avaliações e expectativas sobre a conduta da criança; a terceira diz respeito à integração dessas informações e à seleção da resposta, e a quarta alude à própria execução da resposta (Milner, 2003).

Milner (2003) faz a distinção entre processamento controlado e processamento automático. Os pais que maltratam fisicamente os filhos utilizam mais o processamento automático, o que pode explicar reações imediatas e explosivas. Neste tipo de processamento, pode-se passar da primeira à quarta fase, saltando as fases intermediárias, de modo que se integra a informação sem ter em conta os atenuantes. Os fatores que medeiam o processamento da informação são o estresse real e o percebido, as alterações neurofisiológicas, a hiper-reatividade fisiológica, as alterações emocionais, a baixa autoestima, o *locus* de controle externo, o baixo apoio social e o abuso de álcool e outras drogas¹.

Outro modelo de terceira geração é o do Enfrentamento do Estresse proposto por Joan M.C. Hillson e Nicholas A. Kuiper (citados em Ochotorena & Madariaga, 1996); este parte da

¹ Tendo por base esse Modelo, o autor elaborou um instrumento de avaliação desses fatores de risco psicológicos, o *Inventário de Potencial de Abuso Infantil* (CAP), que será utilizado na presente investigação e descrito posteriormente.

premissa de que todo sujeito se depara permanentemente com situações difíceis, derivadas de seu próprio comportamento, do comportamento das pessoas com quem interage e do ambiente em que se desenvolve; coloca-se, assim, ênfase especial nas diferentes maneiras de lidar com o estresse, ou seja, nas formas com as quais os sujeitos enfrentam essas situações. A partir do momento em que a pessoa avalia as situações negativas, coloca em marcha uma série de estratégias de resolução de problemas que permitirão estabelecer adaptações do comportamento ou conduzirão a situações de abuso. Os elementos que compõem essa teoria são os possíveis fatores de estresse (relativos aos próprios pais/cuidadores, às crianças e os situacionais); a avaliação cognitiva primária (que determina a natureza estressante ou não dos fatores antecedentes) e a secundária (que estabelece os recursos internos e externos de que dispõe o cuidador para enfrentar o estresse); os componentes de enfrentamento – tendências disposicionais e padrões de respostas – e a conduta do cuidador (adaptativa, negligente ou abusiva). Segundo os autores, as avaliações e as estratégias de enfrentamento baseadas nas emoções e na catarse podem ser desadaptativas e conduzir ao abuso físico. É importante frisar que, de acordo com esse modelo, o uso de castigo corporal não seria condição suficiente para configurar o abuso físico. Para que este ocorra, haveria necessariamente o descontrole emocional e a irritabilidade como componentes essenciais (Manso, 2006).

Outro modelo, o dos Componentes, de Vasta (1982), tem suas bases na Psicologia Condutivista. Segundo o autor, para que ocorram os abusos físicos, são necessários dois componentes: a tendência a utilizar o castigo físico como estratégia de disciplina e a hiper-reatividade emocional dos pais. Se o agressor golpeia a criança porque supõe que terá um benefício (conduta operante), outras vezes, o faz como resposta impulsiva ou involuntária diante de estímulos internos ou externos (conduta respondente). Há ainda a presença de fatores predisponentes, como a ausência de habilidades sociais e um histórico de maus-tratos, e outros fatores situacionais, como residir em um entorno com maiores taxas de violência/criminalidade. Finalmente, para que a sequência do abuso continue, são ainda necessárias duas condições desencadeadoras: um comportamento aversivo da criança e um ambiente estressante (Manso, 2006).

Ainda no âmbito dos modelos de terceira geração, algumas proposições adotam a Abordagem Desenvolvimental, fundada nos trabalhos de Lawrence Kohlberg, Carol Gilligan e Robert Selman. Aplicada nos estudos visando à compreensão das atitudes e dos comportamentos parentais, propõe a concepção de estágios maturacionais que se assemelham aos descritos por Piaget. Assim, pais/cuidadores que estão nos primeiros estágios agiriam,

essencialmente, antes de pensar e, portanto, suas interações com as crianças seriam caracterizadas por impulsividade e atuação direta, incluindo atos abusivos quando frustrados, com raiva ou altamente estressados (Zigler & Hall, 1989).

Outras proposições, mais claramente ancoradas na Teoria da Aprendizagem Social, elaborada por Albert Bandura, também tem sido empregada em estudos sobre os maus-tratos, envolvendo elementos provenientes das teorias psicológicas comportamentais e cognitivas. Por esse prisma, crianças expostas à violência aprendem comportamentos violentos e, adicionalmente, sua exposição à violência reforça a aceitação da violência, como algo normal e aceitável para resolver conflitos e expressar emoções, o que, em parte, explica a transmissão geracional da violência, especialmente a dos abusos físicos (Scanappieco & Cornnell-Carrick, 2005).

Vale pontuar, na linha do que colocam Black et al. (2001), que modelos mais complexos como os de segunda e terceira geração representam grande avanço no entendimento do abuso infantil; entretanto, pontuam que o desenvolvimento de modelos causais mais complexos ainda estão em fase prematura. Esses autores referem que um dos obstáculos mais importantes a este avanço diz respeito à dificuldade de se comparar pesquisas científicas mundo afora, em função, sobretudo, da variabilidade dos graus de severidade do que se considera abuso físico nos estudos, assim como em função das distinções estatísticas, nos chamados cálculos do tamanho do efeito da amostra.

1.5. Punição corporal e Abuso físico: prevalência e consequências

Nesta subseção são apresentados resultados de estudos de prevalência e estudos sobre as consequências das punições corporais e dos abusos físicos em crianças. Cumpre esclarecer que serão utilizadas as denominações que os próprios autores dos trabalhos utilizam: punição/castigo corporal e abuso físico, a despeito do fato de, conforme já mencionado, diversos estudos não explicitarem as definições das expressões que utilizam, dificultando por esta razão, a organização da apresentação dos dados.

A aceitação dos castigos físicos é ampla em várias sociedades. No trabalho proposto por Martins (1998) e no Relatório sobre castigo corporal elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (2009), aponta-se para a existência de uma tolerância seletiva à violência contra crianças, a depender da modalidade e do contexto onde esta ocorre. Na medida em que, socialmente, se considera que as crianças/adolescentes seriam propriedade dos pais, a violência privada, no âmbito doméstico,

assim como a autodirigida, é relativamente consentida, quando comparada a outras formas de violência.

No Canadá, por exemplo, segundo estudo recente, publicado por Romano et al. (2013), demonstrou-se haver considerável suporte social para o uso de punição física. Os pesquisadores examinaram as atitudes dos canadenses a respeito de uma sessão do Código Penal do país, que confere aos pais o direito do uso de punição corporal com objetivos educativos. Quase 40% dos entrevistados eram contra a mudança da legislação, no sentido de proibir o uso da punição física. No Brasil, especificamente, o Instituto de Pesquisa Data Folha, à época em que a Lei Menino Bernardo tramitava no Congresso Nacional, como Projeto de Lei, portanto, antes de sua promulgação, investigou junto à população a opinião sobre a utilização do castigo físico como forma de educar os filhos, tendo encontrado que 54% dos brasileiros questionados se manifestaram contrários à aprovação da lei, e somente 36% foram favoráveis à aprovação do projeto (Bedinelli, 2010).

Em interessante estudo de base populacional conduzido na Espanha, por Gracia e Herrero (2008), investigou-se a atitude de adultos quanto ao uso da punição corporal e o quanto esta estaria associada à percepção do fenômeno como um problema social. Do total de participantes, 56,3% (n=1303) consideraram que a punição corporal é um recurso necessário à prática disciplinar infantil. Os autores observam ainda que os pais que acreditam que a punição física é necessária têm uma percepção do fenômeno como um problema social mais fraca.

Com a perspectiva de compreender esse tipo de posicionamento, Donoso e Ricas (2009), na cidade de Belo Horizonte – MG, realizaram investigação para avaliar os discursos de pais de crianças em idade pré-escolar, a respeito da educação de crianças e o uso do castigo físico, sendo um grupo notificado por violência física (n=9) e outro de pais sem este histórico (n=19). Notou-se que os pais de ambos os grupos apresentaram um discurso no qual há uma incorporação de conhecimentos advindos das áreas da psicologia e/ou pedagogia, não recomendando o uso do castigo físico, mas priorizando outros métodos educativos. As práticas de punição corporal e outras, contudo, paradoxalmente, coexistem em seus discursos, com a naturalização do uso da punição corporal como um recurso, sendo essa colocada como um direito dos pais, e como necessária para que a criança adquira os valores morais e éticos esperados pela sociedade. Em síntese, mesmo nos casos em que os próprios cuidadores referem não acreditar que a prática de punição corporal seja necessária, denota-se também aceitabilidade social marcante diante desse tipo de comportamento.

Nessa esteira, compreende-se que a sua prática seja também bastante prevalente, mundo afora (Vargas et al., 1995; Gershoff et al., 2012; Weber et al., 2004; Gage & Silvestre, 2010). Estudo Mundial sobre Violência contra Crianças, divulgado pela Organização das Nações Unidas em 2006 (OEA, 2009), aponta que apenas 2% das crianças de todo o mundo estão livres do castigo corporal no lar. Este documento aponta também que a disciplina exercida mediante castigo corporal é vista como normal e necessária, especialmente quando não produz danos físicos “visíveis”, e que apenas uma pequena proporção de casos de violência contra criança é investigada. Cappa e Khan (2011), em estudo sobre práticas parentais, conduzido para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), junto a mais de 166 mil mães, em 34 países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, encontraram o dado de que uma grande proporção delas faria uso frequente de punição corporal para educar as crianças, mesmo em situações em que referiam acreditar ser este método disciplinar desnecessário. Na maioria dos países, as mães referiram não acreditar que a punição corporal fosse necessária; entretanto, faziam uso da mesma. Nos casos em que as mães acreditavam que a punição física era necessária para educar uma criança, a chance desta ser efetivamente punida fisicamente, na família, aumentava em quase três vezes, quando comparada às crianças de famílias em que as mães acreditavam que a punição corporal era desnecessária.

Algumas investigações específicas, no contexto dos países latino-americanos, foram identificadas. Vargas et al. (1995), por exemplo, em uma pesquisa junto a uma amostra de 527 pais de alunos em idade escolar chilenos, buscou identificar suas opiniões e comportamentos em relação ao castigo físico. Foi realizada aplicação de questionário autoadministrado a pais de três colégios na capital do país, sendo que um dos colégios era particular, o outro público municipal e o outro público estadual. O uso de castigo físico foi reconhecido por 53,7% dos pais do colégio particular, 78% do municipal e 82% do estadual, a despeito do fato de muitos deles relatarem acreditar que a punição corporal nunca deveria ser utilizada (34,1% dos pais da escala municipal a até 51,9% dos pais da escola particular). Quanto às situações mencionadas pelos pais para justificar o uso de punição corporal, os da escola pública relataram principalmente os seguintes comportamentos infantis: fugir de casa, apresentar postura desafiadora e ter baixo rendimento escolar. Já os pais da escola particular justificaram a punição corporal, principalmente, pela apresentação, por parte da criança, de postura desafiadora.

Outro estudo, de abordagem qualitativa, conduzido ao mesmo tempo no Chile e na Costa Rica, foi publicado por Stewart et al. (2000). Este objetivou conhecer as atitudes dos pais em relação à punição corporal e sua receptividade para aprendizagem de novos métodos disciplinares, além de também investigar a receptividade dos profissionais de saúde para se

capacitarem e promoverem orientações aos pais. Foram utilizados questionários junto a um total de 279 pais e 122 profissionais de saúde, e alguns participantes de ambas as populações foram selecionadas para participar de grupos focais. Os resultados do trabalho apontam para o fato de que o fenômeno da punição corporal é comum e visto como relativamente normal e necessário para corrigir o comportamento infantil. De 23 a 45% dos pais responderam que bater sempre ou às vezes em seus filhos. O comportamento infantil de fugir para atravessar a rua foi aquele mais atrelado à prática da punição corporal. Tanto nos grupos focais, quanto nos questionários, os pais deixaram claro sua preferência por usar outros métodos educativos, baseados em práticas positivas. Entretanto, apontaram para a necessidade do uso de punição corporal em situações em que outras estratégias não funcionam. Neste sentido, alguns indicaram a importância de se aplicar a punição corporal num estado emocional de tranquilidade, a fim de minimizarem o risco de se exceder no comportamento. Quanto às razões que os levavam a praticar a punição corporal, os pais citaram principalmente a frustração em relação à criança ou a irritação com o parceiro. Houve correlação estatística negativa significativa entre o grau de satisfação com o comportamento da criança e a frequência do uso de punição corporal. A segunda justificativa mais frequente dada pelos pais à punição corporal foi sua crença de que ela é eficaz. A maior parte também relatou ter sido alvo de punição física em sua própria infância e considerar isto importante para seu desenvolvimento e formação de caráter. Outros pais justificaram o uso no sentido de que essa era o único método ao qual seu filho respondia. Nesse tocante, notou-se correlação significativa positiva entre a crença na eficácia do método e o seu uso. Os pais que disseram não acreditar na eficácia da punição física, não a utilizavam ou o faziam em frequência menor.

Quanto ao interesse dos pais por receber orientações ou informações sobre outros métodos educativos, os pesquisadores apontam que houve grande distinção entre os participantes: alguns desejavam e achavam importante; outros tinham pouco interesse em participar ou receber qualquer tipo de informação. Do total de participantes, 43% dos chilenos e 41% dos costarriquenhos disseram já ter pedido sugestão para alguém a respeito de como deveriam conduzir a disciplina ou a educação de seu filho. Por último, quanto à percepção dos profissionais de saúde a respeito das temáticas relacionadas ao comportamento infantil, 77% deles consideraram não estar bem preparados para tratar destas temáticas, embora 89% tenham considerado que tal atribuição deveria fazer parte de sua função.

Gage e Silvestre (2010) publicaram estudo com amostra nacionalmente representativa no contexto sociocultural peruano, com o objetivo de identificar se mães que haviam vivido em suas infâncias situações de violência física ou submetidas, posteriormente, a situações de violência física conjugal, estariam mais a risco de utilizar punição corporal em seus filhos. Os dados foram extraídos do Estudo Demográfico Peruano sobre Família e Saúde, do ano de 2000. Os participantes foram 12.601 mulheres que eram as principais cuidadoras de seus filhos, cujas idades variavam entre 0 e 17 anos. Foi utilizado modelo de regressão logística para verificar as probabilidades dos seguintes comportamentos: palmadas apenas; outras formas de punição corporal apenas (não definem quais seriam) e palmadas e outras formas de punição corporal ao mesmo tempo. Do total de participantes, 67% disseram ter sido submetidas à punição corporal em suas infâncias, sendo que estas apresentaram duas vezes mais chances de usar punição corporal para educar seus próprios filhos.

Speizer, Goodwin, Samandari, Kim e Clyde (2008), em investigação levada a cabo na Guatemala e em El Salvador, usando amostra representativa da população de ambos os países e um questionário fechado, perguntaram a homens e mulheres com idades variando entre 15 e 59 anos sobre o fato de terem sido submetidos a castigos físicos em suas infâncias e sobre o uso que fariam deste mesmo recurso, enquanto pais. O objetivo era aprofundar o conhecimento a respeito da punição física nesses países. Os resultados indicaram que na Guatemala 21% das mulheres e 7% dos homens nunca haviam sido submetidos a castigos corporais. Em El Salvador, 44% das mulheres e 24% dos homens nunca haviam sido submetidos a castigos físicos. Um efeito geracional também foi observado em ambos os países: os participantes mais velhos haviam sido mais frequentemente submetidos à punição corporal, quando comparados com os mais jovens. O nível educacional representou efeito protetivo importante: quanto mais escolarizados os participantes, menores as chances de utilizarem a punição corporal. Outro dado interessante do estudo diz respeito à significativa correlação positiva entre ter sido testemunha de violência conjugal entre os pais e ter sido vítima de violência física. Quanto ao uso de punição corporal, 37% das mães e 32% dos pais da Guatemala disseram acreditar que o uso da punição corporal é necessário. Neste país (o estudo apresenta mais dados sobre a Guatemala do que sobre El Salvador), 26% das mães e 23% dos pais relataram nunca terem punido seus filhos fisicamente, enquanto 26% das mães e 20% dos pais mencionaram já ter espancado os filhos. Todos os participantes disseram utilizar menos frequentemente a punição corporal com seus filhos, quando comparado à frequência a que teriam sido submetidos ao castigo corporal em suas infâncias. Homens e mulheres submetidos a um tipo específico de punição corporal teriam maior tendência de utilizá-la em seus próprios filhos. O uso de palmadas, por exemplo, foi nove vezes maior em quem foi

submetido a este tipo de castigo, quando comparado a quem não foi. E, inversamente, quem nunca havia sido submetido à punição corporal na infância apresentou menores chances de utilizar tal método disciplinar em seus próprios filhos. O estudo não deixa claro quais comportamentos seriam considerados espancamento ou punição corporal grave.

É importante frisar que mesmo em países considerados desenvolvidos, a prevalência da punição corporal é bastante elevada. Nos Estados Unidos, estudo com amostra nacionalmente representativa, realizado no final da década de 90 (Straus & Stewart, 1999), apontou que 94% das crianças da pré-escola teriam experienciado alguma forma de punição corporal, sendo as modalidades mais frequentes palmadas nas nádegas e tapas na mão. Este trabalho, entretanto, aponta também para o uso de punição corporal mais grave: 25% dos pais fariam uso de instrumentos para punir as crianças, sendo que um percentual entre 5 e 7% o faria batendo no rosto, na cabeça ou puxando as orelhas.

O estudo de Taillieu, Afifi, Mota, Keyes, & Sareen (2015) utilizaram dados norte-americanos do *National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions*, coletado entre os anos de 2004 e 2005, junto a 34.653 participantes. Estatística descritiva e inferencial foram utilizadas, primeiramente para obter a distribuição da presença de situações de punição corporal grave, de acordo com variáveis sociodemográficas e, posteriormente, por meio da aplicação de modelos estatísticos mais sofisticados, como regressão logística, para verificar se a prevalência de punição corporal grave variava em função da idade, do sexo e da etnia dos pais. O estudo baseia-se na definição de Gershoff (2008) para punição corporal, mas propõe uma especificação, empregando “punição corporal severa”, pois os autores avaliaram situações que incluem atos mais graves (como ser empurrado, agarrado ou atingido por tapas e socos por um adulto). Assim, definem punição corporal severa a partir da seguinte questão: “quando você era criança, com que frequência você era empurrado, agarrado, ou estapeado por seus pais ou outro adulto em sua casa?”. No estudo também se trabalhou com uma definição de “abuso físico”, sendo esse definido como ter sido atingido a ponto de ato deixar marcas ou ferimentos no corpo.

Com esse resultado, os autores verificaram um declínio do uso de punição corporal grave em meio aos adultos mais velhos (com idade entre 50 e 59 anos) - 20,9%, assim como para adultos jovens (com idade entre 20 e 29 anos) - 12,9%. Este decréscimo foi maior entre homens do que entre mulheres. Quanto à etnia, o declínio ocorreu apenas entre participantes brancos. Em meio aos negros, denotou-se pouca mudança em função da idade; em meio aos

hispânicos verificou-se aumento, uma vez que entre os mais jovens, maior foi a frequência de punição corporal severa.

Em estudo longitudinal visando estimar a prevalência do uso de palmadas por pais de crianças de três a cinco anos, empreendido em vinte cidades dos Estados Unidos (n=1.933 famílias), Mackenzie, Nicklas, Waldfogel e Brooks-Gunn (2013) observaram que 57% das mães e 40% dos pais haviam se engajado em comportamento de dar palmadas, quando as crianças estavam com três anos de idade, e 52% das mães e 33% dos pais o fizeram quando as crianças contavam com cinco anos de idade. Ou seja, houve uma tendência de diminuição do uso da punição física com a idade da criança.

Frechette e Romano (2015) avaliaram o uso de punição corporal em amostra nacionalmente representativa de pais/responsáveis canadenses, utilizando dados do *Canadian National Longitudinal Survey of Children and Youth*, coletados entre 1994 e 2008. Ao examinarem relatos parentais do uso de punição corporal em crianças de 2 a 11 anos, constataram ter havido um decréscimo no uso desta estratégia entre os anos de 1994 (49% dos pais faziam uso) e 2008 (25% dos pais canadenses reportam o uso de punição corporal).

Annerbeck, Wingren, Svedin e Gustafson (2010) realizaram estudo de base populacional na Suécia com objetivo de verificar a prevalência de situações de abuso físico no país e encontraram uma taxa de 15,2%. Importante lembrar que a Suécia foi o primeiro país a proibir o uso de punição corporal contra crianças e que a definição de abuso físico utilizada neste estudo é a de que esta se configura pela presença de qualquer tipo de comportamento de agressão física contra criança, executada por um pai ou cuidador.

Focalizando, agora, estudos lidando com o termo “abuso físico”, destaca-se, primeiramente, o de Finkelhor (2015), por meio do qual buscou-se estimar a prevalência deste, na China, por meio de uma meta-análise incluindo 47 trabalhos publicados em língua inglesa ou chinesa, retratando a prevalência de abuso físico relatada por participantes durante sua infância e adolescência. Encontrou uma taxa de 36,6%, sendo que destes, 43,1% seriam considerados abusos com grau de severidade baixo, 26,6% com grau alto e 7,8% com grau muito alto. Cumpre mencionar que a escala de gravidade adotada pelo autor foi baseada nos critérios estabelecidos pelo instrumento CTSPC (*Parent-Child Conflict Tactics Scale*).

No contexto sociocultural brasileiro, especificamente, algumas investigações lidando com o termo “punição/castigo corporal” a “abuso físico”, também, foram implementadas. Weber et al. (2004) encontram em amostra de 472 crianças e adolescentes, com idades entre 8 e 16 anos, estudantes de escolas públicas e privadas da capital paranaense, que 88% teriam sido submetidos a punições corporais. Foi utilizado questionário com 60 questões fechadas e

uma questão aberta, a fim de investigar as características do uso de punição corporal. Do total, 86,1% disseram apanhar da mãe e 58,6% apanhar do pai; 36,9% relataram já ter ficados machucados por conta das punições físicas recebidas. A maioria dos participantes apanhou nas nádegas (64,7%) sem o uso de instrumentos. Para aqueles que indicaram uso de instrumentos, cinto (43%) e chinelo (42,3%) foram os artifícios mais referidos. As autoras mencionam um paradoxo na percepção dos estudantes: 75,2% concordaram que, mediante comportamentos inadequados, devem ser punidos fisicamente; no entanto, somente 34,5% indicaram pretender utilizar esse método disciplinar no futuro, em seus próprios filhos.

Bordin et al. (2006) realizaram estudo de base populacional, em Embu - SP, com amostra probabilística, junto a mães de baixa renda, investigando a possível relação entre “punição física grave” e problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. Como “punição física grave” adotaram a definição da *WorldSAFE Steering Committee*, que considera os seguintes comportamentos: chacoalhar (apenas para criança abaixo de 2 anos); chutar; asfixiar apertando o pescoço; sufocar com a mão, travesseiro ou outro objeto que impeça a respiração da criança; queimar, esquentar ou deixar marcas; espancar com a mão ou outro objeto (batendo diversas vezes); ameaçar com faca ou arma. Detectaram alta prevalência de punição física não grave (75%), sendo a grave menor (10%). A associação entre a punição grave e os problemas de saúde mental nas crianças foi positiva e significativa.

Zanoti-Jeronymo et al. (2009), em estudo com amostragem representativa de todo território nacional, utilizaram dados do I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira, realizado pela Universidade Federal de São Paulo, junto a uma amostra de 3.007 pessoas, com idade superior a 14 anos. Os autores investigaram história de abuso físico na infância, utilizando-se para tanto os critérios estabelecidos pelo instrumento *Conflict Tactics Scale (CTS)*. Assim, definem o abuso físico como sendo o uso da força física por parte de pais e/ou cuidadores contra crianças e adolescentes. Os respondentes foram questionados se em sua infância ou adolescência seus pais ou cuidadores haviam apresentado algum ou alguns dos seguintes comportamentos: bater, bater com instrumentos, queimar ou esquentar, ameaçar com faca ou arma, ou usar faca ou arma. De acordo com as respostas, os indivíduos foram alocados em uma das três categorias: sem história de abuso físico na infância ou adolescência; com história de abuso físico moderado (incluindo os participantes que responderam apenas a categoria “bater”) e com história de abuso físico severo na infância ou adolescência (incluindo os participantes que mencionaram a presença das outras ações - bater com instrumentos, queimar ou esquentar,

ameaçar com faca ou arma, usar faca ou arma). Assim, encontraram que 44,1% teriam sofrido abuso, sendo que, desse total, 38% seriam abusos moderados e 10,3% abusos graves. Os autores avaliaram ainda a exposição à violência conjugal por parte dos respondentes, destacando que os participantes com história de abuso físico tenderiam a ter presenciado mais frequentemente violência conjugal entre seus pais na infância ou adolescência. Dos que teriam sido submetidos a situações de abuso físico severo, 51% também teriam presenciado violência conjugal, dado corroborado por outros estudos sobre a coocorrência de violência doméstica (Woodward & Fergusson, 2002; Guterman, Lee, Lee et al., 2009; Alexandre et al., 2010; Cappa & Khan, 2011).

No que concerne às consequências da violência física contra crianças e adolescentes, há notória distinção entre os dados dos estudos sobre os castigos físicos/a punição corporal e sobre os abusos físicos. Focalizando os estudos que dizem tratar mais especificamente do castigo físico/da punição corporal, nota-se importante divergência nos dados e muita polêmica entre os cientistas. Alguns pesquisadores defendem que os efeitos negativos desta prática, sob o comportamento infantil, têm sido superdimensionados e outros, inclusive, apontam para seus benefícios. O primeiro grande trabalho a tentar trazer luz a tal assunto foi o da reconhecida pesquisadora na área, Elizabeth Gershoff, professora da Universidade do Texas, realizado no início dos anos 2000 (Gershoff, 2002a). Com o intuito de fazer avançar o conhecimento a respeito da associação entre o uso de punição corporal e as consequências dessa nas crianças, realizou extenso trabalho de metanálise (incluindo 88 estudos), no qual buscou identificar as correlações entre onze comportamentos e experiências infantis e uso de punição corporal (Gershoff, 2002a). A pesquisadora buscou estabelecer uma distinção entre comportamentos parentais que pudessem ser classificados como “punição corporal” e aqueles que poderiam ser classificados como “abuso”, de modo a focalizar em sua investigação somente os estudos que tivessem trabalhado com “punição corporal”. Nas análises ela buscou averiguar as associações entre punição corporal e comportamentos infantis, tanto comportamentos e experiências considerados desejáveis, quanto indesejáveis. Seus resultados indicaram haver associação positiva significativa entre o uso de punição corporal e todos os comportamentos infantis inadequados estudados, sendo dez deles relacionados a comportamentos indesejáveis: declínio da internalização moral, aumento da agressividade infantil, aumento do número de comportamentos antissociais, declínio da qualidade de relacionamento com os pais, declínio da saúde mental infantil, aumento do risco de ser uma vítima de abuso físico, aumento do nível de agressividade quando adultos, aumento do risco de abusar de seus próprios filhos ou cônjuges. Verificou também associação positiva

significativa entre o uso de punição corporal e um comportamento desejável: o aumento da obediência imediata.

Gershoff (2002a) destaca, ainda, que a metanálise confirmou a forte associação positiva entre o uso de punição corporal pelos pais e o abuso físico infantil dessas mesmas crianças, resultado também encontrado por outros pesquisadores (Wong et al., 2009; Fréchette et al., 2015). Aponta que, dadas as importantes consequências negativas do abuso físico, todos os esforços dos profissionais e cientistas devem ser no sentido de prevenir sua ocorrência. Conclui que, se por um lado, a punição corporal pode ser muito eficaz para suprimir comportamentos indesejáveis imediatamente (como fazer a criança parar de bater um brinquedo na mesa), de outro lado, não se mostra eficaz para eliciar comportamentos desejáveis (como ensiná-la a guardar esse brinquedo no lugar apropriado). Assim, segundo a autora, enquanto os efeitos positivos do uso de punição corporal não forem bem demonstrados cientificamente, não se deve recomendar sua utilização. Sublinha que todos os pais/responsáveis experienciam raiva e frustração em relação a seus filhos, mas todos os pais são maiores e mais fortes que seus filhos; sendo assim, têm potencial para se tornarem fisicamente abusivos.

Scott, Lewsey, Thomson e Wilson (2013), em um estudo de coorte, buscaram determinar a associação entre apanhar, tendo sido submetido a palmadas (*smacked*), durante o primeiro e o segundo ano de vida, e problemas emocionais e comportamentais no quarto ano de vida de 5.217 crianças escocesas. Na primeira fase de coleta dos dados, os pais/responsáveis eram instruídos a escolher cartões que contivessem técnicas disciplinares que jamais haviam utilizado, até os 24 meses de vida das crianças. Na segunda fase do trabalho, quando as crianças estavam na faixa etária dos 45 aos 48 meses de idade, a coleta foi realizada por meio da aplicação de instrumentos padronizados (*Strengths and Difficulties Questionnaire* - SDQ e a subescala de depressão do *Depression Anxiety and Stress Scales*) e entrevista estruturada com respostas do tipo *likert*, a respeito de problemas comportamentais percebidos em seus filhos. Os resultados do trabalho apontam que as crianças submetidas a palmadas nos primeiros dois anos de vida apresentaram duas vezes e meia mais chances de apresentar problemas emocionais e comportamentais aos quatro anos de idade. Importante mencionar que os autores controlaram variáveis como sexo da criança, número de irmãos e idade, sexo, etnia, escolaridade, status socioeconômico e saúde mental dos pais.

Com delineamentos mais sofisticados, especificamente o longitudinal, alguns outros estudos se destacam. Gershoff et al. (2012), por exemplo, realizaram um grande seguimento

longitudinal, referente a uma amostra nacionalmente representativa de crianças norte-americanas (n=11.044), de todas as etnias (brancas, negras, hispânicas e asiáticas), visando verificar a associação entre o uso da palmada (*spanking*) e a presença de problemas de comportamento externalizantes, após quatro anos. Na primeira fase de coleta, as crianças frequentavam o chamado “jardim de infância” e tinham em média 6 anos e 2 meses de idade. Na segunda fase de coleta estavam no terceiro ano do ensino fundamental. A coleta foi realizada por meio das mesmas técnicas e instrumentos nos dois momentos da pesquisa. Quanto às variáveis de interesse, o uso da palmada foi mensurado nos dois momentos de coleta de dados por meio da resposta obtida junto aos pais/responsáveis à seguinte questão: “Aproximadamente, quantas vezes por semana você dá palmadas em seu filho, caso o faça? ”. Para a análise de dados, foram controladas as seguintes variáveis: status socioeconômico, escolaridade dos pais, estado civil da mãe e status empregatício (estar ou não trabalhando e por quantas horas diárias). Os problemas de comportamento externalizantes foram mensurados por meio da aplicação da escala *Social Skills Rating Scale*. Os resultados indicaram que, à época do jardim de infância, em média, 80% das mães das crianças utilizavam a palmada como método disciplinar. Esta taxa caiu bastante na segunda fase da pesquisa, quando, em média, 27% das mães mencionaram o uso deste recurso disciplinar. As mães da etnia negra faziam maior uso de palmadas que as hispânicas; estas, em seu turno, faziam mais que as asiáticas e as brancas. Os dados do trabalho indicaram, ainda, que o uso da palmada nos primeiros anos de vida predisse aumento significativo de problemas externalizantes; ademais, em outra via de análise, problemas externalizantes pareceram eliciar com maior frequência o uso de palmadas em mães de todas as etnias.

Em outro estudo longitudinal, de base populacional (n=1.933 famílias), empreendido em vinte estados norte-americanos, Mackenzie et al. (2013) observaram que o uso de palmadas por parte das mães de crianças de três a cinco anos elevou a probabilidade da aparição de comportamentos externalizantes e diminuiu a capacidade verbal nas crianças, quando estas contam com nove anos de idade.

Apesar desses apontamentos, outros importantes pesquisadores defendem posicionamentos diferentes. Christopher Ferguson, pesquisador de outra universidade texana, e reconhecido estudioso da área, por meio de metanálise (Ferguson, 2013), aponta que, embora haja associação entre a punição corporal e os comportamentos negativos infantis, esta é superdimensionada. Nesta metanálise distingue-se o comportamento da palmada de outros comportamentos de punição corporal (estes últimos, embora mais graves que as palmadas, não se não configurariam em abuso físico, segundo autor). Ele faz as seguintes críticas aos estudos anteriores, citando inclusive os estudos de Gershoff: inclusão, nas investigações, tanto

de palmadas como de formas mais severas de punição corporal; a ordem temporal entre os acontecimentos - palmada e problemas comportamentais infantis - não estaria bem documentada; falho controle de terceiras variáveis (variáveis intervenientes); hiperconfiança em estudos com método retrospectivo; o fato de os participantes das pesquisas serem os mesmos a relatar fazer ou não uso da punição corporal e a responder sobre os efeitos dessa no comportamento infantil (o que em sua concepção enviesaria as respostas). Ele critica, ainda, o tipo de análise estatística empreendida para medir o tamanho de efeito (*effect size*). Aponta que em estudos anteriores teria sido utilizada, prioritariamente, a análise bivariada, com uso do coeficiente “r”, sendo que esta potencializaria o tamanho do efeito. Propõe uso de método estatístico mais rigoroso, baseado em análises multivariadas, com uso do coeficiente “pr”.

Em seu estudo, Ferguson (2013) aponta que há sim efeito negativo do uso da palmada sobre os comportamentos infantis (comportamentos externalizantes, internalizantes e cognitivos), mas estes são pequenos ou triviais. Neste fez uso da análise bivariada e da multivariada, denotando que há queda do tamanho do efeito quando se aplica esta última. Todavia, Ferguson menciona que afirmar que os efeitos são leves ou triviais não é o mesmo que afirmar que o uso da palmada é recomendável. Ao contrário, aponta que esta não tem se mostrado positiva; neste sentido, seu trabalho, tenciona apenas dimensionar, de maneira mais rigorosa, seus efeitos e não defender seu uso.

Finalmente, há que se mencionar os estudos de pesquisadores que se posicionam favoravelmente ao uso da punição corporal. Dentre eles, destaca-se os do professor da Universidade de Berkley, Robert Larzelere. Assim como Christopher Ferguson, Larzelere defende que os estudos sobre punição corporal apresentam, em geral, vieses metodológicos, normalmente relacionados ao tipo de análise estatística empregada, que condicionam resultados desfavoráveis a seu uso. Recentemente, o pesquisador realizou, em parceria com colega da mesma universidade, metanálise com o objetivo de aferir o tamanho de efeito (*effect size*) do uso do de quatro “tipos”² de punição corporal no comportamento infantil e compará-lo ao tamanho de efeito de outros tipos de estratégias disciplinares empregadas pelos pais. São, assim, definidos os tipos de punição física: a) excessivamente severa (*overly severe*) - uso de força excessiva como bater com objeto ou dar tapas no rosto; b) predominante (*predominant*) - a punição corporal é a principal estratégia disciplinar empregada pelos pais;

² Os autores usam a expressão “tipos” de punição corporal. Na língua portuguesa essa expressão é mais fortemente associada a “modalidades” de punição. Entretanto, no estudo, os autores parecem estar se referindo à intensidade e à frequência do uso do castigo físico.

c) habitual (*customary*) - uso habitual da punição corporal pelos pais; e d) condicional (*conditional*) - punição física aplicada sob certas condições, com controle e clareza por parte dos pais de que é a melhor estratégia sob determinadas circunstâncias. Segundo os pesquisadores, o objetivo dessa categorização foi identificar se o uso mais comum de punição física entre os pais está associado a melhores ou a piores resultados que outras alternativas disciplinares.

Segundo os pesquisadores, essa comparação é crucial, pois os pais, em geral, utilizam concomitantemente várias estratégias disciplinares e não apenas a punição corporal. Desse modo, além desta, as seguintes estratégias disciplinares foram pesquisadas: apenas explicações, explicações concomitantes a outras estratégias disciplinares (não corporais), proibições verbais, ameaças verbais, retirada de privilégios, *time out*, *time out* no quarto (*barrier*, na língua inglesa), ignorar, retirada de afeto, desviar a atenção da criança, contenção física, liberação da criança do *time out*. Os pesquisadores defendem que atribuir apenas à punição corporal determinados resultados negativos sobre o comportamento infantil configura um viés metodológico importante (Larzelere & Khun, 2013). Neste trabalho, foram incluídos 26 estudos que preenchiam os seguintes critérios: 1) investigar uma ou mais estratégias disciplinares, incluindo a punição corporal, utilizando métodos de pesquisa similares; 2) investigar crianças com menos de 13 anos de idade; 3) investigar ao menos uma consequência do uso da(s) estratégia(s) disciplinar(es) no comportamento infantil.

Resumidamente, os resultados do trabalho de Larzelere e Kuhn (2013) apontam para o fato de que os efeitos da punição corporal, sob o comportamento infantil, só podem ser analisados e comparados com as outras estratégias disciplinares sob a ótica do tipo de punição física a que pertencem. Notaram que a punição condicional estaria mais fortemente associada à redução de comportamentos inadequados e de comportamento antissocial, do que dez das treze outras estratégias disciplinares estudadas. Os resultados apontaram, ainda, que o tamanho de efeito da punição costumeira não foi pior ou melhor que o das outras estratégias disciplinares, e que a punição física severa e a punição física predominante têm, essas sim, tamanhos de efeito distintos das outras estratégias disciplinares e desfavoráveis a seu uso, pois apresentam consequências negativas no comportamento infantil. Os autores observam, ainda, que todos os tipos de punição corporal foram associados a uma maior diminuição de comportamentos antissociais quando comparados às outras estratégias disciplinares, e que a punição física habitual, durante a infância, foi mais fortemente associada positivamente ao não consumo de substâncias ilícitas por parte de pré-adolescentes que as outras estratégias disciplinares. Finalmente, notaram que os efeitos ou consequências negativas no comportamento infantil não podem ser unicamente atribuídas à punição corporal. Os

pesquisadores concluem que não foram encontradas evidências de que a punição corporal estivesse mais fortemente associada a efeitos negativos sobre o comportamento infantil que outras estratégias disciplinares, a não ser a punição corporal excessivamente severa e a punição corporal predominante.

Diante do exposto, observa-se a falta de consenso entre os cientistas quanto ao uso e às consequências da punição corporal. Nota-se que os cientistas com posicionamentos mais favoráveis a seu uso deixam claro que o tipo de punição corporal empregada e o contexto em que essa é utilizada são os principais fatores determinantes de seus efeitos (negativos ou positivos) no comportamento e no desenvolvimento infantis. Já as pesquisas conduzidas por estudiosos contrários a seu uso apontam que, independentemente do tipo e contexto em que a punição física ocorre, essa traz consequências negativas às crianças (dentre as mais citadas estão, prejuízos à saúde mental da criança, aumento da agressividade, dos comportamentos antissociais e a elevação do risco de ser abusado fisicamente). Ainda, apontam para o fato de que não auxilia a criança a internalizar as mensagens disciplinares que os pais tencionam transmitir e que fazem a criança acreditar que a violência pode ser utilizada, mesmo em relacionamentos em que o amor e o vínculo positivo estão presentes. Sublinham ainda que qualquer tipo de punição corporal viola os direitos humanos: “palmada é bater e bater é violência” (Gershoff, 2012, p.5).

No tocante às investigações cujo foco são comportamentos considerados “abusos físicos”, pode-se afirmar que, independentemente do desenho destes, nota-se ampla convergência em seus resultados quanto aos efeitos negativos para o desenvolvimento infantil. As consequências mais citadas são: prejuízo na regulação das emoções e maior agressividade (Chang, Dodge, Schwartz & McBride-Chang, 2003; Simons & Wurtele, 2010, Kim-Spoon et al., 2012); maior labilidade emocional e sintomas internalizantes (Kim-Spoon, Cicchetti, & Rogosh, 2013); maior probabilidade de desenvolver transtornos de personalidade (Cohen et al., 2013); maior probabilidade de desenvolver transtornos depressivos recorrentes (Fisher, et al., 2013); maior probabilidade de ideação e tentativas de suicídio na adolescência (Miller, Esposito-Smythers, Weinsmoore & Renshaw, 2013).

ESTUDO 1

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo foi o de verificar se grupos de pais/responsáveis, com e sem histórico de notificação ao sistema de proteção infantil por abuso físico, se diferenciariam no tocante à forma de se aplicar a punição corporal e no de variáveis psicossociais e contextuais, apontadas pela literatura científica como sendo fatores de risco para o abuso físico.

Os objetivos específicos foram assim definidos:

a) verificar a existência de diferenças entre os grupos no plano do comportamento de punir/castigar fisicamente a criança/adolescente, ou seja, quanto à forma como a punição corporal é aplicada em termos de *modalidades, partes do corpo da criança* sob as quais incide, *frequência* e presença de *sentimento de raiva/irritação* no momento da punição;

b) verificar a existência de diferenças entre os grupos no plano de algumas das variáveis psicossociais e contextuais tidas como fatores de risco, pela literatura científica: indicadores psicológicos e psicossociais dos cuidadores, indicadores relacionados à funcionalidade familiar e ao apoio social percebido/recebido.

3. MÉTODO

A abordagem adotada no presente estudo é quantitativa, com delineamento transversal e método comparativo.

3.1. Participantes

Os participantes deste estudo foram 87 pais/cuidadores residentes em uma cidade de pequeno porte (de aproximadamente 40 mil habitantes), na região de Ribeirão Preto-SP, que possuíam crianças e/ou adolescentes sob sua responsabilidade e cuidados (como filhos, netos, sobrinhos ou irmãos), recrutados em dois diferentes contextos:

(1) 47 pais/cuidadores foram recrutados em equipamentos relacionados a programas comunitários dirigidos ao segmento infantil, pára-escolares (loais em que as crianças permanecem no período oposto ao da escola). Os critérios de inclusão, nesse caso, foram: ter mais de 18 anos, ser o cuidador principal de ao menos uma criança/adolescente, fazer uso de punição corporal para educar a(s) criança(s) e aparentar ter condições intelectuais/psicológicas para responder aos instrumentos propostos.

Vale informar que, inicialmente, 60 pais/cuidadores foram recrutados neste contexto, mas 13 (treze) mencionaram, durante a aplicação dos instrumentos, não fazerem uso de nenhum tipo de punição corporal infantil. Esses participantes foram, portanto, excluídos da amostra, lidando-se, assim, com os dados de 47 participantes. Esses, para os fins pretendidos no presente estudo, comporão um grupo que será referido como Grupo A.

(2) 40 pais/cuidadores foram recrutados no contexto de órgãos que compõem o Sistema de Proteção à Infância, especificamente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município (CREAS), a partir dos registros relativos à prática de maus-tratos, ou mais especificamente aos abusos físicos (“uso de força física sobre o corpo da criança”). Os critérios de inclusão nesses casos foram: ter mais de 18 anos, ser o cuidador principal da criança/adolescente envolvida na notificação feita ao Sistema de Proteção, ter recebido ou estar recebendo acompanhamento psicossocial da parte dos serviços/programas relacionados a esse Sistema, devido à prática de punição corporal/abuso físico e aparentar ter condições intelectuais/psicológicas de responder aos instrumentos propostos. Esses, para os fins pretendidos no presente estudo, comporão um grupo que será referido como Grupo B.

3.2. Instrumentos

Os seguintes instrumentos foram empregados na coleta de dados:

a) *Questionário de Caracterização Sociodemográfica*: originalmente proposto por Bringiotti (1999), o objetivo desse instrumento estruturado é levantar informações que possibilitem caracterizar sociodemograficamente o(s) adulto(s) responsável(is) pelas crianças em termos de idade, sexo, nível educacional, renda, estado civil, idade em que teve o primeiro filho, número de filhos ou crianças sob os cuidados, intervalo de nascimento entre os filhos, quantidade de cômodos na casa, situação de emprego, naturalidade, grau de satisfação em relação ao bairro, grau de satisfação com a relação conjugal e consumo de substâncias.

Cumprе esclarecer, quanto à avaliação do consumo de substâncias, que o instrumento utilizado não tem nenhuma pergunta a respeito do consumo habitual de substâncias ilícitas. A questão referente a esta temática avalia apenas se o indivíduo já experimentou alguma substância ilícita. Já as questões referentes ao tabaco e ao álcool são específicas e demandam pela frequência e pela quantidade estimada de consumo.

A classificação socioeconômica foi realizada com base no Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, cujo objetivo é estimar o poder de consumo do domicílio e permitir comparações entre estudos de diversas regiões do país. As variáveis avaliadas incluem renda familiar, escolarização, condições de moradia, acesso a serviços de saneamento e posse de bens duráveis (ABEP, 2014).

(O questionário é integralmente apresentado no Anexo 1).

b) *Roteiro de entrevista semi-estruturada sobre a prática parental*: Elaborado para a presente investigação, o roteiro norteia a coleta de informações sobre as práticas parentais, com especial atenção às de castigo/punição corporal, com vistas a caracterizá-las. A primeira parte do roteiro inclui questões mais gerais a respeito da relação entre o pai/cuidador e as crianças/adolescentes, solicitando que descrevam o relacionamento com as crianças/os adolescentes sob seus cuidados e as questões sobre as dificuldades que sentem no cotidiano, se têm ou não dúvidas sobre a melhor maneira de criar/educar, o que costumam fazer quando as crianças/os adolescentes fazem algo “errado ou alguma ‘arte’”. Essas questões, embora não sejam de interesse direto da pesquisa, se prestam a favorecer o estabelecimento de um bom *rapport* com os entrevistados e, também, dado que são descrições mais abertas, permitem à pesquisadora apreender, exploratoriamente, a dinâmica da interação entre o adulto e as crianças/adolescentes.

Os temas seguintes do roteiro adentram à temática central do trabalho e incluem questões sobre o uso de punição corporal – frequência, situações em que a punição corporal é aplicada, modo de agir (uso ou não de instrumentos), condição emocional ao aplicar a punição corporal, razões para castigar/punir fisicamente, percepção sobre a eficácia da punição corporal. São solicitados exemplos de situações em que as punições físicas tenderiam a ocorrer. Outras questões incluem o tema da do emprego de práticas educativas positivas e da autopercepção parental (a percepção que têm de si no exercício do papel parental) (O roteiro é integralmente apresentado no Anexo 2).

c) *Inventário de Potencial de Abuso Infantil (Child Abuse Potential Inventory - CAP)*. Elaborado por Joel Milner, em 1986, seu objetivo é avaliar o risco de maus-tratos intrafamiliar (Chaffin & Valle, 2003). Segundo Milner, o instrumento foi elaborado para ser utilizado por profissionais dos serviços de proteção infantil nas investigações de casos de abuso infantil, especialmente o abuso físico e a negligência (Milner, 1986). O autor menciona ainda que o instrumento foi construído com base na literatura científica a respeito dos fatores de risco para abuso infantil e, neste sentido, pode ser utilizado para identificar grupos de indivíduos com distintos graus de risco para os maus-tratos infantis.

Os estudos de avaliação da qualidade psicométrica do instrumento, no contexto de origem, pelos métodos Split-half e Kuder-Richardson, apontam para consistência interna que varia de 0,92 a 0,98 (Milner, 1994) e os estudos de teste-reteste encontraram índices que variam de 0,75 a 0,91, a depender do intervalo de tempo de aplicação do instrumento. O instrumento já foi traduzido e adaptado em vários países, sendo amplamente utilizado para a detecção do potencial de abuso infantil, bem como para avaliar a eficácia de intervenções na área. No Brasil, também foi traduzido e adequado semanticamente (Ávila de Mello et al., 2008), bem como submetido à avaliação de algumas de suas propriedades psicométricas. Bérnago, Pasian, Ávila de Mello e Bazon (2009) verificaram a consistência interna da versão traduzida para o português. Segundo análise pelo coeficiente *Alpha de Cronbach* o índice de precisão para a amostra total foi superior a 0,90. As autoras buscaram ainda verificar evidências de validade do instrumento quanto à capacidade de identificar corretamente grupo clínico- casos notificados por maus-tratos- de grupo não clínico- casos sem este histórico- e verificaram que 35 dos 77 itens da escala de Abuso discriminaram adequadamente os grupos. Em 2013, Rios, Williams, Schelini, Bazon e Piñon, encontraram coeficiente 0,95, demonstrando importante indicativo de consistência interna do instrumento. Neste último

estudo foram investigadas também as evidências de validade de constructo do instrumento e os resultados indicaram 39,6% da variabilidade total explicada.

Cumprir informar que ele é composto por 160 afirmações às quais o participante responde optando por “Concordo” ou “Discordo”. Os seus itens forma escalas, sendo a de *Abuso* (77 itens) a principal delas. Esta, por sua vez, é composta por seis subescalas: *Angústia*, *Rigidez*, *Infelicidade*, *Problemas com a criança e consigo mesmo*, *Problemas com a família*, *Problemas com os outros*. Outras duas escalas do instrumento são *Força do Ego* e *Solidão*. As escalas restantes são de validade, e visam detectar distorções nas respostas dos participantes: *Inconsistência interna*, *Resposta ao acaso* e *Mentira*. As pontuações de cada item não são fixas e, ainda, cada item pode compor mais de uma escala.

A escala de *Abuso* avalia a presença de traços de personalidade e estilos parentais característicos de cuidadores que maltratam os filhos e foi desenvolvida priorizando a avaliação de abuso físico (Bérgamo, 2007; Rios, 2010). Quanto às subescalas, tem-se que *Angústia* (36 itens) refere-se a problemas de ajustamento pessoal que indicam padrões de sentimentos negativos como frustração, tristeza, solidão, depressão, preocupação e confusão. Abarcam ainda sentimento de baixa auto-estima e raiva. *Rigidez* (14 itens) avalia um padrão de comportamento inflexível, especialmente quanto ao comportamento e à aparência das crianças. Os itens referem-se, por exemplo, a percepções parentais de que as crianças deveriam manter-se sempre limpas, nunca desobedecerem e de que necessitam de regras severas. A subescala *Infelicidade* (11 itens) refere-se à avaliação dos sentimentos em duas condições: uma felicidade/infelicidade geral e difusa, quanto à vida, de forma geral, e outra mais específica, concernente às relações interpessoais (vida afetiva, sexual, amizades). A subescala de *Problemas com a criança e consigo mesmo* (6 itens) avalia o grau com que o respondente descreve a si e à criança com conotação negativa. Diz respeito a perceber a si e à criança como portadores de habilidades limitadas e problemas especiais. A subescala *Problemas com a família* (4 itens) busca aferir a presença de problemas de relacionamento com a família, indicando a presença de brigas e discussões frequentes. A subescala *Problemas com os outros* (6 itens) avalia as dificuldades presentes nos relacionamentos interpessoais, em geral, sublinhando o quanto os relacionamentos sociais são percebidos como fonte de problemas e sofrimento. A escala *Força do Ego* (40 itens) diz respeito à percepção da pessoa a respeito de sua estabilidade emocional e seus sentimentos de adequação. Seus itens abarcam principalmente a percepção do respondente a respeito de seus problemas emocionais. Esta é a única escala invertida, ou seja, a única em que pontuar mais alto é mais positivo que negativo. Já a escala *Solidão* (15 itens) avalia o grau de isolamento social do indivíduo e sua percepção sobre o apoio social que recebe dos outros, abordando sentimentos de rejeição e de

desconfiança em relação às pessoas (Rios, 2010). Seguem exemplos de itens do instrumento: “Nunca sinto pena dos outros”, “As pessoas esperam muito de mim”, “A gente pode bater numa criança desde que não fiquem marcas fortes”, “As crianças nunca deveriam se comportar mal”, “Todas as coisas numa casa deveriam estar sempre no seu lugar”, “Às vezes, me sinto completamente sozinho no mundo”, “Sinto raiva com frequência”, “Sou uma pessoa sem sorte”, “Uma criança nunca deveria ser respondona”, “Fico preocupado frequentemente”, “Não gosto que as pessoas peguem ou toquem em mim”.

d) *Escala de Avaliação da Coesão e Adaptabilidade Familiar – Versão IV (Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales- IV - FACES-IV)*. De autoria de David Olson, este é baseado no Modelo Circumplexo do Sistema Familiar (Nogales, 2007). Seu objetivo é aferir a funcionalidade familiar, considerando três componentes considerados estruturantes das relações familiares: *coesão*, *flexibilidade* e *comunicação*. Sua aplicação é útil para se realizar um diagnóstico relacional, destacando áreas saudáveis de áreas problemáticas, dentro dos sistemas estudados (Ball et al., 2009). A dimensão *coesão* remete ao grau de estreitamento dos laços familiares e a dimensão *flexibilidade* é definida como a capacidade da família de fazer mudanças de liderança, papéis e regras. A terceira dimensão avalia as habilidades de *comunicação* dentro do sistema e é considerada como uma dimensão facilitadora dos movimentos das outras dimensões. Há também uma escala que avalia a *satisfação* com a família.

A escala é constituída por 62 itens que consistem em uma série de afirmações que devem ser respondidas em uma escala do tipo *likert* de 5 pontos. Esses compõem subescalas chamadas de “não equilibradas” (28 itens avaliam os extremos das escalas de coesão e de flexibilidade – famílias *emaranhadas*, *desengajadas*, *rígidas* e *caóticas*) e duas chamadas subescalas “equilibradas” (14 itens avaliam essas *coesão* e *flexibilidade*, em suas características de equilíbrio ou saudáveis), além das subescalas *comunicação* (10 itens) e *satisfação familiar* (10 itens). Nas subescalas “equilibradas”, na de *comunicação* e na de *satisfação*, quanto maior a pontuação, mais saudável o funcionamento da família quanto àquela dimensão. Nas escalas desequilibradas, quanto maior a pontuação, menos saudável o funcionamento da família quanto àquela dimensão.

Seguem exemplos de itens das subescalas não equilibradas: item 3 (escala desengajada) “Nós nos damos melhor com pessoas de fora da família que com os próprios familiares”; item 16 (escala emaranhada): “Os membros da minha família são muito dependentes uns dos outros”; item 35 (escala rígida) “Na minha família é muito importante que regras sejam

sempre seguidas”; item 42 (escala caótica) “Minha família sente-se confusa e desorganizada”. Nas subescalas equilibradas, são exemplos de itens: item 1 (escala coesão) “Os membros de minha família se interessam uns pela vida dos outros”; item 22 (escala flexibilidade) “Minha família é capaz de se adaptar as mudanças quando necessário”. Quanto às subescalas comunicação e satisfação, são exemplos de itens: item 48 (escala de comunicação) “Os membros da minha família conversam sobre suas ideias e crenças uns com os outros”; item 53 (escala de satisfação) “Assinale o quão satisfeito você está com o grau de intimidade/proximidade entre os membros de sua família”.

A versão original conta com propriedades psicométricas satisfatórias. Os índices da análise fatorial combinatória variaram de 0,77 a 0,89, sendo que o instrumento conta com uma história sólida nas pesquisas internacionais. No Brasil, a versão em português foi obtida por meio dos procedimentos de tradução e retro-tradução, sendo, na sequência, ajustado semanticamente para a aplicação (Santos, et al., 2013). Estão sendo realizados estudos visando sua adaptação à realidade brasileira, sendo que o instrumento já foi empregado em algumas investigações nacionais, produzindo resultados interessantes (Garbelini, 2014; De La Torre, 2016).

e) *Questionário de Apoio Social*. Originalmente proposto por Cathy Donald Sherbourne e Anita L. Stewart, em 1991, esse instrumento foi traduzido e validado para o contexto brasileiro por Chor, Griep, Lopes & Faerstein (2001). Seu objetivo é mensurar o grau com que facetas do apoio social (emocional, material, afetiva, informacional e interação social positiva) são percebidas como satisfatórias pelo indivíduo. A definição proposta por Caplan, (1974, citado por Griep, Chor, Faerstein & Lopes, 2003), de apoio social, é a empregada neste instrumento. Esse é concebido como um sistema de relações formais e informais pelas quais as pessoas recebem ajuda em uma situação geradora de tensão emocional. Esta ajuda pode ter distintas funções (ajuda material, ajuda emocional, ajuda afetiva, ajuda de informação, interações sociais positivas). Argumenta-se que é importante aferir o grau de disponibilidade e o de satisfação com que este auxílio está disponível para a pessoa, em seu cotidiano, segundo a sua percepção (Chor et al., 2001; Griep et al., 2003). Outro conceito relacionado ao apoio social diz respeito à rede social. Esta se refere às teias de relações sociais que circundam o indivíduo e suas características como, por exemplo, a frequência e a disponibilidade de contatos com amigos ou parentes, a participação em atividades comunitárias, dentre outros.

O instrumento contém ao todo 24 perguntas, sendo as cinco primeiras relativas à rede social e as restantes ao apoio social. As perguntas relativas à rede social, solicitam que os participantes relatem o número de pessoas em quem confiariam para conversar “sobre quase tudo” e também solicitam que respondam se participam ou não de atividades comunitárias. As

perguntas relativas ao apoio social questionam com que frequência o respondente conta com alguém caso esteja vivendo uma situação específica, como nos seguintes exemplos: “Se você precisar de alguém que o ajude, se ficar de cama, com que frequência conta com alguém?” (apoio material). “Se você precisar de alguém para lhe ouvir, quando você precisa falar, com que frequência conta com alguém?” (apoio emocional). “Se você precisar que lhe deem um abraço, com que frequência conta com alguém?” (apoio afetivo). “Se você precisar para lhe dar informação que o ajude a compreender uma determinada situação, com que frequência conta com alguém?” (apoio de informação). “Se você precisar de alguém para se divertir junto, com que frequência conta com alguém?” (interação social positiva). As respostas são assinaladas em uma escala do tipo *likert* de 5 pontos: nunca, raramente, às vezes, quase sempre, sempre.

Os estudos sobre as propriedades psicométricas da versão brasileira mostraram bons indicadores, verificando-se consistência interna, avaliada pelo coeficiente *Alpha de Cronbach*, variando de 0,86 a 0,91 (Griep et al., 2003). Neste estudo buscou-se ainda identificar a validade de constructo e foram obtidas correlações entre os itens variando de 0,30 a 0,80.

3.3. Procedimentos de coleta dos dados

Para o cumprimento das normas éticas relacionadas às pesquisas com os seres humanos, o projeto foi encaminhado para análise e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da FFCLRP – USP. Uma vez aprovado nessa instância (Protocolo de aprovação CAEE n°. 368416614.8.0000.5407 - Anexo 3), deu-se início aos procedimentos de recrutamento dos participantes e à coleta de dados. Dado que o recrutamento de participantes ocorreu por meio de listagem fornecida por equipamentos públicos municipais, foram solicitadas também autorizações das Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social para o fornecimento de tais listas.

Para o levantamento dos potenciais participantes, a pesquisadora teve acesso a listas que continham nomes e endereços de pais/cuidadores das crianças/adolescentes, usuários dos serviços/programas ligados às instituições que colaboraram com a presente pesquisa (o CREAS e os equipamentos geridos pela Secretaria de Educação do município, os chamados Núcleos, frequentados pelas crianças/adolescentes no período contrário a escola). A partir dessas listas, procedeu-se ao recrutamento dos participantes, convidando-os a participar da pesquisa. Quanto aos recrutados a partir dos Núcleos, foram solicitadas listas de duas

instituições: uma delas continha a informação relativa a 102 famílias e a 120 famílias. Para cada dia de trabalho de campo, organizou-se um itinerário a ser percorrido pela pesquisadora, visando proceder aos convites à pesquisa e, eventualmente, à própria coleta de dados, de acordo com os endereços das famílias, a fim de não desperdiçar tempo se deslocando entre lugares muito distantes, seguindo, entretanto, a ordem das listas fornecidas. Assim, em média, em um dia inteiro de trabalho, conseguia-se contatar e coletar os dados junto a quatro ou cinco participantes. Vale dizer que era frequente a situação de num endereço determinado não haver ninguém em casa ou ter havido mudança de endereço, devendo-se, portanto, dirigir-se para o endereço subsequente, selecionado das listas disponibilizadas, por não ter conseguido qualquer contato no anterior.

É também importante informar que se iniciou o procedimento de recrutamento tendo por base as informações de uma das listas, de uma das instituições, e ao completar a metade do número de participantes pretendidos ($n=30$), estipulado para o Grupo A, passou-se a utilizar as informações relativas às famílias, fornecidas pela outra instituição, até alcançar o número total de participantes (inicialmente estipulado como sessenta). Não houve recusa de nenhuma família abordada. Em sete ocasiões o pai ou cuidador revelou estar com pressa ou de saída para algum compromisso. Neste caso, dado o interesse demonstrado, a pesquisadora agendou outra data para a coleta.

Procedimento semelhante foi adotado para o recrutamento dos participantes que haviam sido notificados ao Sistema de Proteção, por abuso físico, utilizando-se listagem fornecida pelo CREAS, a qual continha nomes e endereços de 63 famílias que haviam sido acompanhadas pelos profissionais dessa instituição, ou ainda estavam sendo acompanhadas. Uma vez nas residências dos potenciais participantes, a pesquisadora se apresentava, explicando genericamente a pesquisa e questionando se teriam interesse em colaborar. Em caso afirmativo, os participantes eram informados mais detalhadamente acerca dos objetivos e dos procedimentos envolvidos no mesmo, do caráter confidencial das informações e, posteriormente, de modo a confirmar a disponibilidade em participar. Aos que acenavam positivamente ao convite, eram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Anexo 4) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a Formação de Banco de dados (ver Anexo 5), para a leitura e assinaturas. Houve recusa de seis pessoas à participação no trabalho.

Em seguida dava-se início à coleta de dados, sendo que a ordem de apresentação dos instrumentos foi sempre a mesma. Gunther (2003) aponta para o fato de que um participante, ao aceitar o convite para participar de uma pesquisa, o faz, em geral, em função do interesse por aquela temática e que, sendo assim, é importante que o pesquisador inicie a coleta pelo

assunto principal e, posteriormente, passe a coletar outros dados de interesse. Considerando tais orientações, a ordem de coleta junto a todos os participantes da pesquisa foi a seguinte: *Entrevista Semi-estruturada Sobre a Prática Parental*, *Questionário de Caracterização Socioeconômica*, *FACES-IV*, *CAP* e *QAS*. Pelo fato de a pesquisa trabalhar com um tema sensível, a realização da *Entrevista Semi-estruturada Sobre a Prática Parental* serviu também para estabelecer um bom *rappor*t com os participantes, permitindo que pudessem se expressar mais livremente, minimizando suas preocupações quanto a serem avaliados/julgados. A coleta de dados com cada um dos participantes teve duração média de aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos e aconteceu sempre em suas residências.

3.4. Procedimentos de análise dos dados

Os dados dos instrumentos padronizados foram corrigidos de acordo com as normas específicas de cada um. Os dados referentes ao *Questionário de Caracterização Sociodemográfica* e à *Entrevista Semiestruturada Sobre a Prática Parental* foram tratados por meio de análise de conteúdo, de modo que se pudesse categorizar e tabular as evidências (Bardin, 2011), tendo em vistas categorias pré-estabelecidas em função dos objetivos do estudo. Os procedimentos adotados, para tanto, foram, sinteticamente, os seguintes: a) pré-análise, por meio da qual organizou-se o material, sendo essa marcada pela sistematização de ideias iniciais, com uso de leitura flutuante do material, elaboração de indicadores e preparação do material propriamente dito; b) exploração do material, procedimento mais demorado, consistindo em codificar, decompor e enumerar o material. A divisão dos componentes de cada entrevista ocorreu por meio da categorização. Esta se configura como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento. É como se fossem classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, realizado em função das características comuns destes elementos (Bardin, 2011); c) tratamento dos dados obtidos – ou dos resultados brutos –, de modo que se tornem significativos e válidos, seja por meio de estratégias estatísticas e/ou interpretação à luz de conceitos, modelos e/ou teorias pertinentes.

No que concerne aos dados coletados sobre as práticas de punição/castigo corporal empreendidas pelos pais/cuidadores investigados, cumpre frisar que as análises se deram de forma a, num primeiro momento, contabilizar as práticas mencionadas em termos de modalidade da punição/castigo nas categorias, conforme a listagem apresentada na tabela 3.

Em seguida, tendo por base apontamentos da literatura (Gershoff, 2002a) e a discussão realizada com mais três profissionais, tendo dois deles formação em medicina e especialidade em pediatria³, as categorias foram organizadas em ordem crescente de gravidade, segundo o critério de risco potencial de causar dano/agravo físico à criança/adolescente, atribuindo-lhes, assim, um escore representativo da ordem referente ao nível de gravidade. Mister sublinhar este aspecto de priorização do potencial de dano/agravo de natureza física, pois um comportamento parental de punição corporal não apenas tem consequências físicas, mas também emocionais. Algumas das ações categorizadas como, por exemplo, a de “amarrar a criança”, tem, em princípio, maior potencial de provocar prejuízos emocionais que físicos. As injúrias emocionais ou psicológicas, todavia, a despeito de sua relevância, não foram utilizadas como critério de avaliação, pois, além de escaparem aos objetivos da investigação, colocariam desafios muito maiores, quando não, intransponíveis, à sua classificação em termos de nível de gravidade.

Tabela 3

As modalidades de punição e suas respectivas pontuações na escala de gravidade

Modalidade	Ordem referente ao nível de gravidade
Colocar de joelhos	1
Puxar o cabelo	1
Puxar a orelha	1
Dar beliscões	1
Amarrar	2
Dar palmadas	2
Dar chineladas	3
Dar croques	4
Chacoalhar	5
Empurrar	5
Atirar objetos	6
Dar chibatada	7
Dar socos	7
Dar paulada	7
Estrangular	8
Bater a cabeça contra a parede	8

³ A discussão sobre ordem das categorias, em termos de nível de gravidade, considerando seu potencial de injúria, foi realizada pela presente pesquisadora, sua orientadora e dois profissionais da área médica, com especialidade em pediatria. Os profissionais médicos fizeram cada qual sua avaliação das modalidades de punição corporal, pontuando uma a uma, da mais leve à mais grave, considerando como critério o potencial de risco de produção de danos físicos, exclusivamente. Posteriormente, a pesquisadora e sua orientadora conciliaram tais julgamentos de acordo com o que está apresentado na tabela 3.

De maneira sintética, são apresentadas as justificativas principais para a ordenação apresentada. O comportamento parental de *colocar de joelhos* juntamente com *puxar o cabelo*, *puxar a orelha* e *dar beliscões* foram consideradas as menos danosas e, por isso, pontuados como “1”. No caso da modalidade *colocar de joelhos*, considera-se que possa ter um impacto negativo importante em termos emocionais, entretanto, o potencial de lesão/injúria em termos físicos é pequeno.

Este mesmo raciocínio aplica-se à ação de *amarrar*, colocada em segundo lugar, recebendo assim a pontuação “2”. Esta parece com um comportamento mais grave que o de *colocar de joelhos*, pois depende da força com a qual se amarra a criança; no caso da pesquisa, os participantes relataram que amarravam a criança com cordas pelos pés ou pelas mãos à cabeceira da cama. Com a mesma pontuação em termos de nível de gravidade foi avaliado o comportamento de *dar palmadas*, que se refere ao ato de bater com as mãos abertas em partes inferiores do corpo da criança. A ação de *dar chineladas* obteve pontuação “3”, pois, em função do objeto (chinelos ou sandálias), apresentam maior potencial de dano físico. A modalidade *dar croques* foi pontuada como um pouco mais grave (“4”), pois consiste em uma ação que se dirige à cabeça da criança e, a depender da força empregada e da idade da criança, pode provocar lesões mais sérias.

O *chacoalhar* foi avaliado, na ordem, como mais grave, recebendo a pontuação “5”. Neste caso, há que se referir a uma síndrome conhecida pelos pediatras como *shaken baby syndrome* (síndrome do bebê sacudido). Consiste em uma ação que pode provocar dano cerebral permanente e irreparável e pode até levar à óbito. Bebês são susceptíveis a lesões cranianas provocadas pelo chacoalhar, pelo fato dos músculos de seu pescoço serem fracos e não suportarem segurar a força dos movimentos da cabeça para trás e para frente. Desse modo, o cérebro do bebê se move em direções opostas podendo causar rompimento de tecidos e vasos sanguíneos. Importante mencionar que o choro incessante do bebê costuma ser o gatilho para tal comportamento parental (Scannapiecco & Connel-Carrick, 2005). Quanto maior a idade da criança, menor o potencial de lesão atrelado ao comportamento parental de chacoalhar. A ação de *empurrar* a criança obteve a mesma pontuação, pois considerou-se a possibilidades de quedas, o que a associa a um risco mais elevado de lesão.

A ação de *atirar objetos* contra a criança foi julgada como um pouco mais grave (equivalendo à pontuação “6”) dado que, a depender do local do corpo da criança atingido, da força empregada pelo adulto e das características do objeto atirado (pontiado, afiado, muito pesado) o risco de lesões importantes é alto.

As ações de *dar chibatada*, *dar socos* e *dar pauladas* foram situadas na sequência, pontuadas com “7”, pois todas, independente da força empregada pelo adulto, apresentam potencial de injúria física maior. No caso de serem empregadas com força, em partes do corpo mais vulneráveis ou em número de golpes elevado, podem inclusive levar a criança à morte. Os comportamentos de *estrangular* a criança e de *bater sua cabeça contra a parede* foram consideradas, na ordem estabelecida, as mais danosas, podendo até mesmo levar à morte e, portanto, pontuadas com o valor máximo (“8”), pois independente de qualquer outra variável (como o número de golpes ou o tempo decorrido durante a ação) podem provocar lesões mais sérias.

Na sequência os dados sobre as práticas também foram contabilizados em termos de *região principal do corpo da criança sobre o qual a punição/castigo incide*, segundo as categorias descritas na tabela 4. De igual modo, tendo por base apontamentos da literatura (Gershoff, 2002a; Gershoff, 2002b, Taillieu et al., 2015) e a discussão realizada com os já mencionados profissionais da área médica⁴, as categorias foram organizadas em ordem crescente, em termos de nível de gravidade, segundo o critério risco potencial de causar dano/agravo físico à criança/adolescente, atribuindo-lhes, assim, um escore representativo desse nível de gravidade.

Tabela 4

As partes do corpo da criança sobre os quais incide a punição e as respectivas pontuações atribuídas, em termos de gravidade

Região do corpo	Pontuação
Abaixo da cintura	1
Mãos e braços	2
Tronco (costas ou peito)	3
Cabeça e face	4

Ainda no tocante às práticas de punição corporal empreendidas pelos pais/cuidadores investigados, na análise observou-se a *frequência* com a qual esses recorreriam a essas, de acordo com as categorias pré-estabelecidas no roteiro de entrevista (diariamente, 2 ou 3 vezes por semana, uma vez por semana, uma vez por mês, menos de uma por mês), porque, segundo a literatura, a *frequência* com a qual a punição corporal ocorre é um elemento importante a ser

⁴ A discussão sobre ordem das categorias, em termos de nível gravidade, considerando seu potencial de injúria foi realizada pela presente pesquisadora, sua orientadora e dois profissionais da área médica com especialidade em pediatria. Quanto à variável *parte do corpo* sobre a qual a punição incide houve total coincidência entre todos.

considerado. Se a punição corporal for muito frequente, mesmo que a *modalidade* da punição não seja tão gravosa, o risco de sofrimento físico e psicológico se eleva (Gershoff, 2002a; Gershoff, 2008; Taillieu et al., 2015). Verificou-se também o fato de haver ou não referência ao *sentimento de raiva durante o ato de punir/castigar* fisicamente a criança/adolescente (se com ou sem raiva), porque, segundo a literatura, a presença de sentimento de raiva ou irritação caracterizaria uma punição corporal potencialmente mais arriscada. Além de perder seu valor instrumental, configurar-se-ia em uma descarga de emoções negativas, o que aumentaria o risco de provocar injúrias na criança (Gough & Reavey, 1997; Gershoff, 2002a, Martín, 2003).

Estabeleceu-se, assim, a possibilidade de aferir níveis de gravidade das práticas de castigo/punição corporal, pela combinação dessas quatro variáveis descritas: 1) *modalidade* de punição (considerando o aumento da gravidade, segundo a ordem estabelecida na tabela 3); 2) *local do corpo da criança onde incide a punição* (considerando o aumento da gravidade segundo a ordem estabelecida na tabela 4); 3) *frequência* da punição (considerando que quanto mais frequente, mais grave); 4) estado emocional durante a punição (considerando a *presença de raiva* durante a prática mais grave).

Realizadas essas etapas, os dados foram compilados em banco especificamente construído para a investigação e tratados estatisticamente. A análise exploratória dos dados foi realizada a fim de organizar as informações e caracterizar a amostra, no tocante aos grupos A (pais/cuidadores da população geral) e B (pais/cuidadores notificados ao sistema de proteção), em termos das médias e desvios-padrão para as variáveis quantitativas e em termos de frequência para as variáveis categóricas. Em seguida, os grupos foram comparados em relação às escalas dos instrumentos *FACES-IV*, *CAP* e *QAS*, por meio do teste não-paramétrico U de Mann-Whitney, uma vez que os pressupostos para a aplicação de testes paramétricos não foram atendidos. Para comparar os grupos em relação às variáveis categóricas, empregou-se o teste de Qui-Quadrado.

3.5. Aspectos éticos

Para além dos aspectos formais relacionados à submissão e à apreciação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da FFCLRP-USP, à luz das normativas para a realização de investigações com seres humanos, em termos práticos, sua implementação envolveu vários desafios de natureza ética, dado que implicava em temática delicada. No

decorrer da coleta de dados junto aos participantes, por exemplo, especialmente daqueles da população geral, ficou claro em alguns casos/situações a existência de necessidades/dificuldades vividas pela família, requerendo algum tipo de intervenção. Estas necessidades não se restringiam tão somente a questões referentes ao relacionamento entre os pais/cuidadores e as crianças/adolescentes, mas a outras problemáticas, incluindo situações de violência intrafamiliar. Todas as questões trazidas foram abertamente discutidas com os participantes, tendo-se realizados os devidos encaminhamentos, considerando as necessidades de ajuda detectadas, em vista do fato de a pesquisadora ser psicóloga e profissional da área da assistência social do município.

Uma vez que o procedimento de coleta de dados era extenso, com aplicação de muitos instrumentos que ocupavam o tempo dos entrevistados, notou-se que, não raro, esses se sentiam cansados, a uma certa altura. Nestas situações, a pesquisadora buscou questioná-los quanto ao desejo de interromper ou agendar outro encontro. Além disso, a pesquisadora permaneceu bastante atenta ao princípio ético da beneficência. Desse modo, esforçou-se para que aquele momento dedicado ao levantamento de dados pudesse ser significativo também para os participantes, cuidando para se apresentar de um modo afável, sem excesso de formalismos, fazendo questão de atender a seus pedidos de orientações, quando essas solicitadas, imediatamente.

Importante mencionar, ainda, que a maior parte dos entrevistados não se sentiu à vontade com o pedido de audiogravação da entrevista; neste caso, seu desejo foi respeitado, sendo esses tranquilizados quanto à legitimidade de seu pedido, a fim de que não se sentissem desconfortáveis. Nestes casos, buscou-se anotar no roteiro de entrevista o máximo das respostas oferecidas e, imediatamente, após o término da coleta, em outro local, complementar as informações com novas anotações, a fim preservar ao máximo a qualidade do dado coletado. Por fim, cumpre mencionar que, como contrapartida à colaboração oferecida pelas instituições que forneceram as listas com nomes e endereços dos potenciais participantes, a pesquisadora se dispôs a ministrar duas palestras em cada instituição, sobre temas relacionados à educação de crianças. Apesar do interesse manifestado pelas instituições, as palestras, todavia, não aconteceram, pois, as instituições não se organizaram para tal.

4. RESULTADOS

Inicia-se a apresentação dos resultados com a caracterização da amostra, no tocante a informações de natureza sociodemográfica, lembrando que algumas das variáveis são também indicadores de risco de maus-tratos – abusos físicos, segundo a literatura. Na sequência, são apresentados os resultados que caracterizam as práticas punitivas presentes na amostra e os dados obtidos com aplicação dos instrumentos estruturados, que também remetem a variáveis consideradas risco, segundo a literatura. Optou-se por apresentar todas essas informações em função dos grupos, lembrando que o grupo A (n=47) abarca os participantes da população geral (recrutados na comunidade), portanto, sem histórico de notificação no Sistema de Proteção Infantil, e que o grupo B (n=40) abarca os participantes com histórico de notificação por abusos físicos no Sistema de Proteção Infantil (recrutados junto ao CREAS).

Quanto ao sexo dos participantes, a maior parte da amostra é do sexo feminino. O grupo A é composto por 45 mulheres e 2 homens e o grupo B por 35 mulheres e 5 homens. A média de idade dos participantes do grupo A foi de 37,5 anos (DP= 12) e dos participantes do grupo B foi de 34,3 anos (DP= 9,4). A tabela 5 apresenta a distribuição dos participantes de acordo com o estado civil, apontando que a maioria era casado, unido ou divorciado/separado. Quanto à comparação dos grupos, importante esclarecer que o teste Qui-quadrado avaliou se a proporção de indivíduos de um determinado grupo estava significativamente abaixo ou acima do esperado; neste caso, quando o resíduo padronizado ajustado foi menor que 1,9, pode se considerar que os resultados estão dentro do esperado e que, inversamente, quando acima de 1,9, os resultados estão acima do que seria esperado. Quanto ao estado civil dos participantes, nota-se homogeneidade entre os grupos e os resultados dentro do esperado.

Tabela 5

Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto ao estado civil

Estado Civil	Grupo A (n=47)		Grupo B (n=40)		$\chi^2 (p)$	RPA
	n	%	n	%		
					1,4 (0,93)	
Casados	18	38%	13	33%		0,9
Divorciados	15	32%	13	33%		0,1
Solteiros	2	4%	2	5%		0,2
Unidos	10	21%	9	23%		0,1
Viúvos	2	4%	3	8%		0,6

A tabela 6 apresenta a distribuição dos participantes de acordo com a ocupação. As ocupações dos participantes foram classificadas em ocupações referentes a trabalho braçal/manual (rurais, pedreiro/ajudantes de pedreiro, carregadores, catadores de lixo reciclável), trabalho de prestação de serviços de baixa qualificação (empregadas domésticas, faxineiras, motoristas), trabalho de prestação de serviços de média qualificação/escolarização (caixa, recepcionista, vendedora, cabeleireiro(a) e outros trabalhos que exigem curso técnico), e profissões que exigem nível superior (administrador, farmacêutico, pedagogo). Obteve-se também a categoria “dona de casa”, referente a trabalho doméstico não remunerado.

Tabela 6

Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto à ocupação

Ocupação	Grupo A (n=47)		Grupo B (n=40)		χ^2 (p)	RPA
	n	%	n	%		
					7,9 (0,162)	
Trabalhos manuais	3	6%	1	3%		0,9
Prestação de serviços baixa qualificação	6	13%	6	15%		0,3
Prestação de serviços média qualificação	12	26%	20	50%		2,4*
Assalariados fabris	8	17%	2	5%		1,8
Donas de casa	17	36%	10	25%		1,1
Nível superior	1	2%	1	3%		0,1

*Resíduo Padronizado Ajustado maior que 1,9

Nota-se que a maior parte dos participantes referiu ter profissões que exigem baixa qualificação ou ser “donas de casa”, sendo a proporção de participantes que referiu ter um trabalho de prestação de serviços exigindo média qualificação significativamente diferente entre os grupos.

A tabela 7 apresenta a distribuição dos participantes nos grupos em função do recebimento de benefícios sociais. Tais benefícios são administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município e têm o intuito de diminuir a situação de vulnerabilidade econômica dos munícipes. Os benefícios podem se configurar como eventuais (provenientes do orçamento municipal, como o recebimento de cestas básicas, gás e mobiliário) ou de transferência de renda (provenientes do governo federal ou estadual, em que os munícipes recebem quantia mensal). A análise da tabela aponta diferenças significativas entre os grupos quanto a esta variável. Nota-se que o grupo de pais com histórico de

notificação (B) recebe mais benefícios sociais, denotando maior vulnerabilidade socioeconômica.

Tabela 7

Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto ao recebimento de benefícios sociais

Benefícios	Grupo A (n=47)		Grupo B (n=40)		$\chi^2 (p)$	RPA
	n	%	N	%		
6,7 (0,14)						
Não recebem	39	85%	24	60%		2,6*
Recebem	7	15%	16	40%		2,6*

* Resíduo Padronizado Ajustado maior que 1,9

A Figura 1 refere-se à caracterização dos participantes (das famílias) nos grupos nas classes socioeconômicas, segundo os parâmetros da Classificação Critério Brasil (ABEP, 2014).

Figura 1 -Classificação socioeconômica dos participantes dos grupos A e B de acordo com a Classificação Critério Brasil

Nota-se que em ambos os grupos, as famílias se enquadram primordialmente na classificação do estrato DE, sendo essa condição mais frequente no grupo B.

A Tabela 8 sintetiza os dados referentes à idade dos participantes, ao número de filhos, à idade em que tiveram o primeiro filho e ao número de anos de estudo. Essa também traz os

resultados quanto ao cálculo relativo ao “índice de aglomeração”. Esse refere-se à razão entre o número de pessoas coabitando na mesma casa pelo número de cômodos.

Tabela 8

Comparação estatística dos grupos em termos de média e desvio padrão quanto à idade dos participantes, idade em que teve o primeiro filho, número de filhos, anos de estudo e índice de aglomeração na residência

	Grupo A (n=47)				Grupo B (n=40)				<i>U</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Sum of Ranks</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Sum of Ranks</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Idade	37,5	12,0	46,4	2179,0	34,3	9,4	41,2	1649,0	829	0,34
Idade com que teve 1° filho	21,0	6,1	45,8	2105,5	19,8	4,5	40,9	1635,5	815,5	0,36
N° de filhos	2,7	1,5	39,8	1830,5	3,7	4,0	47,8	1910,5	749,5	0,13
Anos estudo	6,8	3,3	44,8	2104,0	6,4	3,1	43,1	1724,0	904	0,76
Aglomeração	1,4	0,8	47,8	2245,0	1,1	0,6	39,6	1583,0	763	0,13

** Estatisticamente significante ao nível de 0,01

* Estatisticamente significante ao nível de 0,05

De acordo com os dados apresentados, nota-se que os grupos se assemelham no tocante à média de anos de estudo e quanto ao índice de aglomeração. Nas outras variáveis analisadas eles parecem ter médias diferentes, sendo os participantes do grupo A mais velhos, com menor número de filhos, tendo tido o primeiro filho dois anos mais tarde, quando comparados aos participantes do grupo B. Todavia, as diferenças entre as médias não foram estatisticamente significativas.

A tabela 9, a seguir, refere-se à distribuição dos participantes nos grupos em relação ao consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas.

Tabela 9

Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem em termos do consumo de substâncias

	Grupo A (n=47)		Grupo B (n=40)		$\chi^2 (p)$	RPA
	n	%	N	%		
Fuma					2,83 (0,13)	
Não	39	83%	27	68%		1,7
Sim	8	17%	13	33%		1,7
Uso de álcool					5,88 (0,01)	
Não	25	53%	11	28%		2,4*
Sim	22	47%	29	73%		2,4*
Frequência do uso de álcool					8,7 (0,03)	
Não faz uso	25	53%	11	28%		2,4*
De vez em quando	6	13%	5	13%		0,0
Uma ou mais vezes por semana	16	34%	21	53%		1,7
Diariamente	0	0%	3	8%		1,9*
Uso de drogas					2,98 (1; 0,1)	
Não	41	87%	29	73%		1,7
Sim	6	13%	11	28%		1,7

* Resíduo padronizado ajustado maior que 1,9

Quanto ao consumo de substâncias, nota-se que houve diferenças significativas entre os grupos quanto ao uso de álcool e quanto à frequência de seu consumo. Do total de participantes do grupo B, 73% referiram fazer uso de álcool e a frequência de consumo diário seria significativamente maior do que o faz o grupo A. A tabela 10 apresenta os dados referentes à satisfação dos participantes com sua relação conjugal.

Tabela 10

Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem em termos da satisfação com a relação conjugal

	Grupo A (n=47)		Grupo B (n=40)		$\chi^2 (p)$	RPA
	n	%	N	%		
Satisfação com a relação conjugal					5,56 (0,14)	
Não possuem cônjuge	19	40%	18	45%		0,4
Ruim	2	4%	7	18%		2,0 *
Regular	8	17%	6	15%		0,3
Bom	18	38%	9	23%		1,6

*Resíduo padronizado ajustado maior que 1,9

Pode-se notar que há diferenças significativas entre os dois grupos quanto ao grau de satisfação com a relação conjugal, no nível ruim, tendo-se mais participantes do grupo B a

conceberem seu relacionamento como ruim, quando comparados aos participantes do grupo A. A seguir, na tabela 11 estão apresentados os dados referentes a mudanças de residência dos participantes nos últimos dois anos.

Tabela 11

Comparação estatística da distribuição dos participantes nos grupos, em frequência e porcentagem quanto às mudanças de residência nos últimos dois anos

	Grupo A (n=47)		Grupo B (n=40)		$\chi^2 (p)$	RPA
	n	%	n	%		
Mudança de residência					9,6 (0,02)	
Sem mudança de residência	40	85%	22	55%		3,1*
Com mudança de residência	7	15%	18	45%		3,1*

*Resíduo padronizado ajustado maior que 1,9.

Pode-se notar que a diferença entre os grupos quanto a esta variável é significativa, sendo que os participantes do grupo B referiram ter mudado mais frequentemente de residência que os participantes do grupo A.

Quanto às práticas de punição/castigo corporal a tabela a seguir sintetiza os dados no tocante às *modalidades de punição, partes do corpo da criança em que a punição incide, a frequência do comportamento e a presença de sentimento de raiva quando pune*.

Tabela 12

Comparação estatística dos grupos quanto às variáveis que remetem à gravidade da punição corporal – modalidades de punição corporal, local do corpo da criança, frequência da punição corporal e presença de sentimento de raiva

	Grupo A (n = 47)				Grupo B (n = 40)				U	p
	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks		
¹ Modalidades de Punição	7,8	5,9	30,1	1413,0	17,1	7,8	60,4	2415,0	285	0,00 **
¹ Partes Corpo da Criança	3,2	2,6	31,7	1491,5	7,3	4,0	58,4	2336,5	363,5	0,00 **
¹ Frequência de Punição	1,6	0,8	35,7	1677,0	2,3	0,9	53,8	2151,0	549	0,00 **
	n	%			n	%			χ^2	p
² Presença sentimento raiva	39	83%			34	85%			0,1	0,80

** Estatisticamente significativa ao nível 0,01

1. Teste de Mann-Whitney 2. Teste de qui-quadrado

Depreende-se da tabela que apenas a presença de *sentimento de raiva* durante a punição corporal não apresentou diferenças significativas entre os grupos. Nas outras variáveis, o grupo B apresenta médias mais elevadas, denotando que ao punirem as crianças utilizam *modalidades* cujo potencial de causar dano/injúria é maior, em *partes do corpo* mais vulneráveis e com maior *frequência*.

Na sequência, apresentam-se os resultados relacionados aos instrumentos padronizados utilizados. A Tabela 13 apresenta os resultados relativos ao *Inventário de Potencial de Abuso Infantil* (CAP).

Tabela 13

*Comparação estatística dos grupos em termos de médias e desvios-padrão nas escalas do Inventário CAP*⁵

	Grupo A (n=47)				Grupo B (n=40)				U	P	
	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks			
Abuso	209,0	105,7	36,0	1694,0	282,2	92,0	53,4	2134,0	566	0,00	**
Angústia	121,1	73,5	38,4	1804,0	156,8	69,8	50,6	2024,0	676	0,02	*
Rigidez	30,8	14,6	31,7	1491,0	46,7	11,4	58,4	2337,0	363	0,00	**
Infelicidade	22,9	15,5	36,6	1718,0	33,2	16,4	52,8	2110,0	590	0,00	**
Prob.Consigo/cça	4,0	5,5	38,9	1829,5	6,6	6,9	50,0	1998,5	701,5	0,04	*
Prob. Família	15,1	13,2	39,9	1875,5	20,7	14,8	48,8	1952,5	747,5	0,10	
Prob.Outros	14,4	7,9	37,5	1762,0	18,4	6,7	51,7	2066,0	634	0,01	**
Força do ego	20,6	10,0	51,6	2427,0	14,0	9,3	35,0	1401,0	581	0,00	**
Solidão	8,3	4,4	38,9	1826,5	10,1	4,4	50,0	2001,5	698,5	0,04	*

**Estatisticamente significativo ao nível de 0,01

* Estatisticamente significativo ao nível de 0,05

Nota-se que houve diferenças significativas entre os grupos na escala principal de *Abuso* e nas suas subescalas *Angústia*, *Rigidez*, *Infelicidade*, *Problemas consigo e com a criança*, *Problemas com os outros* assim como em *Força do ego* e em *Solidão*. Na escala de *Força do ego*, o grupo A apresentou maior média que o grupo B, lembrando que ela é uma escala invertida (quanto maior a média, maior a *força do ego*). Em todas as outras escalas o grupo B apresentou maior média que o grupo A, apontando que os participantes desse grupo apresentam em maior frequência sentimentos negativos, pensamentos e condutas rígidas em

⁵ Quanto às escalas de validade (Mentira, Acaso e Inconsistência), os valores do presente estudo estão dentro do considerado adequado pelo manual do *Inventário CAP* (Milner, 1986).

relação à criança, sentimento de infelicidade, problemas de relacionamento com a criança e dificuldades de sociabilidade.

O manual do *Inventário CAP* (Milner, 1986) estabelece como nota de corte, na Escala Abuso, o valor de 215 pontos, tendo por base normas americanas. De modo exploratório, ao se comparar esse valor com as pontuações obtidas através das respostas dos participantes na presente investigação, nota-se que o grupo B apresenta pontuação bem acima desta nota, o que indicaria maior potencial para os maus-tratos infantis.

A Tabela 14 sintetiza os resultados obtidos com a aplicação do *FACES-IV* que, conforme mencionado, avalia a funcionalidade familiar, considerando duas escalas saudáveis (*coesão e flexibilidade*), quatro escalas não saudáveis ou desequilibradas (*desengajada, emaranhada, rígida e caótica*), além das escalas que avaliam *comunicação* familiar e grau de *satisfação* geral com o funcionamento familiar.

Tabela 14

Comparação estatística dos grupos em termos de médias e desvios-padrão nas escalas do FACES-IV

	Grupo A (n=47)				Grupo B (n=40)				U	p	
	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks			
Coesão	27,9	4,2	52,0	2444,5	22,8	7,5	34,6	1383,5	563,5	0,00	**
Flexibilidade	24,5	3,8	53,4	2508,5	19,6	6,0	33,0	1319,5	499,5	0,00	**
Desengajada	16,4	4,7	38,1	1792,5	20,1	7,4	50,9	2035,5	664,5	0,02	*
Emanhada	19,4	3,9	47,8	2247,0	18,4	6,1	39,5	1581,0	761	0,13	
Rígida	18,9	3,9	45,3	2128,0	18,6	4,4	42,5	1700,0	880	0,61	
Caótica	16,8	4,6	39,4	1851,0	19,4	6,5	49,4	1977,0	723	0,06	
Comunicação	35,1	6,9	52,4	2460,5	28,4	8,6	34,2	1367,5	547,5	0,00	**
Satisfação	30,5	6,3	53,4	2511,0	23,8	7,9	32,9	1317,0	497	0,00	**

** Estatisticamente significativo ao nível de 0,01

* Estatisticamente significativo ao nível de 0,05

Nota-se com relação às escalas equilibradas ou saudáveis – *coesão e flexibilidade* – que as médias do grupo A são significativamente maiores que as do grupo B, o que também ocorre para as escalas de *comunicação* e *satisfação*. Tais dados apontam para um funcionamento familiar mais saudável no grupo A. Quanto às escalas desequilibradas, apenas na escala *desengajada* houve diferenças significativas entre os grupos, sendo que o grupo B apresentou média maior que o grupo A, ou seja, seus participantes perceberiam sua família como menos engajados nos problemas familiares que os participantes do grupo A.

Na Tabela 15 são apresentados os resultados obtidos com a aplicação do *Questionário de Apoio Social (QAS)*.

Tabela 15

Comparação estatística dos grupos em termos de médias e desvios-padrão nas escalas do QAS

	Grupo A (n=47)				Grupo B (n=40)						
	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks	M	DP	Mean Rank	Sum of Ranks	U	p	
Rede Social											
Parentes	1,8	1,8	51,3	2411,0	0,8	0,9	35,4	1417,0	597	0,00	**
Amigos	1,7	1,6	52,0	2446,0	0,8	1,1	34,6	1382,0	562	0,00	**
Atividades Grupais											
Esportes	0,0	0,2	42,9	2014,0	0,1	0,3	45,4	1814,0	886	0,29	
Associações	0,0	0,1	44,4	2088,0	0,0	0,0	43,5	1740,0	920	0,36	
Voluntariado	0,0	0,1	44,4	2088,0	0,0	0,0	43,5	1740,0	920	0,36	
Apoio Social											
Material	17,5	3,5	53,3	2505,5	14,0	4,6	33,1	1322,5	502,5	0,00	**
Emocional	11,7	4,2	48,3	2271,0	10,1	3,3	38,9	1557,0	737	0,08	
Informação	12,8	3,6	51,4	2414,0	10,6	2,9	35,4	1414,0	594	0,00	**
Afetivo	11,6	3,1	52,8	2480,0	9,3	3,1	33,7	1348,0	528	0,00	**
Int.social positiva	12,7	4,7	51,8	2436,5	9,6	3,2	34,8	1391,5	571,5	0,00	**
Escore total	66,5	14,5	53,2	2502,5	53,6	13,7	33,1	1325,5	505,5	0,00	**

** Estatisticamente significante ao nível de 0,01

Quanto à *rede social* dos participantes, nota-se que ambos os grupos possuem redes pequenas e que há diferenças significativas entre os dois grupos, sendo que o grupo B apresentou médias inferiores às do grupo A, tanto para a *rede de parentes* quanto para a *rede de amigos*. Ademais, destaca-se que nos dois grupos não houve praticamente referência à participação em atividades sociais-comunitárias, de qualquer tipo (esportes e cultura; associações políticas; atividades voluntárias).

Quanto ao apoio social percebido, nota-se que há diferenças significativas entre os grupos em todas as dimensões do *apoio social*, à exceção do *apoio emocional*, sendo que os participantes do grupo B apresentaram médias inferiores às do grupo A. Como referência, vale mencionar que a pontuação total do instrumento pode variar de 19 a 95 pontos. Outro aspecto interessante que se pode depreender da tabela é que a dimensão *apoio material* é aquela percebida como mais presente na vida dos participantes, tanto no grupo A quanto no grupo B.

5. DISCUSSÃO

O objetivo do presente estudo foi o de verificar se grupos de pais com e sem histórico de notificação ao sistema de proteção infantil por abuso físico se diferenciariam quanto ao comportamento parental de punir/castigar a criança/adolescente, ou seja, no plano das *modalidades* de punição corporal empregadas, no dos *partes do corpo da criança* geralmente atingidos pelo tipo de punição implementado, no da *frequência* da punição física e no da presença ou não de *sentimento de irritação ou raiva* no momento da punição, considerando que tais variáveis são suscetíveis de indicar o potencial de risco associado à punição. Ademais, buscou-se igualmente verificar se os grupos se diferenciariam no plano de variáveis psicossociais e contextuais apontadas pela literatura científica como fatores de risco para o abuso físico.

Na mesma direção dos resultados dos trabalhos sobre prevalência de castigo físico (OEA, 2009; Cappa & Khan, 2011), com base no presente estudo, pôde-se notar a alta frequência da utilização deste recurso como método educativo infantil. Conforme mencionado anteriormente, na fase de coleta de dados, dos 60 pais/cuidadores recrutados na comunidade, apenas 13 referiram não lançar mão do castigo corporal, ou seja, em 78% dos casos haveria presença de punição corporal. Apesar dos ordenamentos jurídicos internacionais dos quais o Brasil é signatário e da aprovação recente, em âmbito nacional, da Lei Menino Bernardo, o uso dessa estratégia continua figurando como importante recurso parental na tarefa de educar/socializar as crianças. Cabe questionar a respeito do rol completo de fatores que determinam tal situação, sem que se possa, todavia, duvidar, da força daqueles relacionados à cultura. A aceitação deste método educativo é, ainda, grande, o que incita a reflexão a respeito da representação social da criança/adolescente na contemporaneidade. Se a violência física entre adultos parece ser menos admissível, assim como a das crianças/adolescentes dirigida aos adultos, por quais razões o uso da força física direcionada a este segmento parece ser tão legitimada? Nessa esteira, parece válido cogitar que a pressão ou a cobrança protagonizada por outros agentes da socialização infantil, como os agentes da educação, da saúde e da assistência social sobre os pais/responsáveis, para controlar o comportamento dos filhos, também desempenhe algum papel neste cenário. É possível que parte dos pais que utilizam o castigo corporal o façam, frente à esta pressão, por falta de conhecimento de outras estratégias educativas.

Quanto ao *ato de punir fisicamente* as crianças, o presente trabalho priorizou alguns indicadores da *gravidade da punição corporal*. Os resultados apontam que os grupos avaliados se distinguiram em relação à todas as variáveis que compuseram tal constructo – gravidade da punição corporal – à exceção *sentimento de raiva/irritação*. Colocando de outro modo, o grupo de pais/responsáveis notificados por abuso físico utilizariam *modalidades de punição* com maior potencial de lesão física, atingindo, de forma geral, *partes do corpo da criança/adolescente* mais vulneráveis, ou seja, regiões acima da cintura e cabeça e fariam uso mais *frequente* da punição corporal. O *sentimento de irritação ou raiva* seria equivalente em ambos os grupos, sendo a punição corporal, em geral, acompanhada por esses sentimentos, quando não movida por eles para a maior parte dos investigados. Quanto a isto, cabe discutir sobre o que a literatura internacional chama de punição corporal funcional (Baumrind, 1996; Baumrind et al., 2002; Larzelere & Khun, 2005). Uma das condições para que punição física tivesse valor funcional seria o controle emocional dos pais, porque isto garantiria, em alguma medida, que fosse aplicada de modo apropriado. Os resultados do presente trabalho apontam que, mesmo no grupo de comparação (Grupo A), ou seja, mesmo em meio aos pais/cuidadores recrutados na comunidade, sem histórico de notificação ao Sistema de Proteção Infantil, a presença do *sentimento de irritação ou raiva* no momento da punição corporal é altamente prevalente. Assim, questiona-se se seria possível, nesta condição, que a punição corporal funcional possa ser aplicada. Em consonância com Martín (2003), cabe pensar que a punição corporal é mais propriamente uma ação de catarse para o adulto que um recurso educacional. Os resultados do presente estudo denotam que o castigo físico, nestas situações, não está sendo aplicado por se acreditar na eficácia desta estratégia disciplinar, mas sim em função de uma necessidade parental de alívio da tensão, frustração e raiva. Ademais cabe refletir sobre a possibilidade de que o uso do castigo corporal, sob a égide de tais sentimentos negativos parentais, conduzir a um contexto favorável a aplicação de punições cada vez mais graves. A título de exemplificação, pode-se pensar em uma situação em que o pai/cuidador está irritado, dá uma palmada (nas nádegas ou pernas) do filho e este ao invés de interromper o comportamento, começa a desafiá-lo. No caso de o comportamento desafiador da criança/adolescente ser insistente, parece haver aumento no risco de haver uma ascendência na gravidade da punição corporal, em termos de *modalidade*, força aplicada, *partes do corpo da criança* atingidas, quantidade de golpes deferida e *frequência*, dentro da lógica do ciclo coercitivo também descrito por Gerald Patterson e seus colegas do *Oregon Social Learning Center* (OSLC) (Patterson, 1989). Conforme aponta Elizabeth Gershoff em seus diversos trabalhos (2002a, 2002b, 2008, Gershoff et al., 2012) a prática da punição

corporal em si é o grande fator de risco para o abuso físico infantil, o que nos leva a ponderar criticamente os posicionamentos de defesa do uso desta como método educativo.

Iniciando, agora, a discussão referente às variáveis consideradas risco para o abuso físico, tem-se, em primeiro plano, as *variáveis do cuidador*. Quanto à *idade dos pais/responsáveis*, o grupo A, sem histórico de notificação por abuso físico, seria em média, três anos mais velho, quando comparado ao grupo B, de pais notificados por abuso físico. Todavia, nota-se que em ambos os grupos os participantes não são jovens (37,5 anos em média no grupo A, e 34,3 anos em média no grupo B), o que, aparentemente, contradiz a literatura, que indica que o aumento da idade dos pais/responsáveis parece ser um fator de proteção aos abusos físicos (Gershoff, 2002a, Romero-Martínez et al., 2014). Nessa linha, destaca-se, entretanto, ainda no tocante à variável idade, que não houve diferença significativa entre os grupos quanto à *idade que tinham na ocasião do nascimento do primeiro filho*. Os participantes de ambos os grupos teriam tido seu primeiro filho bastante jovens (em média aos 21 anos no grupo A e aos 19,8 no grupo B). A pouca idade quando do nascimento do primeiro filho tem sido apontada pela literatura como fator de risco para o abuso físico. Em outro estudo brasileiro, ter menos de 21 anos por ocasião do nascimento do primeiro filho discriminou uma amostra de cuidadores com histórico de notificação por abuso físico de outra sem esse histórico (Bérgamo, 2007), coadunando exatamente com os dados encontrado neste estudo. Os 21 anos, em média, talvez sejam um marcador de maturidade, sendo que abaixo dele, as habilidades dos pais/cuidadores para lidarem com as exigentes demandas da parentalidade (maternidade/paternidade) sejam menos consolidadas, pois, sua capacidade para abrir mão de suas necessidades em prol das necessidades das crianças, bem como o seu autocontrole, sejam menores. Essas condições negativas iniciais, circundando a relação parento-filial, podem, em alguma medida, ter ajudado a formatar as competências de alguns desses pais/responsáveis, as quais se prologaram, em suas características coercitivas, para além dos 21 anos, concorrendo, talvez, para os abusos físicos pelos quais foram notificados, mediante a presença de outros fatores de risco, outros estressores. Assim, mesmo sendo os pais/cuidadores sem histórico de notificação por abuso somente um pouco mais velhos que os do grupo sem notificação, no momento atual, esses, possivelmente, tiveram uma iniciação na parentalidade menos precoce e, portanto, mais protegida.

Algumas outras variáveis sociodemográficas, que podem operar como *fatores de risco no plano das características dos pais/responsáveis*, focalizadas no presente trabalho, são *escolarização* e *tipo de ocupação*. Quanto ao primeiro, nota-se que ambos os grupos possuem

em média seis anos de estudo, ou seja, não chegaram a completar o ensino fundamental. A maior parte dos estudos científicos aponta para a escolarização dos pais como fator de proteção tanto para a punição corporal quanto para o abuso físico (Gage & Silvestre, 2010; Friedson, 2015). A maior escolarização atrela-se, em geral, a um maior acesso a informações, possibilitando uma construção de conhecimento mais crítico sobre a vida e sobre o mundo, aumentando, portanto, a disposição do indivíduo para refletir sobre as demandas relacionadas à criação e à educação de filhos, o que, por esta via, se configuraria em fator de proteção aos abusos físicos. Ademais, uma maior escolarização coloca, em geral, os indivíduos, em melhores condições de ocupar postos de trabalho com maior status social e melhor remuneração, o que é um fator de proteção (Friedson, 2015). No caso do presente trabalho, todavia, não se verificou diferença estatística significativa entre os grupos, nesse tocante. Pode-se, assim, pensar que a baixa escolaridade seja um fator de risco tanto para a violência física leve - punição corporal - quanto para a grave - abuso físico – ou, ao contrário, pode-se pensar que a variável em questão não tem a mesma importância no contexto brasileiro, que tem em outras realidades socioculturais, pois não distinguiu os grupos, não se tratando, portanto, de um fator de risco na nossa realidade.

No que concerne à *ocupação* dos participantes, nota-se que em ambos os grupos há significativa proporção de “donas de casa”, ou seja, de mulheres que não exercem atividades remuneradas (36% do grupo A e 25% do grupo B), o que implica no fato dessas, possivelmente, estarem em contato direto e frequente com as crianças/adolescentes, mais que qualquer outro membro adulto da família. Nesse sentido, cogita-se o fato dessa condição representar uma maior responsabilidade, assumida por elas, quanto à educação/socialização dos filhos, o que, para esse subgrupo, pode constituir-se em fator de risco para as práticas de violência física.

Houve, todavia, diferença significativa entre os grupos quanto ao número de indivíduos trabalhando em atividades exigindo alguma qualificação, como caixa, recepcionista, vendedores e cabeleireiros, na proporção de 26% no grupo A e de 50% no grupo B. Esperava-se, entretanto, proporções invertidas nesse quesito, pois a expectativa era de que a maior gravidade da violência estivesse relacionada a ocupação mais braçais, exigindo menor qualificação. Pode-se aventar como explicação o fato de, na amostra em questão, o aspecto relevante, inerente à ocupação, ser o estresse laboral, sendo este, talvez, mais elevado nas ocupações denominadas acima. Pesquisas adicionais devem ser realizadas nessa esfera, pois, embora alguns trabalhos de revisão sobre fatores de risco mencionem a ocupação/profissão dos pais de menor qualificação como fator de risco para os maus-tratos infantis (Black et al. 2001; Scannapiecco & Cornell-Carrick, 2005), à exceção do estudo de Wong et al. (2009),

nenhum outro que tratasse especificamente deste tema foi encontrado. Tal estudo, de base populacional, no contexto chinês sublinha o dado que mães com profissões de alta qualificação estariam mais a risco de abusar fisicamente dos filhos devido ao estresse laboral. Os demais trabalhos frequentemente trazem dados relacionados ao status socioeconômico da família e à etnia/raça, em detrimento de informações sobre a ocupação dos participantes e, mesmo, sobre sua satisfação com o trabalho. Ter uma ocupação com maior nível de exigência/responsabilidade, talvez, seja uma variável de risco tão relevante quanto aquela do desemprego, porque em ambas as condições o indivíduo pode estar submetido a estresse em nível elevado.

Ainda no que concerne às *variáveis relacionadas aos pais/responsáveis*, priorizada no presente estudo, está o consumo de substâncias. Pôde-se notar que o grupo de pais notificados por abuso físico apresentou maiores índices de consumo de tabaco e de experimentação de substâncias ilícitas, todavia sem que diferenças estatísticas significativas fossem identificadas. As diferenças entre os grupos foram significativas somente quanto ao fato de consumir bebidas alcoólicas e quanto à frequência deste consumo. Do total de participantes do grupo da comunidade, sem histórico de notificação, 47% mencionaram fazer uso de bebidas alcoólicas, ao passo que do total de participantes do grupo com histórico de abuso físico infantil o percentual foi de 73%. No grupo de pais da comunidade a frequência diária de consumo desta substância não pontou, ao passo que 8% dos participantes reunidos no grupo de pais notificados por abuso físico indicou fazer uso diário de álcool. Esses resultados destacam o quanto o uso abusivo de álcool é um fator de risco importante na produção do abuso físico. Sabe-se que o uso abusivo de álcool tem sido associado a diversos problemas sociais, não apenas relacionados aos maus-tratos infantis, mas também à violência interpessoal de outra natureza, a acidentes de trânsito, a problemas laborais, dentre outros. Embora haja maior tolerância social frente ao álcool, em comparação com outras substâncias, sobretudo as ilícitas, o consumo abusivo desse consistir em um fator atrelado a consequências tão senão mais graves que as atreladas a determinadas substâncias ilícitas. Tais achados estão na mesma direção dos resultados de outros trabalhos científicos, que apontam o consumo de substâncias como fatores associados à punição corporal, mas principalmente ao abuso físico (Black et al., 2001; Scannapiecco & Cornel-Carrick, 2005). Isso porque o consumo de bebidas alcoólicas pode interferir negativamente na capacidade dos pais para avaliar e interpretar os comportamentos infantis, o que os tornam mais propensos a atividades cognitivas automáticas e a respostas agressivas (Scannapiecco & Cornell-Carrick, 2005; Sahim & Yetim, 2011).

Ainda no plano das características dos pais/responsáveis, adentrado, contudo, no plano do seu funcionamento psicológico, discute-se agora os resultados da comparação dos grupos no instrumento *Inventário de Potencial de Abuso Infantil* (CAP), sendo que esses evidenciaram informações importantes. Nota-se que houve diferenças significativas entre os grupos na escala principal, a de *abuso*, bem como em suas subescalas *angústia*, *rigidez*, *infelicidade*, *problemas consigo e com a criança*, *força do ego* e *solidão*. Os resultados da escala de *abuso* evidenciam que os pais com histórico de notificação por abuso apresentaram maior desconforto psicológico, evidenciado por sentimentos de baixa auto-estima, tristeza, confusão e ansiedade, o que corrobora os achados de outros trabalhos científicos (Black et al., 2001; Scannapiecco & Cornell-Carrick, 2005; Francis & Wolfe, 2008; Rodriguez et al., 2015). Quanto aos sentimentos de *angústia* e de *infelicidade* parental, nota-se que o grupo de pais notificados por abuso físico infantil apresentou índices mais elevados em ambas as subescalas, o que aponta para a preponderância de um padrão de sentimentos marcado por mal-estar psicológico, no qual se evidenciam sensação de frustração, tristeza, solidão, depressão, preocupação, confusão e infelicidade, quanto à vida em geral e aos relacionamentos. Esses sentimentos negativos podem interferir na capacidade do pai/cuidador para se voltar para a criança, pois o mal-estar psicológico pode fazer com que fique muito centrado em seus próprios sentimentos e necessidades. Diversos estudos apontam para a interferência dos sentimentos de depressão, insatisfação, ansiedade e baixa autoestima como fatores de risco para os maus-tratos infantis (Francis & Wolfe, 2008; Asla et al., 2011; Bérigamo & Bazon, 2012). Ademais, tal estado emocional pode interferir na capacidade parental para identificar e compreender adequadamente os comportamentos infantis, conforme aponta o estudo de Balge e Milner (2000).

Nessa esteira, mister sublinhar as diferenças entre os grupos na subescala *rigidez*, do *Inventário* CAP, na qual as médias do grupo B foi estatisticamente mais elevada. Tal padrão de funcionamento psicológico tem sido apontado pela literatura internacional como um fator central para a produção do abuso físico infantil. Este se refere a um funcionamento cognitivo marcado por pouca flexibilidade para avaliar as situações de maneira particularizada, ou seja, considerando e integrando as características específicas de cada situação (Milner, 2003).

Conforme aponta o Modelo do Processamento da Informação Social de Joel Milner (2000), a primeira fase do processamento cognitivo corresponde à percepção que os pais têm a respeito das crianças/dos filhos e de sua conduta; a segunda se refere às interpretações, avaliações e expectativas sobre a conduta da criança; a terceira diz respeito à integração dessas informações e à seleção da resposta, e a quarta alude à própria execução da resposta (Milner, 2003). Portanto, a maior *rigidez* dos participantes notificados por abuso físico pode

de algum modo perpassar uma ou mais dessas fases do processamento cognitivo, concorrendo, por exemplo, para que as percepções sejam distorcidas e as expectativas inadequadas, o que os levaria a uma maior probabilidade de selecionar e de executar respostas também inadequadas. Por exemplo, um pai/uma mãe pode acreditar que uma criança de sete anos de idade já consegue, sem auxílio, levantar-se pela manhã, trocar-se, alimentar-se e se dirigir à escola (expectativas irrealistas). O insucesso infantil na execução dessas tarefas, por parte da criança, pode ser percebido pelo pai/pela mãe como uma falta de esforço ou uma ação intencional da criança (percepção inadequada), o que favoreceria o uso do castigo físico (por ocasião da integração das informações e da seleção de resposta). Conforme aponta a literatura científica, os déficits e distorções no processamento da informação social são mais frequentes em pais com alto risco para o abuso infantil. Esses tenderiam a atribuir ao comportamento infantil a características estáveis e internas à criança e, com isso, a manter expectativas irrealistas quanto ao que esperar dela (Nayak & Milner, 1998; Montes et al., 2001).

Ainda quanto às variáveis psicológicas do cuidador avaliadas pelo instrumento CAP, nota-se que o grupo B distingue-se do A quanto à *força do ego*. Ou seja, os pais notificados por abuso físico perceber-se-iam como mais instáveis emocionalmente, mais frágeis e mais inadequados. À semelhança do que foi explicitado quanto aos sentimentos de angústia e de infelicidade, a sensação de vulnerabilidade emocional, expressa pelos menores índices na escala *força do ego* podem se configurar como fatores mediadores dos processos cognitivos parentais, favorecendo não apenas uma menor disponibilidade afetiva para lidar com as demandas dos filhos, mas também distorções nas percepções, interpretações e expectativas a respeito do comportamento infantil. Os sentimentos de *angústia*, *infelicidade* e a menor *força do ego* configurar-se-iam, desse modo, fragilidades que dificultariam a eles se organizarem tanto emocional quanto cognitivamente para as tarefas parentais que, per si, são bastante exigentes e desafiadoras. Os achados do presente estudo quanto à *força do ego*, à *angústia* e à *infelicidade* corroboram o que foi encontrado por outros estudos científicos (Balge & Milner, 2000; Montes et al., 2001, Bérigamo & Bazon, 2012).

Dada a maior fragilidade psicológica e a maior rigidez cognitiva e comportamental apresentada pelos pais/cuidadores notificados por abuso físico, era esperado que tivessem maiores índices nas subescalas *problemas com a criança e consigo* e *problemas com os outros*, o que efetivamente foi constatado. O mal-estar psicológico associado à inadequação das

percepções e das expectativas parentais acarreta, possivelmente, de maneira concreta, muitos problemas no relacionamento com as crianças e também com outras pessoas.

Finalmente, quanto às outras subescalas do CAP, cabe tecer considerações a respeito da escala *solidão* na qual também houve diferenças significativas entre os grupos. Esta, além de representar aspectos psicológicos do indivíduo como os sentimentos de desconfiança em relação às pessoas e sensação de rejeição, aborda a percepção do apoio e do isolamento social experienciado pelo indivíduo. Assim, depreende-se que os participantes notificados ao Sistema de Proteção Infantil sentir-se-iam mais desconfortáveis em seus relacionamentos sociais e, ainda, com menor apoio social e mais isolados, dado que é confirmado mais adiante, pelos resultados obtidos com a aplicação do instrumento de apoio social.

No que se refere aos fatores de risco relativos ao microssistema “família”, aqueles associados ao *sistema familiar*, analisados no presente trabalho, observa-se, primeiramente, que os grupos se mostraram semelhantes quanto ao estado civil (sendo, a maioria casados/unidos ou divorciados/separados). No presente trabalho, notou-se que ambos os grupos possuiriam índices significativos de participantes divorciados ou separados, solteiros e viúvos, ou seja, pessoas que não têm um parceiro com quem dividir a responsabilidade diária dos cuidados e da educação das crianças. A literatura internacional sobre maus-tratos infantis, em geral, e sobre abuso físico, em específico, sublinha como fator de risco para tal a monoparentalidade, dado que esta condição aumenta a sobrecarga ressentida pelo cuidador, elevando seu estresse e, conseqüentemente, diminuindo a disponibilidade para a interação com a criança (Black et al, 2001; Belsky & Jaffee, 2006, Larriveé et al., 2007). Para além disso, a monoparentalidade liga-se, em geral, ao fato de o comportamento parental ficar menos sob a vigilância/o monitoramento inerente ao olhar de um outro adulto, na intimidade do lar; ou seja, os pais que estão sós, em geral, não estão sob o julgamento de outro adulto, o que também pode colaborar para elevar o risco de violência física contra as crianças e até mesmo para que esses sejam graves (Gage & Silvestre, 2010).

Ainda quanto às variáveis relacionadas à família, ou mais propriamente à relação dos cuidadores com parceiros, com relação àqueles que se disseram em um relacionamento, denotou-se diferenças entre os grupos no que tange à satisfação conjugal. Maior proporção de pais notificados por abuso físico avaliou seu relacionamento conjugal como ruim (4% do grupo A e 18% do grupo B). Relacionamentos conjugais conflituosos é um potente fator de risco para o abuso físico, bastante conhecido dos pesquisadores (Reichenheim et al., 2006; Sahim & Yetim, 2011; Soares et al., 2016). Os sentimentos negativos provenientes da insatisfação conjugal, provavelmente associada as discórdias no casal, afetam o ambiente familiar como um todo e diminuem a disposição dos pais para o cuidado dos filhos,

favorecendo o uso de práticas parentais coercitivas (Woodward & Fergusson, 2002; Sahim & Yetim, 2011).

Outro fator relacionado ao sistema familiar, focalizado no presente trabalho foi o índice de aglomeração na residência, ou seja, o número de pessoas residentes na moradia dividido pelo número de cômodos da casa. Nota-se que não há diferença entre os grupos e que em ambos estes índices são baixos (a média do grupo A foi 1,4 e a do grupo B foi 1,1), denotando a ausência de tal fator de risco. Estudos apontam para o fato de o excesso de pessoas habitando a residência, especialmente o número de pessoas em um mesmo cômodo, diminuir o espaço vital, ou seja, aquele relacionado ao próprio bem-estar, propiciando aumento do número de interações, às vezes desnecessárias e, assim, promovendo maior tensão entre os membros da família, o que favoreceria a ocorrência de situações abusivas (Black et al., 2001; Scannapiecco & Cornell-Carrick, 2005; Gage & Silvestre, 2010).

Um dado de natureza sociodemográfica, que pode ser considerado como fator de vulnerabilidade aos maus-tratos, pois afetaria o sistema familiar, também focalizado no presente trabalho, refere-se é o número de mudanças de residência (nos últimos dois anos). Nota-se que no grupo de pais notificados por abuso físico houve maior frequência de mudanças, denotando-se diferença significativa entre os grupos. Este aspecto está associado a dois outros fatores: as condições socioeconômicas e o apoio social disponível. A amostra como um todo pertence, em sua maioria, a estratos sociais das camadas ditas “vulnerável” e “baixa classe média” e apresenta índice significativo de famílias que recebem benefício social. Apesar da semelhança, foram encontradas diferenças significativas entre os grupos, sendo que o grupo de pais notificados por abuso físico pertence, em maior número, a estratos sociais mais baixos e recebem mais benefícios sociais denotando maior vulnerabilidade econômica. Há, nesse tocante, uma aparente contradição em relação ao que se detectou quanto aos tipos de ocupação prevalentes nesse grupo. Considerando que nesse, muitos dos participantes deste grupo teriam trabalhos exigindo alguma qualificação, esperava-se para eles, uma melhor condição econômica, o que não se verificou. Assim, pode-se dizer que no grupo B tem-se, provavelmente, mais estresse laboral e mais dificuldade econômica juntas. Tal condição é claramente apontada pelas pesquisas como fator de risco para abuso físico e também para a punição corporal. A sobrecarga, o estresse, aliados às dificuldades econômicas, geram tensão e sentimentos negativos, de impotência, que tendem a diminuir a disponibilidade dos pais/cuidadores para o cuidado com os filhos (Woodward & Fergusson,

2002; Scanapieco & Cornell-Carrick, 2005; Belsy & Jaffee, 2006; Larriveé et al., 2007; Wong et al., 2009; Alexandre et al., 2010; Bérghamo & Bazon, 2011; Sahim & Yetim, 2011).

A vulnerabilidade econômica, per si, é fator de estresse e associa-se a diferentes problemáticas dentro a família, embora não possa ser considerado como fator determinante da violência (Friedson, 2015). De todo modo, sabe-se que condições econômicas desfavoráveis levam muitas famílias a mudar de endereço reiteradamente, a fim de ajustar o gasto com aluguel ao orçamento doméstico. O problema é que essas mudanças frequentes têm impacto negativo nas possibilidades de formação de rede social e recebimento de apoio desta. A familiaridade com o entorno da residência, a comunidade, o relacionamento com a vizinhança, se configuram em uma importante fonte potencial de apoio social, especialmente no caso de pessoas que precisam passar grande número de horas longe da residência, em função do trabalho (Scannapieco & Cornell-Carrick, 2005). As mudanças frequentes de residência, assim, dificultam o estabelecimento e a manutenção desses laços sociais, favorecendo maior isolamento da família.

Com a intenção de aproximar-se mais de uma melhor compreensão do *funcionamento familiar*, teve-se a possibilidade, na investigação, de aplicar a escala *FACES-IV* junto aos participantes dos dois grupos. Nota-se, com relação às subescalas equilibradas ou saudáveis – *coesão* e *flexibilidade* – que as médias dos participantes do grupo A se mostraram diferentes estatisticamente as do grupo B, sendo elas maiores. Depreende-se de tais resultados que os participantes reunidos no primeiro grupo sentiriam que os laços familiares seriam mais estreitos e perceberiam sua família como possuindo maior capacidade de fazer mudanças de liderança, papéis e regras, se comparados aos do segundo grupo. Nesse ponto, pode-se fazer uma associação entre a *rigidez* avaliada pelo CAP, também mais importante no grupo B e a menor flexibilidade apresentada por esse, no *FACES-IV*. Imagina-se que a qualidade do funcionamento familiar dependa, entre diversas outras variáveis, do funcionamento cognitivo de cada membro da família. É possível que a rigidez na maneira de perceber os eventos cotidianos esteja, correlacionada à rigidez em relação aos papéis e às regras de funcionamento familiar sejam elementos que propiciem um funcionamento menos salutar. Se tal hipótese estiver correta, investigações específicas, com objetivo de verificar tais correlações e compreender qual a direção da relação entre elas, e quais outras variáveis estariam envolvidas, deverão ser empreendidas.

As diferenças entre os grupos também foram verificadas quanto às subescalas de *comunicação* e de *satisfação*, sendo que o grupo de pais notificados apresentou menor média em ambas, ou seja, os participantes deste grupo perceberiam sua família como tendo maior dificuldade de comunicação entre os membros e sentir-se-iam menos satisfeitos com sua

família. A subescala de *comunicação* avalia o quanto os participantes sentem que os membros de sua família conseguem escutar uns aos outros, o quanto conversam sobre crenças e ideias, o quanto conseguem discutir calmamente os problemas familiares, o quanto são capazes de pedir o que desejam, o quanto expressam seus sentimentos verdadeiros e, ainda, o quanto dizem coisas negativas uns sobre os outros. A maior dificuldade de *comunicação* dos participantes do grupo de pais notificados pareceu ser um fator importante, pois esta habilidade é central para que relacionamentos humanos possam ser preservados, especialmente quando há situações de discórdia ou conflito. Se a habilidade de bem comunicar-se é um desafio para os adultos (no caso, os cônjuges), essa, entre adultos e criança pode ser um desafio ainda maior, dadas as diferenças nas perspectivas ou pontos de vista e, ainda, dada a fase de desenvolvimento da criança que ainda não consegue descentrar seu raciocínio e expressar seus pensamentos e sentimentos com total clareza. A compreensão do ponto de vista infantil, por parte dos pais/cuidadores, parece ser um dos elementos de base para que uma boa comunicação possa ocorrer nessa díade. No presente estudo, o grupo de pais notificados, dada a *rigidez* dos processamentos cognitivos, que os levariam a atribuir, perceber, interpretar, ter expectativas e se comportar de maneira inapropriada/inflexível junto às crianças, talvez, dificulte também a compreensão de seus sentimentos e comportamentos. Ainda, os fatores emocionais identificados neste grupo, como a maior fragilidade emocional e os sentimentos de mal-estar psicológico, possivelmente, também influenciariam a capacidade parental de compreender a criança, o que provavelmente influencie negativamente na capacidade da díade para se comunicar adequadamente.

Quanto às subescalas desequilibradas, notou-se diferenças entre os grupos num dos extremos da escala de coesão, a escala *desengajada*; neste caso, a média do grupo de pais notificados por abuso físico foi maior, denotando que sentiriam que o sentimento de ligação entre os membros de sua família seria menor, que estariam menos engajados nos assuntos e problemas familiares. Nas outras escalas desequilibradas não houve diferença estatística entre os grupos, ou seja, no outro extremo da escala de coesão (*emaranhada*) e também, em ambos os extremos da escala de flexibilidade (*rígida e caótica*) também não houve diferença entre os grupos, denotando que os estilos negociais, a presença de liderança e as negociações de regras e papéis são semelhantes nos dois grupos. A similaridade entre os grupos quanto ao status socioeconômico talvez possa explicar tais semelhanças. Estudos na área da antropologia apontam a grande importância que as famílias de camadas desfavorecidas dão às regras e papéis bem definidos dentro da família. As regras de obrigação moral e os papéis demarcados

referentes ao que é dever masculino e o que é dever feminino são rigidamente estabelecidas (Sarti, 1996; Sarti, 2010). A ausência de normas brasileiras no instrumento *FACES-IV* dificulta um maior aprofundamento quanto a estes achados, pois não há como considerar se tais índices nas escalas desequilibradas referentes à *flexibilidade* estariam dentro, acima ou abaixo na norma. Estudos com populações provenientes de outras camadas socioeconômicas utilizando este instrumento podem trazer importantes indicadores para a compreensão desses dados.

Quanto às variáveis do *contexto social* dos participantes, destacam-se no presente estudo aqueles relativos à rede e ao apoio social. Os resultados da comparação entre os grupos no *Questionário de Apoio Social* apontam, quanto à *rede social* dos participantes, que ambos os grupos possuem redes pequenas, embora se possa dizer que o grupo de pais notificados por abuso físico apresenta médias inferiores às do grupo de comparação, tanto para a *rede de parentes* quanto para a *rede de amigos*. Isto significa que este grupo referiu menor quantidade de familiares e de amigos com quem podem contar para dividir seus problemas.

Ademais, nos dois grupos não houve praticamente referência à participação em atividades sociais-comunitárias de qualquer tipo (esportes e cultura; associações políticas; atividades voluntárias). Quanto a este aspecto, cabe refletir sobre a falta de espaços públicos que pudessem promover e favorecer a interação e os vínculos comunitários. Nos últimos anos, a política nacional de assistência social no Brasil, especialmente por meio dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), deve promover o “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família” e o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, havendo investido maciçamente nesta concepção (Resolução nº109, Conselho Nacional de Assistência Social, 2009). Estes são serviços instituídos por lei, no qual o conhecimento científico sobre a importância da territorialidade e do apoio social comunitário são reconhecidos e valorizados. Todavia, considera-se que a implementação de tais políticas é, ainda, incipiente e, infelizmente, para além das políticas de assistência social, outras políticas públicas, como as de lazer, de esporte e de cultura, que também poderiam fomentar a promoção dos vínculos sociais, deixam a desejar. Quanto ao apoio social percebido, nota-se que há diferenças significativas entre os grupos em todas as dimensões do *apoio social*, à exceção do *apoio emocional*, sendo que os participantes do grupo B, notificados por abuso físico, apresentaram médias inferiores às do grupo A. Em todas as facetas, o grupo B obteve médias inferiores que o A, indicando que se perceberiam com menos apoio social. A presença de pessoas com quem se possa contar para o auxílio em situações de crise (como na presença de doenças de algum membro familiar ou mediante problemas financeiros), a presença de pessoas que demonstrem afeto, a presença de pessoas com quem se possa divertir, a presença de pessoas com quem se

possa obter informações importantes, parecem se configurar como fatores de proteção ao abuso físico infantil, o que corrobora os resultados de outros trabalhos (Belsky & Jaffee, 2006; Thompson et al. , 2006). Ainda, quanto ao apoio social, outro aspecto interessante que se pode depreender dos resultados é que a dimensão apoio *material* é aquela percebida como mais presente na vida dos participantes, em ambos os grupos, o que denota a importância, especialmente em situações de maior vulnerabilidade social e econômica, do apoio desta natureza.

Sintetizando as semelhanças e dissemelhanças encontradas entre os dois grupos, nota-se que na maior parte das variáveis sociodemográficas, a amostra mostrou-se mais homogeneidade, ou seja, os grupos se mostraram bastante semelhantes. Destaca-se, primeiramente, no tocante ao comportamento de castigar fisicamente os filhos, que em uma das variáveis componentes do constructo gravidade de punição corporal os grupos seriam semelhantes: em ambos a *presença de sentimento de raiva e irritação no momento da punição* se fariam presentes, quando não, seriam o motor da própria ação. Conforme já discutido anteriormente, tal característica deve ser sublinhada, pois aponta para a inviabilidade do uso de punições corporais controladas e funcionais e, ademais, aumenta o risco de as punições corporais serem utilizadas de forma cada vez mais intensa/severa, implicando em aumento da gravidade, pois, nessa condição, o objetivo principal deixa de ser a intenção educativa e passa a ser o alívio de tensão parental.

No mais, alguns fatores considerados risco para os maus-tratos foram verificados, observando-se que em ambos os grupos alguns não se fizeram, igualmente, presentes. Com relação à *idade do pai/cuidador*, por exemplo, verificou-se que todos os investigados teriam uma idade adulta consolidada, com mais de 34 anos, ou seja, não seriam tão jovens. Viu-se também que o *índice de aglomeração na residência* foi bastante baixo, indicando que a proporção do número de pessoas na residência pelo número de cômodos seria adequada. Ademais, em ambos os grupos a *experimentação de substâncias ilícitas*, de acordo com as informações relatadas, seria infrequente.

Ainda no que concerne às semelhanças entre os grupos, a pouca *idade dos pais/cuidadores quando do nascimento do primeiro filho*, a baixa *escolarização* destes e a elevada proporção de *famílias monoparentais*, foram verificadas. A exceção da idade por ocasião do nascimento do primeiro filho, em relação a qual o Grupo B teria apresentado uma média mais baixa, mais próxima daquela indicada como risco, nas outras duas variáveis ambos os grupos estariam expostos, de igual modo, às mesmas condições, ou seja, seriam

igualmente vulneráveis. Ainda, o pertencimento a *estratos socioeconômicos* mais desfavorecidos e a pequena, ou melhor, a quase inexistente *participação em atividades comunitárias*, também se configuram em fatores de risco em relação aos quais os dois grupos se assemelhariam.

Quanto às *dissemelhanças* entre os grupos, destaca-se em primeiro lugar, que no grupo de pais notificados por abuso físico houve indicativos de utilização de *modalidades de punição corporal* mais graves, dirigidas a *partes do corpo da criança* mais frágeis e maior *frequência de punição corporal*; haveria, assim, diferença nos níveis de gravidade da ação dirigida ao corpo da criança/adolescente entre um grupo e outro, o que, talvez, explique e, até mesmo endosse o fato de um grupo ter sido notificado a órgãos de proteção e o outro não.

No que concerne às variáveis psicossociais e contextuais estudadas, num primeiro plano, as diferenças entre os grupos se fizeram notar quanto ao estrato socioeconômico. Denota-se que uma maior proporção de participantes do grupo B, formado por pais notificados por abuso físico, pertence a *estratos sociais mais baixos* e também recebe maior quantidade de *benefícios sociais governamentais*, indicando maior vulnerabilidade socioeconômica, apesar de, neste, haver também maior proporção de indivíduos desempenhando ocupações exigindo uma qualificação média, se comparado com o grupo A. Nota-se também que neste grupo haveria menor proporção de participantes que se disseram “donas de casa”, fato que, talvez, se deva a maior vulnerabilidade econômica e a decorrente necessidade de buscarem trabalho remunerado, para equilibrar o orçamento doméstico.

Ademais, no grupo de pais notificados por abuso físico as *variáveis de caracterização dos pais/cuidadores*, relacionadas ao *funcionamento cognitivo e emocional*, apontaram para a existência de maiores problemas nesses, com maior prevalência de sintomas de mal-estar psicológico, como sentimentos de *tristeza, preocupação, angústia, solidão, infelicidade* e uma *menor sensação de estabilidade e adequação emocional*. No tocante ao funcionamento cognitivo, o desses pais seria marcado por *maior rigidez*, o que se configura em importante fator de risco para o abuso físico. Tanto a fragilidade emocional, quanto o funcionamento cognitivo com pouca flexibilidade, prejudicam a capacidade dos pais para interagirem com as crianças/adolescentes de maneira apropriada. Os aspectos emocionais prejudicam a disponibilidade dos pais tomarem consciência e cuidarem das necessidades da criança e contribuem para distorções cognitivas, que podem levar os pais a terem percepções enviesadas, interpretações e expectativas inapropriadas quanto ao comportamento infantil, levando-os a executarem respostas muitas vezes inadequadas. Ainda quanto às *variáveis de caracterização do pai/cuidador*, os resultados apontaram para diferenças entre os grupos quanto ao *consumo de bebidas alcoólicas*, sendo que o grupo de pais notificados por abuso

físico mencionou maior utilização, especialmente em termos de frequência diária desta substância. O abuso de bebidas alcoólicas é considerado um importante fator de risco para os maus-tratos infantis, pois, além de prejudicar a percepção e a interpretação dos pais, a respeito dos comportamentos infantis, diminui sua disponibilidade e condição para interagir adequadamente com a criança/adolescente e prejudica o autocontrole emocional e comportamental. Ademais influencia mormente nas relações familiares, frequentemente de maneira negativa, pois além de proporcionar maior número de conflitos, sobrecarrega os outros adultos da casa, que ficam com as tarefas domésticas e de cuidado infantil. Ainda, para famílias com tamanha vulnerabilidade econômica, o impacto no orçamento doméstico de um consumo de bebidas alcoólicas frequente é significativo.

Nesta linha, quanto aos aspectos do *sistema familiar* dos participantes, nota-se diferenças estatísticas significativas entre os grupos, sendo que o grupo de pais notificados por abuso físico apresentaram maior número de participantes que avaliaram o relacionamento conjugal como ruim, e à própria família como mais inflexíveis, tendo uma percepção desta como menos unida, menos engajada em resolver os problemas familiares. Ademais, esses se mostraram mais insatisfeitos com o funcionamento de sua família, de maneira geral, e, especificamente, observaram mais problemas quanto à comunicação entre os membros familiares. Este último aspecto, conforme destacado anteriormente, parece ser de grande relevância, dado que uma boa capacidade de comunicação, é habilidade essencial para o estabelecimento de relacionamentos humanos satisfatórios e, especificamente, quando na interação entre adultos e crianças é, ainda, de suma importância para que haja compreensão mútua das perspectivas distintas, quanto ao modo de avaliar e interpretar o mundo.

Quanto aos fatores do contexto social, nota-se que a rede de apoio, tanto dos amigos quanto dos parentes, segundo as informações obtidas, seria bastante reduzida, principalmente no grupo de pais notificados por abuso físico, apontando para o número pequeno de pessoas com quem se poderiam contar em situações cotidianas e de crise. O nível de apoio social percebido também distinguiu os grupos, sendo que o grupo de pais A, sem histórico de notificação ao sistema de proteção infantil, se perceberia com mais apoio material (em situações concretas do cotidiano), afetivo (pessoas que demonstrem carinho e preocupação), maior número de interações sociais positivas (situações de divertimento e prazer) e maior número de pessoas com quem contar para receber informações (receber informações sobre assuntos diversos do cotidiano). O apoio social se configura como importante fator de proteção aos maus-tratos infantis, conforme apontado anteriormente. Especialmente na

presença de outros fatores de risco (no plano das características dos pais, das crianças, da família e/ou do entorno social), a existência de apoio social favorece a não ocorrência de situações de abuso infantil.

ESTUDO 2

6. OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi o de verificar se em uma amostra de pais/cuidadores existiriam subgrupos que se diferenciariam quanto ao comportamento de punir/castigar fisicamente crianças/adolescentes, ou seja, subgrupos apresentando níveis diferenciados de gravidade de punição corporal, levando em conta as *modalidades* de punição, as *partes do corpo da criança* às quais se dirige, a *frequência* da punição e a presença de *sentimento de irritação/raiva*. Em caso positivo, teve-se também como objetivo caracterizar cada subgrupo em variáveis psicossociais e contextuais tidas pela literatura como fatores de risco para a punição corporal e para o abuso físico, verificando a existência de diferenças significativas entre eles nessas variáveis.

7. MÉTODO

A abordagem adotada no presente estudo é quantitativa, com delineamento transversal e método correlacional e de clusterização. Os participantes, os instrumentos utilizados, os procedimentos de coleta de dados e cuidados éticos tomados foram os mesmos que os apresentados no Estudo 1. A fim de não tornar a leitura repetitiva, tais seções serão descritas de forma bastante sucinta.

7.1. Participantes

Os participantes do estudo 2 são os mesmos 87 pais/cuidadores do estudo 1. Conforme mencionado, estes participantes foram recrutados em diferentes contextos, a saber: a) equipamentos comunitários, nos casos de pais/cuidadores sem histórico de notificação por abuso físico infantil; e no b) CREAS, nos casos de pais/cuidadores notificados por abuso físico infantil. Todavia, embora tenham sido recrutados em diferentes contextos, no estudo 2, todos os participantes formaram uma amostra única, sem separação em função do contexto de recrutamento, sendo seus dados tratados conjuntamente.

7.2. Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram: a) *Questionário de Caracterização Sociodemográfica*; b) *Roteiro de Entrevista Semi-estruturada Sobre a Prática Parental*; c) *Inventário de Potencial de Abuso Infantil (Child Abuse Potential Inventory – CAP*; d) *Escala de Avaliação da Coesão e Adaptabilidade Familiar – Versão IV (Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales - IV - FACES-IV*; e) *Questionário de Apoio Social- QAS*.

7.3. Procedimentos de coleta e de análise dos dados

Os procedimentos de coleta dos dados estão descritos pormenorizadamente na respectiva seção, do estudo 1. Quanto aos procedimentos de análise, reitera-se que os dados coletados por meio da aplicação dos instrumentos padronizados foram corrigidos de acordo com as normas específicas de cada um e os dados coletados com a aplicação do *Questionário de Caracterização Socioeconômica* e da *Entrevista semiestruturada sobre a Prática Parental*

foram tratados por meio de análise de conteúdo, de modo que se pudesse categorizar as evidências (Bardin, 2011), tendo em vistas categorias pré-estabelecidas, em função dos objetivos do estudo.

No que concerne aos dados coletados sobre as práticas de punição/castigo corporal empregadas pelos pais/cuidadores investigados, cumpre frisar que foram adotados os mesmos procedimentos descritos no estudo 1. Inicialmente, portanto, foi estabelecida uma gradação referente ao nível de gravidade das *modalidades* das punições corporais (tabela 3), bem como referente às *partes do corpo da criança* (tabela 4) atingidos, com base no julgamento de quatro juízes, sendo dois da área médica, com especialização em pediatria, segundo o critério de potencial de risco de causar dano/agravo físico à criança/adolescente, atribuindo-lhes, assim, um escore representativo desse nível de gravidade. Ainda no tocante às práticas de punição corporal empreendidas pelos pais/cuidadores investigados, na análise observou-se a *frequência* com a qual eles recorreriam a essas e também o fato de haver ou não *referência ao sentimento de raiva/irritação* durante o ato de punir/castigar fisicamente a criança/adolescente (se com ou sem raiva).

Estabeleceu-se, assim, a possibilidade de aferir níveis de gravidade das práticas de castigo/punição corporal, pela combinação dessas quatro variáveis descritas: 1) *modalidade* de punição (considerando o aumento da gravidade segundo a ordem estabelecida na tabela 1); 2) *local do corpo da criança* sobre a qual incidiria a punição (considerando o aumento da gravidade segundo a ordem estabelecida na tabela 2); 3) *frequência* da punição (considerando que quanto mais frequente, mais grave); 2); e 4) estado emocional durante a punição (considerando a *presença da raiva* durante a prática um agravante).

Realizadas essas etapas, os dados foram compilados em banco especificamente construído para o estudo e tratados estatisticamente. Decidiu-se verificar as correlações entre as variáveis em foco, antes de se proceder aos procedimentos de clusterização, visando observar se aquelas relacionadas ao comportamento de punir variariam juntas e, também, de acordo com algumas das psicossociais e contextuais.

Para medir o grau de associação entre as variáveis mensuradas, calculou-se o Coeficiente de Correlação de Spearman entre as variáveis “*modalidade* da punição”, “*parte do corpo da criança/adolescente* onde incide”, “*frequência* da punição corporal” e as escalas dos instrumentos *FACES-IV*, *CAP* e *QAS*. O Coeficiente de Spearman entre a variável “Presença de *sentimento de raiva*” e as escalas dos instrumentos não foi calculado, pelo fato de a “Presença de *sentimento de raiva*” se configurar como uma variável binária, em relação à qual este procedimento estatístico não se aplica. A escolha do coeficiente de correlação de Spearman foi devido a amostra não obedecer a uma distribuição normal, necessitando,

portanto, de testes não paramétricos. Para a interpretação da magnitude das correlações foi adotada a seguinte classificação dos coeficientes de correlação: coeficientes de correlação $< 0,4$ (correlação de fraca magnitude), $\geq 0,4$ a $< 0,5$ (de moderada magnitude) e $\geq 0,5$ (de forte magnitude) (Hulley, Cummings, Browner, Grady, Hearst & Newman, 2003).

Em seguida, tendo por base as quatro variáveis relativas ao comportamento de punir fisicamente, atinentes à gravidade da punição corporal, procedeu-se à clusterização na amostra por meio da aplicação do método K-Means. Esse procedimento permite, por procedimentos estatísticos, juntar indivíduos com desempenho semelhantes e separar os indivíduos com pontuações distantes nessas variáveis. Para tanto, o método Hopkins (Lawson & Jurs, 1990) foi utilizado para averiguar se os dados apresentavam "tendência para agrupamento" (ideal para a formação de clusters). O resultado foi $H = 0,25$, mostrando-se adequado, frisando-se que este resultado pode variar de 0 a 1, sendo que quanto mais distante de 0,5, mais adequado se aplicar o procedimento de clusterização. O número de clusters ideal foi calculado pelo pacote NbClust (Charrad, Gazzali, Boiteau & Niknafs, 2014). Dos 23 índices analisados, cinco indicaram dois como o melhor número de clusters, nove indicaram três, um indicou quatro, seis indicaram cinco e dois indicaram seis. Dessa forma, de acordo com a regra majoritária, determinou-se três como o ponto de corte para o número de clusters.

Os três clusters formados foram descritos em termos de medidas centrais e frequências de respostas categóricas. Em seguida, estes foram comparados em relação às escalas dos instrumentos *FACES-IV*, *CAP* e *QAS* por meio do teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis. Para comparar os clusters em relação às variáveis categóricas, empregou-se o teste de Qui-Quadrado.

8. RESULTADOS

Serão apresentadas, na sequência, as análises de correlação entre as variáveis relacionadas à gravidade da punição corporal (“*modalidades de punição*” e “*parte do corpo da criança em que incide*” e “*frequência da punição*”) e as variáveis relativas aos instrumentos padronizados utilizados – CAP (*Child Abuse Potential Inventory*), FACES-IV (*Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales - IV*) e QAS (*Questionário de Apoio Social*).

Adianta-se que, considerando um nível de significância de $p < 0,01$, houve correlação significativa e positiva entre as variáveis estipuladas como parâmetros da gravidade da punição/castigo corporal - *modalidade*, *parte do corpo da criança* sob a qual a punição incide e *frequência* - o que aponta para a validade de se considerar tais variáveis na formulação do constructo de gravidade da punição corporal. Há correlação de forte magnitude entre a *modalidade* da punição corporal e a *parte do corpo da criança* atingida; correlação de moderada magnitude entre a *modalidade* e a *frequência* da punição corporal e de fraca magnitude entre a *parte do corpo da criança* atingida e a *frequência* da punição corporal.

A seguir, a tabela 16 apresenta os resultados referentes às análises de correlação entre as variáveis consideradas parâmetros da gravidade da punição/castigo corporal, neste estudo, e as avaliadas pelo instrumento CAP.

Tabela 16

Coeficiente de correlação de Spearman entre as variáveis consideradas parâmetro da gravidade da punição corporal e as escalas do CAP

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Frequência da Punição	1											
2. Modalidade Punição	,42**	1										
3. Parte do corpo atingida	,38**	,62**	1									
4. Abuso	0,19	,26*	,28**	1								
5. Angústia	0,18	0,16	0,20	,96**	1							
6. Rigidez	,24*	,43**	,39**	,38**	,24*	1						
7. Infelicidade	0,15	0,15	,21*	,62**	,52**	0,18	1					
8. Problemas Consigo/Cç	-0,09	0,21	,34**	,49**	,39**	0,20	,24*	1				
9. Problemas Família	0,02	0,18	0,18	,69**	,59**	,24*	,30**	,50**	1			
10. Problemas com Outros	0,12	0,19	0,13	,76**	,71**	,28**	,42**	,38**	,58**	1		
11. Força do Ego	-0,19	-0,20	-,23*	-,96**	-,98**	-,28**	-,52**	-,41**	-,59**	-,76**	1	
12. Solidão	0,19	0,08	0,11	,87**	,89**	0,18	,55**	,33**	,52**	,72**	-,91**	1

** Correlação significativa no nível 0,01 (bicaudal)

* Correlação significativa no nível 0,05 (bicaudal)

Nota-se a partir da análise da tabela que a escala principal do instrumento a de *abuso* está correlacionada com a *modalidade* da punição e o *local do corpo* da criança na qual incide, todavia, a correlação é de fraca magnitude. A única subescala que está correlacionada com os três parâmetros de gravidade é a de *rigidez*, sendo de fraca magnitude para a *frequência* e para a *parte do corpo da criança* atingida e de moderada magnitude para a *modalidade* da punição. As escalas de *infelicidade*, *de força do ego* e a de *problemas consigo e com a criança* apresentam correlação de fraca magnitude com o *local do corpo* da criança na qual a punição incide.

A Tabela 17 apresenta as correlações entre as variáveis consideradas parâmetros da gravidade da punição/castigo corporal, neste estudo, e as variáveis do instrumento *FACES-IV*.

Tabela 17

Coeficiente de correlação de Spearman entre as variáveis consideradas parâmetro da gravidade da punição corporal e as escalas do FACES-IV

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Frequência da Punição	1										
2. Modalidade da Punição	0,42**	1									
3. Parte do corpo atingida	0,38**	0,62**	1								
4. Coesão	-0,09	-,31**	-0,17	1							
5. Flexibilidade	-0,15	-,32**	-0,15	,75**	1						
6. Desengajada	0,13	,27*	0,15	-,73**	-,73**	1					
7. Enrendada	-0,09	-0,11	-0,07	,47**	,35**	-,50**	1				
8. Rígida	0,02	0,16	0,09	0,08	,21*	-0,12	,24*	1			
9. Caótica	-0,03	0,17	0,01	-,66**	-,74**	,69**	-0,18	-0,11	1		
10. Comunicação	-0,20	-,28**	-0,15	,76**	,72**	-,67**	,50**	,28**	-,59**	1	
11. Satisfação	-0,17	-,36**	-0,20	,74**	,78**	-,76**	,47**	,23*	-,66**	,83**	1

** Correlação significativa no nível 0.01 (bicaudal)

* Correlação significativa no nível 0.05 (bicaudal)

Depreende-se pela análise da tabela que as escalas equilibradas *coesão* e *flexibilidade* e as escalas de *comunicação* e *satisfação* estão correlacionadas apenas com a variável *modalidade* da punição corporal, todavia, a magnitude da correlação é fraca. Quanto às escalas desequilibradas, apenas a escala *desengajada* correlaciona-se com a *modalidade* da punição corporal, também em magnitude fraca. A *frequência* da punição corporal e o *local do corpo* da criança na qual a punição incide não estão correlacionadas com nenhuma das escalas do instrumento *FACES-IV*.

A Tabela 18 apresenta a correlação entre as variáveis consideradas parâmetros da gravidade da punição/castigo corporal e as escalas do *QAS*.

Tabela 18

Coeficiente de correlação de Spearman entre as variáveis consideradas parâmetro da gravidade da punição corporal e as escalas do QAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Freq. da Punição	1													
2. Modalidade da Punição	,42**	1												
3. Parte do corpo atingida	,38**	,61**	1											
4. Rede Parentes	-0,11	-0,20	-0,21	1										
5. Rede Amigos	-0,09	-0,07	-0,17	,40**	1									
6. Atividades Esportes	0,04	-0,03	0,01	-0,01	0,04	1								
7. Atividades Associação	-0,12	-0,15	0,00	-0,01	0,00	-0,03	1							
8. Atividades Voluntárias	-0,12	-0,12	-0,16	0,19	0,19	,40**	-0,01	1						
9. Apoio Material	-0,17	-,30**	-0,08	,36**	,26*	-0,19	0,12	-0,11	1					
10. Apoio Emocional	-,21*	-0,13	-0,05	,35**	,29**	,23*	0,15	0,14	,39**	1				
11. Apoio Informação	-0,18	-0,16	-0,10	,38**	,41**	,24*	0,08	0,13	,48**	,86**	1			
12. Apoio Afetivo	-0,16	-,22*	-,28**	,36**	,23*	0,00	0,16	0,10	,51**	,47**	,40**	1		
13. Interação Social Positiva	-0,14	-0,16	-0,14	,42**	,32**	-0,07	0,18	0,04	,62**	,60**	,61**	,59**	1	
14. Escore Total	-,23*	-,22*	-0,16	,49**	,38**	0,02	0,16	0,09	,77**	,79**	,79**	,72**	,85**	1

**Correlação significativa no nível 0.01 (bicaudal)

* Correlação significativa no nível 0.05 (bicaudal)

No que concerne às correlações do *Questionário de Apoio Social* com as variáveis da gravidade da punição corporal, nota-se que, a *rede de apoio* e a *participação em atividades comunitárias* não estão correlacionadas com nenhuma das variáveis que remetem à gravidade da punição corporal. Quanto ao *apoio social*, pode-se observar que o *apoio material* está correlacionado (em direção inversa) à *modalidade* da punição corporal e o *apoio emocional* está correlacionado (em direção inversa) à *frequência* da punição corporal. O *apoio afetivo* está correlacionado (em direção inversa) à *modalidade* da punição e ao *local do corpo* da criança em que a punição incide. Ainda, o *escore total* do instrumento está correlacionado (em direção inversa) tanto à *frequência* quanto à *modalidade* da punição corporal. Nota-se ainda que quanto a este instrumento, em todos os casos em que houve correlação, a força da magnitude pode ser considerada fraca.

Os resultados descritos a seguir referem-se às análises estatísticas realizadas a fim de verificar a existência de agrupamentos ou *clusters* na amostra como um todo, em função das características de suas práticas de punição/castigo corporal – usando, para tanto, os parâmetros de gravidade da punição física, adotados neste estudo. Reitera-se que a análise empreendida identificou a existência de três agrupamentos que são denominados de agrupamento 1, 2 e 3, conforme pode-se observar na figura 2.

Figura 2 - Dendrograma com apresentação da formação dos agrupamentos

A Tabela 19 apresenta a comparação das médias de cada agrupamento em relação às variáveis consideradas parâmetros de gravidade da punição corporal.

Tabela 19

Comparação estatística das médias dos agrupamentos nas variáveis (padronizadas) que remetem à gravidade da punição corporal

	Agrupamento 1 (n = 12)				Agrupamento 2 (n = 44)				Agrupamento 3 (n = 31)				H	p	
			Mean				Mean				Mean				
	M	DP	Rank		M	DP	Rank		M	DP	Rank				
Modalidade da Punição Local da Punição	-0,5	a	0,7	29,5	-0,5	a	0,6	31,9	0,9	b	0,9	66,7	39,3	0,00	**
Frequência da Punição	-0,3	a	0,7	37,3	-0,4	a	0,6	34,6	0,7	b	1,1	59,9	19,7	0,00	**
Sentimento de raiva	-0,2	b	1,0	38,1	-0,7	a	0,5	28,2	1,0	c	0,6	68,7	53,0	0,00	**

**Estatisticamente significante ao nível de 0,01

* Estatisticamente significante ao nível de 0,05

Nas linhas, as médias com letras iguais não se diferenciam entre si pelo pós teste de Tukey ($p < 0,05$). Sendo: $a < b < c$.

Observa-se, quanto às *modalidades de punição corporal* e às *partes do corpo da criança* sob a qual a punição corporal incide, que os agrupamentos **1** e **2** não se diferenciam entre si, mas se diferenciaram do agrupamento **3**. Ou seja, neste último os participantes utilizariam *modalidades de punição* com maior potencial de lesão corporal, sendo que essa incidiria em *partes do corpo da criança/adolescentes* considerados mais vulneráveis quando comparados aos agrupamentos **1** e **2**.

Com relação à *frequência* da punição corporal, que os três agrupamentos se discriminam, havendo um aumento da *frequência* do uso de castigo corporal do agrupamento **2** para o **1** e deste para o agrupamento **3**. Quanto ao *sentimento de irritação ou raiva* durante a punição, depreende-se que os participantes do agrupamento **1** apresentam esses sentimentos em menor frequência, quando comparados aos participantes dos agrupamentos **2** e **3**.

A tabela 20 apresenta a composição dos agrupamentos em função do pertencimento ao grupo de origem dos participantes, ou seja, referente ao histórico ou não de notificação por abuso físico.

Tabela 20

Composição dos agrupamentos de acordo com o grupo de origem de seus indivíduos

Agrupamento	n	Grupo A		Grupo B	
		n	%	n	%
1	12	8	66,66%	4	33,33%
2	44	33	75,00%	11	25,00%
3	31	6	19,35%	25	80,65%

Nota-se que os agrupamentos **1** e **2** são prioritariamente compostos por participantes do grupo sem histórico de notificação e que, inversamente, o agrupamento **3** é prioritariamente composto por participantes com histórico de notificação ao sistema de proteção à infância.

Na sequência, apresentam-se os resultados que concernem à caracterização dos agrupamentos nas diferentes variáveis privilegiadas nesse estudo. A Tabela 18 apresenta a caracterização dos agrupamentos em função da idade, número de filhos, idade em que teve o primeiro filho e o número de anos de estudo.

Tabela 21

Comparação estatística das médias e desvio-padrão dos agrupamentos quanto à idade dos participantes, número de filhos, idade que tinha quando teve o primeiro filho e anos de estudo

	Agrupamento 1 (n = 12)			Agrupamento 2 (n = 44)			Agrupamento 3 (n = 31)			H	p
	M	DP	Mean Rank	M	DP	Mean Rank	M	DP	Mean Rank		
Idade	31,6	9,6	33,7	38,8	12,2	49,0	33,7	8,5	40,9	4,22	0,12
Idade 1° filho	19,9	3,7	44,0	20,7	6,3	43,4	20,3	4,7	43,5	0,00	1,00
N° de filhos	2,7	1,0	43,6	3,2	3,0	42,4	3,3	3,3	45,0	0,20	0,91
Anos estudo	7,4	2,9	49,6	6,6	3,7	43,3	6,4	2,5	42,9	0,69	0,71
I. Aglomeração	1,1	0,3	45,0	1,3	0,7	45,8	1,3	0,8	41,0	0,68	0,71

** Estatisticamente significativa ao nível de 0,01

* Estatisticamente significativa ao nível de 0,05

Nas linhas, os grupos com letras iguais não se diferenciam entre si pelo pós teste. Sendo: a < b < c

A análise da tabela permite observar que não há diferenças estatisticamente significativas entre os três agrupamentos quanto às variáveis em questão.

O estado civil dos participantes pertencentes a cada agrupamento está apresentado na tabela 22, a seguir.

Tabela 22

Comparação estatística da distribuição das famílias por agrupamento em termos de frequência e porcentagem de acordo com o estado civil

	Agrupamento 1 (n = 12)		Agrupamento 2 (n = 44)		Agrupamento 3 (n = 31)		$\chi^2 (p)$
	n	%	n	%	n	%	
							3,0 (0,22)
Casado	4	33%	16	36%	11	35%	
Unido	4	33%	10	23%	5	16%	
Solteiro	1	8%	0	0%	3	10%	
Divorciado	3	25%	15	34%	10	32%	
Viúvo	0	0%	3	7%	2	6%	

Como pode se notar, os participantes de todos os agrupamentos se assemelham em termos de estado civil, sendo a maior parte deles casados e unidos ou divorciados.

As ocupações dos participantes de cada agrupamento estão sintetizadas na tabela 23, a seguir. As ocupações dos participantes foram classificadas em referência a trabalho braçal/manual (rurais, pedreiro/ajudantes de pedreiro, carregadores, catadores de lixo reciclável), trabalho de prestação de serviços de baixa qualificação (empregadas domésticas, faxineiras, motoristas), trabalho de prestação de serviços de média qualificação/escolarização (caixa, recepcionista, vendedora, cabeleireiro(a) e outros trabalhos que exigem curso técnico), e profissões que exigem nível superior (administrador, farmacêutico, pedagogo). Obteve-se também a categoria “dona de casa”, referente a trabalho doméstico não remunerado.

Tabela 23

Comparação estatística da distribuição dos participantes por agrupamento em termos de frequência e porcentagem de acordo com sua ocupação

	Agrupamento 1 (n = 12)		Agrupamento 2 (n = 44)		Agrupamento 3 (n = 31)		$\chi^2 (p)$
	N	%	N	%	N	%	
Ocupação							5,5 (0,86)
Trabalhos manuais	0	0%	3	7%	1	3%	
Prestação de serviços baixa qualificação	1	8%	6	14%	5	16%	
Prestação de serviços média qualificação	4	33%	14	32%	14	45%	
Assalariados fabris	2	17%	5	11%	3	10%	
Donas de casa	5	42%	14	32%	8	26%	
Nível superior	0	0%	2	5%	0	0%	

Pode-se depreender da análise da tabela que a maior parte dos participantes dos três agrupamentos são donas de casa ou prestam serviços de média qualificação e que não houve diferença estatisticamente significativa entre os agrupamentos.

A tabela 24 caracteriza os agrupamentos em função da classe socioeconômica. Nota-se que a maioria dos indivíduos do agrupamento *1* pertencem ao estrato 4, ao passo que nos agrupamentos *2* e *3* a maior parte dos indivíduos pertencem ao estrato 6, ou seja, estão em situação de maior vulnerabilidade econômica. Nota-se também que os agrupamentos *1* e *2* possuem maior número de indivíduos em estratos socioeconômicos mais elevados, quando comparados ao *3*.

Tabela 24

Comparação estatística da distribuição das famílias por agrupamento de acordo com a classe socioeconômica

	Agrupamento 1 (n = 12)		Agrupamento 2 (n = 44)		Agrupamento 3 (n = 31)		$\chi^2 (p)$
	n	%	N	%	n	%	
Critério Brasil							7,4 (0,29)
Classe B2	1	8%	6	14%	1	3%	
Classe C1	3	25%	9	20%	3	10%	
Classe C2	4	33%	9	20%	6	19%	
Classe DE	4	33%	20	45%	21 (2,2)*	68%	

* Resíduo Padronizado Ajustado maior que 1,9.

Nota-se que o resultado do teste evidencia que o agrupamento *3* tem significativamente mais pessoas na classe “DE” do que os outros dois agrupamentos (RPA = 2,2).

A distribuição dos agrupamentos em função do recebimento de benefícios sociais governamentais está apresentada na tabela 25, a seguir.

Tabela 25

Comparação estatística da distribuição das famílias por agrupamentos em função de acordo com o recebimento de benefícios sociais

	Agrupamento 1 (n = 12)		Agrupamento 2 (n = 44)		Agrupamento 3 (n = 31)		$\chi^2 (p)$
	N	%	n	%	n	%	
Recebimento de Benefícios Sociais							10,5 (0,1)
Não recebem	11	92%	37 (2,7)*	86%	15 (-3,9)*	48%	
Recebem	1	8%	6 (-2,7)*	14%	16 (3,9)*	52%	

* Resíduo Padronizado Ajustado maior que 1,9

A análise da tabela permite constatar que há aumento estatisticamente significativo do número de participantes que recebem benefícios sociais governamentais do agrupamento 1 para o 2 e deste para o 3, denotando que os participantes do agrupamento 3 estão em condições de maior vulnerabilidade econômica.

As figuras 3 e 4, a seguir, sintetizam os resultados quanto ao consumo de substâncias. Embora perceba-se que haja um aumento no consumo de substâncias do agrupamento 1 para o 2 e deste para o 3, os testes estatísticos não revelaram diferenças significativas entre os agrupamentos quanto ao consumo de tabaco, álcool e substâncias ilícitas. A figura 3 sintetiza os relativos ao uso de tabaco e drogas ilícitas.

Figura 3 - Distribuição de cuidadores por agrupamento que referiram usar tabaco e drogas ilícitas

A figura 4 sintetiza as informações obtidas quanto ao uso de álcool e quanto à frequência deste uso.

Figura 4 - Distribuição de cuidadores por agrupamento que referiram usar álcool e a frequência de seu consumo

A frequência do consumo de álcool foi avaliada em uma escala de 0 a 3, sendo 0- não consumo, 1- consumo de vez em quando, 2- consumo uma ou mais vezes por semana e 3- consumo diário. Nota-se maior proporção de indivíduos do agrupamento 3 fazendo uso duas ou mais vezes por semana e diariamente. Contudo, as diferenças encontradas não se revelaram estatisticamente significativas.

Na tabela 26 são apresentados os dados da satisfação conjugal dos participantes de cada agrupamento.

Tabela 26

Comparação estatística da distribuição dos participantes, por agrupamento, em termos de frequência e porcentagem quanto à satisfação conjugal

	Agrupamento 1 (n = 12)		Agrupamento 2 (n = 44)		Agrupamento 3 (n = 31)		χ^2 (p)
	n	%	n	%	n	%	
Satisfação com relação conjugal							10,5 (0,1)
Sem relação conjugal	4	33%	18	41%	15	48%	
Ruim	0	0%	3	7%	6	19%	
Regular	1	8%	8	18%	5	16%	
Bom	7	58%	15	34%	5	16%	

Nota-se que há uma diminuição da satisfação conjugal do agrupamento *1* para o *2* e deste para o *3*. Mais participantes do agrupamento *3* percebem seu relacionamento conjugal como *ruim*, quando comparados aos participantes dos outros dois agrupamentos. Do mesmo modo, menor proporção de participantes do agrupamento *3* percebem seu relacionamento conjugal como *bom* quando comparados aos outros agrupamentos; todavia, os testes estatísticos não revelaram que as diferenças encontradas sejam significativas.

A Tabela 27 apresenta as médias dos escores obtidos nos agrupamentos nas escalas do CAP, comparando-se estatisticamente.

Tabela 27

Comparação estatística dos agrupamentos em termos de média e desvio padrão nas escalas do Inventário CAP

	Agrupamento 1 (n = 12)			Agrupamento 2 (n = 44)			Agrupamento 3 (n = 31)				
	Mean			Mean			Mean				
	M	DP	Rank	M	DP	Rank	M	DP	Rank	H	p
Abuso	202,0 _a	106,7	34,4	226,2 _a	106,0	39,9	281,7 _b	95,2	53,5	7,25	0,03 *
Angústia	107,8	67,8	34,5	127,9	72,6	40,7	162,6	71,7	52,4	5,89	0,05
Rigidez	33,1 _a	17,5	36,5	34,2 _a	14,0	36,8	45,6 _b	13,8	57,1	13,06	0,00 **
Infelicidade	27,0	21,3	41,1	26,1	16,6	41,3	30,1	15,0	48,9	1,83	0,40
Prob. Consigo/Cça	4,0	6,5	36,0	5,3	6,5	44,4	5,4	6,1	46,6	1,61	0,45
Prob. Família	14,7	16,2	38,9	17,4	13,9	43,8	19,3	14,0	46,2	0,74	0,69
Prob.Outros	15,5	7,8	41,2	14,7	7,7	38,9	18,7	7,0	52,4	5,54	0,06
Força do ego	21,6 _b	8,8	53,7	19,3 _b	10,2	48,5	13,6 _a	9,6	33,8	8,20	0,02 *
Solidão	8,2	4,5	38,3	8,5	4,4	40,1	10,5	4,3	51,8	4,67	0,10
Mentira	2,1	1,3	54,2	1,4	1,3	40,8	1,5	1,1	44,6	2,86	0,24
Acaso	2,3	1,2	42,7	2,1	1,3	37,4	3,3	1,9	53,8	7,97	0,02 *
Inconsistência	2,8	1,9	37,3	3,2	1,6	45,9	3,3	2,2	43,9	1,12	0,57

** Estatisticamente significativo ao nível de p 0,01

* Estatisticamente significativo ao nível de p 0,05

Nas linhas as médias com letras iguais não se diferenciam entre si pelo pós teste de Tukey (p<0,05), sendo a<b<c.

Nota-se que as médias são crescentes, do agrupamento *1* para o *2* e deste para o *3*, na escala principal, a de *abuso*. Entretanto, entre os agrupamentos *1* e *2* não há diferenças estatísticas significativas, o que ocorre apenas entre estes e o agrupamento *3*. Este mesmo padrão é verificado na subescala *rigidez* e *força do ego* (este último em direção contrária, dado sua característica protetiva).

A Tabela 28 apresenta as médias dos escores dos agrupamentos nas escalas do instrumento *FACES-IV*.

Tabela 28

Comparação estatística dos agrupamentos em termos de média e desvio padrão nas escalas do FACES-IV

	Agrupamento 1 (n = 12)			Agrupamento 2 (n = 44)			Agrupamento 3 (n = 31)			H	p
	Mean			Mean			Mean				
	M	DP	Rank	M	DP	Rank	M	DP	Rank		
Coesão	27,4 _b	6,5	54,0	26,8 _b	5,3	47,7	23,2 _a	7,3	34,9	6,95	0,03 [*]
Flexibilidade	23,1	5,3	47,8	23,4	5,1	48,9	20,3	5,8	35,5	5,44	0,07
Desengajada	17,0	6,6	37,9	17,2	6,0	39,9	19,8	6,5	52,1	5,10	0,08
Emaranhada	20,1	4,9	49,7	19,3	5,0	45,6	18,1	5,1	39,5	1,79	0,41
Rígida	17,9	5,7	36,8	18,5	3,5	43,9	19,3	4,3	47,0	1,42	0,49
Caótica	15,9	5,6	36,7	17,9	5,3	43,3	19,1	6,2	47,8	1,75	0,42
Comunicação	34,3	10,3	50,6	33,3	8,1	48,3	29,2	7,4	35,3	5,82	0,05
Satisfação	29,4 _b	9,1	46,6	28,9 _b	7,4	50,0	24,5 _a	7,3	34,4	7,14	0,03 [*]

** Estatisticamente significativa ao nível de p 0,01

* Estatisticamente significativa ao nível de p 0,05

Nas linhas as médias com letras iguais não se diferenciam entre si pelo pós teste de Tukey ($p < 0,05$), sendo $a < b < c$.

Entre os agrupamentos **1** e **2** não foram observadas diferenças significativas em nenhuma das escalas do instrumento. O agrupamento **3** se distingue dos agrupamentos **1** e **2** na escala equilibrada de *coesão* e na escala de *satisfação*. Em ambos os casos, nota-se que as médias do agrupamento **3** são menores, ou seja, seus participantes consideram sua família menos coesa e estão menos satisfeitos com a convivência familiar do que os participantes dos outros dois agrupamentos.

Finalmente, a Tabela 29 apresenta as médias dos agrupamentos no tocante às variáveis avaliadas com o instrumento de apoio social.

Tabela 29

Comparação estatística dos agrupamentos em termos de média e desvio padrão nas escalas do QAS

	Agrupamento 1 (n = 12)			Agrupamento 2 (n = 44)			Agrupamento 3 (n = 31)			H	p
	M	DP	Mean Rank	M	DP	Mean Rank	M	DP	Mean Rank		
Rede Social											
Parentes	1,4	1,7	44,0	1,6	1,8	46,9	1,0	0,9	39,9	1,50	0,47
Amigos	1,6	1,7	47,3	1,4	1,5	45,6	1,1	1,2	40,5	1,08	0,58
Atividades											
Esportes	0,1	0,3	44,6	0,0	0,2	43,0	0,1	0,3	45,2	0,78	0,68
Associação	0,0	0,0	43,5	0,0	0,2	44,5	0,0	0,0	43,5	0,98	0,61
Voluntárias	0,1 _b	0,3	47,1	0,0 _a	0,0	43,5	0,0 _a	0,0	43,5	6,25	0,04 *
Apoio Social											
Material	17,7 _b	3,3	54,3	16,5 _b	3,9	47,7	14,2 _a	4,9	34,8	7,47	0,02 *
Emocional	10,3	3,7	40,8	11,4	3,7	46,7	10,7	4,3	41,4	1,02	0,60
Informação	11,3	3,6	39,7	12,1	3,2	47,0	11,5	3,7	41,4	1,35	0,51
Afetivo	10,9	4,2	49,4	11,0	3,2	47,4	9,8	3,0	37,1	3,75	0,15
I.Social											
Positiva	10,7	4,6	42,7	12,0	4,5	47,6	10,4	4,0	39,4	2,00	0,37
Escore Total	60,9	14,6	44,3	63,3	14,5	48,4	56,5	16,8	37,7	3,24	0,20

*Estatisticamente significante ao nível de 0,05

Nas linhas, os grupos com letras iguais não se diferenciam entre si pelo pós teste. Sendo: a < b < c

A participação em atividades *voluntárias* diferenciou o agrupamento **1** dos demais, ou seja, os participantes do agrupamento **1** participariam de mais atividades com esta característica. Nenhuma das dimensões do *apoio social* diferenciou os agrupamentos **1** e **2**, denotando que os indivíduos reunidos nesses dois agrupamentos se percebem semelhantemente com relação ao apoio social de que dispõem. Apenas a dimensão do *apoio material* diferenciou estes dois agrupamentos do agrupamento **3**, sendo que a média desde é menor.

10. DISCUSSÃO

O objetivo geral deste estudo foi o de verificar se em uma amostra de pais/cuidadores existiriam subgrupos que se diferenciariam quanto ao comportamento de punir/castigar fisicamente a criança/adolescente, em termos de *modalidades*, *partes do corpo da criança* sob as quais incide, *frequência* e *presença de sentimento de irritação/raiva* parental no ato de punir. Considerando essas variáveis como parâmetros da gravidade da punição corporal, a intenção era verificar se havia, então, subgrupos em termos de níveis de gravidade. E em caso positivo, se esses subgrupos seriam diferenciados no tocante a algumas das variáveis psicossociais apontadas pela literatura como fatores de risco para a punição corporal e para o abuso físico. Ademais buscou-se verificar a existência de correlações entre algumas das variáveis psicossociais estudadas e os parâmetros de gravidade da punição corporal.

Quanto às variáveis estipuladas para avaliar a gravidade da punição corporal, a conjugação entre elas parece se configurar um padrão como mais ou menos grave. A título de exemplificação, receber uma palmada (*modalidade* de punição considerada a menos grave), nas pernas ou nádegas (*partes de corpo infantil* consideradas menos vulnerável), uma vez por mês, com o pai/cuidador em estado de controle emocional (sem a presença de *sentimento de raiva*), parece se caracterizar como um padrão de comportamento pouco grave, bastante distinto de um outro caracterizado pela mesma *modalidade* de punição, nas mesmas partes do corpo, na ausência de raiva, porém, diariamente.

As análises de correlação empreendidas mostraram, primeiramente, correlação significativa e positiva entre as variáveis indicativas de gravidade da punição/castigo corporal, especificamente *modalidade*, *local do corpo da criança* e *frequência*, o que aponta para a validade de se considerar tais variáveis na formulação do constructo em questão, o da gravidade da punição corporal. Ainda, quanto à força das correlações, os resultados apontaram ser esta de forte magnitude entre *modalidade* e *parte do corpo* da criança atingida, de moderada magnitude entre *modalidade* e *frequência* da punição e de fraca magnitude entre a *frequência* e a *parte do corpo da criança* atingida foi fraca, endossando a percepção da pertinência da consideração dessas variáveis.

Isso não significa, entretanto, que sejam suficientes, ou seja, que outras variáveis não pudessem / devessem também ser incluídas na aferição da gravidade deste tipo de violência contra crianças e adolescentes. Pode-se aventar, por exemplo, que a *força* com a qual pai/cuidador empreende o golpe ou a *quantidade de golpes* deferida sejam variáveis relevantes e que poderiam fazer parte da formulação da gravidade da punição. Ou, ainda, o “tamanho do impacto negativo de natureza psicológica” de uma ou outra modalidade de

punição corporal. Ter lidado com somente os quatro parâmetros em questão - *modalidades, partes do corpo da criança* sob as quais incide, *frequência e presença de sentimento de irritação/raiva* parental no ato de punir – constitui-se em uma limitação do presente trabalho, pelo fato de se desconsiderar outras variáveis que certamente compõem a gravidade da punição corporal; todavia, a inclusão de tais variáveis implicariam em incrementar a complexidade metodológica da investigação, de forma que essa ação escaparia ao escopo do presente estudo.

Quanto a este aspecto, foram encontrados poucos trabalhos científicos que se propuseram a avançar no tema da avaliação da gravidade da punição corporal, numa tentativa de aparar arestas na discussão sobre as diferenças ou equivalências entre castigo corporal e abusos físicos. Embora a maior parte dos estudos sublinhe a dificuldade de se mensurar a gravidade da punição corporal e, dentro disso, as distinções entre o que seria considerado castigo físico e o que seria considerado abuso físico, foi encontrado apenas um que buscou avaliar um parâmetro da gravidade da punição corporal tido pelos estudos como critério de distinção entre uma situação e outra (Gonzalez et al., 2008). Neste trabalho canadense, os autores verificaram, em amostra nacionalmente representativa, se a existência de lesões físicas nas crianças/adolescentes poderia ser considerada critério de distinção entre o que seria considerado como punição corporal e o que seria considerado como abuso físico, tendo concluído que tal critério seria questionável, fortalecendo o posicionamento de que abuso físico e punição corporal não se configurariam como entidades distintas. Estes e outros pesquisadores (Wolfe & MacIsaac, 2011; Trocmé et al., 2003) consideram que punição corporal e abuso físico compõem facetas de um mesmo fenômeno, não havendo, portanto, qualidades ou características distintas entre eles, mas sim, diferenças quantitativas, configurando-se num *continuum*.

Outra corrente de cientistas defende que castigo corporal e abuso físico se caracterizam como fenômenos distintos, havendo, portanto, processos diferenciados inerentes à produção de cada um (Straus & Gelles, 1986; Martín, 2003; Black et al. 2001, Gershoff, 2002a). Neste sentido, a pesquisadora Elizabeth Gershoff efetivamente propõe um modelo explicativo específico para a punição corporal. Os outros modelos teóricos se direcionam ao abuso físico sem mencionar a punição corporal.

Pôde-se notar ainda que a ciência no momento também não dispõe de definições claras a respeito do que seja considerado abuso físico e do que seja considerado castigo corporal, o que se configura como obstáculo ao avanço do conhecimento na área (Cicchetti & Carlson,

1989; Gershoff, 2002a; Martín, 2003; Weber et al., 2004, Gershoff, 2008, Fréchette et al., 2015). A grande maioria dos estudos não apresentam preocupação quanto a definir e/ou distinguir as duas denominações. E há, ainda, trabalhos que, embora não se proponham a definir o que seria considerado punição corporal ou abuso físico, utilizam critérios de distinção entre os dois conceitos baseados em instrumentos padronizados. Dentre os instrumentos utilizados nos estudos destaca-se o *Child to Parent - Conflict Tactics Scale-CTSPC*, proposto por Straus em 1998 (Reichenheim & Moraes, 2003). Este instrumento aborda vários tipos de violência contra a criança e quanto à violência física propõe três categorias de gravidade, distinguindo a punição corporal do abuso físico: punição corporal (considerada gravidade menor), maus-tratos físicos (considerada grave) e maus tratos físicos muito graves (considerada o grau maior de gravidade). Os trabalhos que utilizam este instrumento, todavia, não têm como objetivo discutir a gravidade da punição, tampouco as questões conceituais que subjazem o tema, e fazem uso do CTSPC como parte da coleta de dados (Guterman, Lee, Taylor et al., 2009; Zanoliti-Jeronymo et al., 2009; Wong et al., 2009; Alexandre et al., 2010; Cappa & Khan, 2011; Fréchette et al., 2015).

Compreende-se que tais definições sejam importantes para se alcançar melhor compreensão dos processos que subjazem as diversas situações concretas que levam os adultos a fazerem uso de tais recursos, o que é condição essencial para a proposição de intervenções ajustadas e, portanto, eficazes. No atual estágio da produção de conhecimento científico, parece não haver consenso quanto a este aspecto e o avanço na área demanda investigações que tenham como foco esta questão específica, ou seja, o quanto punição corporal e abuso físico fazem parte de um mesmo fenômeno que se distingue apenas por razões quantitativas ou se seriam fenômenos distintos. Para a presente investigação assumiu-se um posicionamento integrador, ou seja, propôs-se conceitualmente que punição corporal e abusos físicos compõem facetas de um mesmo fenômeno, a Violência Física contra crianças e adolescentes, entendendo, assim, que todos os comportamentos parentais passíveis de serem categorizados como um ou outro devem ser evitados. Ou seja, qualquer tipo de interação entre um adulto e uma criança em que se recorra ao uso da força física, por menor que seja, é violência. Esta se configura pela diferença desenvolvimental entre as partes, que claramente coloca a criança em situação de desvantagem, de vulnerabilidade e, desse modo, de injustiça, aviltando sua dignidade. Punição corporal e abuso, constituir-se-iam, portanto, em expressões de um fenômeno que se manifesta em um *continuum* em termos de gravidade, sendo que o agravamento, contudo, está associado a fatores de risco específicos, que devem ser fazer presentes para que haja transito de um nível a outro.

Neste sentido, observou-se que as variáveis indicativas de gravidade da violência física apresentaram correlações significativas com as variáveis avaliadas pelos instrumentos *CAP*, *FACES-IV* e *QAS*. A *modalidade* da punição corporal apresentou correlação de fraca magnitude com a escala de *Abuso*, no *CAP*, e de moderada magnitude com sua subescala *Rigidez*. Apresentou também correlação de fraca magnitude com as escalas atinentes ao *funcionamento familiar* avaliado pelo *FACES - IV*, *coesão* e *flexibilidade* da família, assim como com a *comunicação* familiar e com a *satisfação* geral com o funcionamento familiar, além de se correlacionar em fraca magnitude com a escala *desengajada* (que representa uma dimensão negativa da coesão familiar). No nível do *contexto social*, *modalidade* da punição apresentou correlação também de fraca magnitude com o *apoio material*, o *apoio afetivo* e o *escore total* do instrumento *QAS*.

Parte do corpo da criança sob a qual a punição corporal incide correlacionou-se em fraca magnitude com as escalas de *Abuso*, *Rigidez*, *Infelicidade*, *Força do ego* e *Problemas consigo e com a criança*, o *CAP*. Quanto à correlação com a escala de *Rigidez* embora o índice (0,39) apresente baixa magnitude, quase atinge limite para configurar sua força como moderada (a partir de 0,40). No que respeita ao *funcionamento familiar*, essa variável indicativa do nível de gravidade da punição corporal não apresentou correlação com qualquer das escalas do instrumento *FACES-IV*. No nível do *contexto social*, o *local do corpo da criança* atingido correlacionou-se em fraca magnitude apenas com o *apoio afetivo* e com o *escore total* do instrumento *QAS*.

Quanto à *frequência* da punição corporal, esta apresentou correlação (de fraca magnitude) com *Rigidez* (subescala do *CAP*) e com o *apoio emocional* e com *escore total* do instrumento *QAS* (de fraca magnitude). Não houve correlação da *frequência* da punição corporal com nenhuma das escalas do instrumento *FACES-IV*.

Todos esses dados apresentados sobre as correlações chamam atenção para alguns elementos. Primeiramente, observa-se que a maior parte das correlações ocorre com fraca magnitude, ou seja, embora tenha sido constatada a presença de correlação entre algumas das variáveis psicossociais e as variáveis que remetem à gravidade da punição corporal, a magnitude de sua força, na maior parte das vezes foi fraca. Tal constatação aponta para a importância de se proceder a futuras investigações utilizando outros instrumentos de medida e ainda considerando outros fatores de risco. Ainda, nota-se que a variável *modalidade* foi a que apresentou maior número de correlações com as variáveis psicossociais, totalizando dez correlações. *Partes do corpo da criança* atingidas apresentou sete correlações e *frequência* da

punição corporal apresentou apenas três correlações. Tal constatação remete para a centralidade da *modalidade* da punição corporal, ou seja, da forma como o castigo físico é aplicado em se considerando maior ou menor exposição a variáveis psicossociais consideradas fatores de risco para os maus-tratos em geral e para os abusos físicos em particular. As *modalidades* que foram citadas nas entrevistas pelos participantes foram: colocar de joelhos (gradação 1), puxar o cabelo (gradação 1), puxar a orelha (gradação 1), dar beliscões (gradação 1), amarrar (gradação 2), dar palmadas (gradação 2), dar chineladas (gradação 3), dar croques (gradação 4), chacoalhar (gradação 5), empurrar (gradação 5), atirar objetos (gradação 6), dar chibatadas (gradação 7), dar socos (gradação 7), dar pauladas (gradação 7), estrangular (gradação 8) e bater a cabeça da criança contra a parede (gradação 8). Todavia, é importante ressaltar que quanto à força das correlações, nota-se que na maior parte das vezes, sua magnitude foi fraca, à exceção da correlação com a escala de *Rigidez* do instrumento *CAP*.

Notou-se que apenas duas variáveis psicossociais estiveram correlacionadas com todas as variáveis de aferição da gravidade da punição corporal, quais sejam a *rigidez parental* avaliada pelo *CAP* (correlação positiva) e o *escore total* estimado pelo instrumento de apoio social (correlação negativa). Quanto à *Rigidez* parental, nota-se que esta escala do *CAP* foi a única a apresentar força de correlação de moderada magnitude (com a *modalidade* da punição corporal e de quase alcançar índice para correlação de moderada magnitude com a *parte do corpo da criança* atingida pela punição). Tal constatação aponta para a grande importância dessas duas variáveis psicossociais no que concerne aos fatores de risco relacionados à produção do abuso físico, o que está em consonância com os resultados de outros estudos científicos, que apontam para a característica protetiva do apoio social recebido e para a característica de risco do processamento cognitivo baseado em concepções rígidas, inflexíveis quanto às atribuições, às percepções e às expectativas parentais em relação aos filhos (Nayak & Milner, 1998; Black et al., 2001; Montes et al., 2001; Gershoff, 2002a; Woodward & Fergusson, 2002; Scanappieco & Cornnell-Carrick, 2005; Belsky & Jaffee, 2006; Thompson et al., 2006; McElroy & Rodriguez, 2008; Asla et al., 2011; Bérghamo & Bazon, 2012).

Tendo por base esses dados, partiu-se à verificação da existência de subgrupos na amostra, em função das variáveis relacionadas ao uso da punição corporal, o que concorreu para a identificação de agrupamentos. Observou-se que apenas *frequência* da punição corporal discriminou os três agrupamentos, ocorrendo um aumento da *frequência* do uso de castigo corporal do agrupamento 2 para o 1, e deste para o agrupamento 3. No que concerne às *modalidades de punição corporal* e às *partes do corpo da criança* sob a qual a punição corporal incidiria, os agrupamentos 1 e 2 não se diferenciam entre si, mas ambos se

distinguem do agrupamento 3, sendo que, neste último, verificou-se que os participantes utilizariam *modalidades de punição* com maior potencial de lesão corporal e essas incidiriam em *partes do corpo da criança/adolescentes* considerados mais vulneráveis. Finalmente, com relação ao *sentimento de irritação ou raiva* durante a punição, uma menor proporção de participantes do agrupamento 1 apresentariam esses sentimentos quando comparados aos participantes dos agrupamentos 2 e 3 que se assemelhariam nesse tocante. Nota-se, assim, que os participantes reunidos no agrupamento 3 apresentariam um padrão de comportamento punitivo mais grave. Ainda, que os participantes dos agrupamentos 1 e 2 se assemelhariam quanto às *modalidades* de punição utilizadas e às *partes do corpo da criança* geralmente visados pela punição, distinguindo-se entre si quanto à *frequência* do uso de punição corporal e à *presença do sentimento de raiva*. Os participantes dos agrupamentos 2 seriam mais movidos pela raiva/irritação, assemelhando-se ao agrupamento 3 nesse aspecto, ou seja, nesses dois grupos apresentariam *irritação ou raiva* em proporção semelhante. Tais distinções apontam para a importância de considerar que nem todos os pais/responsáveis que punem fisicamente as crianças o fazem de maneira similar o que incita o questionamento sobre quais variáveis ou quais características psicossociais os distinguiriam.

Com tais reflexões em foco, foram empreendidas análises com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre os agrupamentos encontrados, no tocante a algumas das variáveis psicossociais e contextuais, apontadas pela literatura científica como associadas à produção da punição corporal e ao abuso físico. Iniciando a discussão pelos dados relacionados a variáveis sociodemográficas, os resultados indicaram que os três agrupamentos não se distinguiriam em função da idade, do número de filhos, da idade por ocasião do nascimento do primeiro filho e do número de anos de estudo. Ou seja, para a realidade sociocultural em foco essas seriam fatores de risco inespecíficos, não atuando como variável atrelada ao agravamento da punição corporal.

Quanto à ocupação dos participantes, notou-se que a maior parte exerceria atividade não remunerada, como donas de casa ou teriam ocupações exigindo alguma qualificação/escolarização, como caixa, recepcionista, vendedor, cabeleireiro e outros trabalhos que exigem curso técnico. Quanto a esta variável não houve diferença estatisticamente significativa entre os agrupamentos, apontando para a irrelevância da ocupação dos participantes quanto à gravidade da punição corporal.

Quanto às condições socioeconômicas dos participantes, leva-se em conta os resultados concernentes à classe econômica de pertencimento dos participantes, segundo o critério

Brasil, e o recebimento/necessidade de benefícios sociais. Os resultados das análises estatísticas evidenciaram que o agrupamento 3 teriam significativamente mais pessoas na classe “DE” do que os outros dois agrupamentos e, ainda, que haveriam um aumento estatisticamente significativo do número de participantes a receber benefícios sociais governamentais do agrupamento 1 para o 2, e deste para o 3, denotando que os participantes do agrupamento 3 estariam em condições de maior vulnerabilidade econômica. Os estudos científicos sobre punição corporal e sobre abuso físico geralmente identificam uma associação desses a situações de vulnerabilidade econômica, geralmente por pertencimento a camadas sociais com baixo poder aquisitivo e situações de desemprego. Tais situações ocorreriam em função da maior sobrecarga e, conseqüentemente, de estresse, aos quais os adultos estariam submetidos nestas condições, diminuindo sua capacidade para interagir adequadamente com as crianças (Belsky & Jaffee, 2006; Larriveé et al. 2007, Wong et al., 2009; Alexandre et al., 2010; Sahim & Yetim, 2011).

No plano das características dos pais/responsáveis, a literatura científica aponta para o consumo de substâncias como fator de risco associado aos maus-tratos infantis em geral e especificamente ao abuso físico (Sahim & Yetim, 2011). No caso do presente estudo, embora haja um aumento no consumo de substâncias (tabaco, álcool e substâncias ilícitas) do agrupamento 1 para o 2, e deste para o 3, os testes estatísticos não revelaram diferenças significativas entre os agrupamentos. Embora não tenham sido encontradas diferenças, parece importante frisar o alto consumo de álcool pelos participantes, o que poderia se configurar como fator de risco para os três agrupamentos. Nota-se que, respectivamente, 50% dos participantes do agrupamento 1, 52% dos participantes do agrupamento 2, e 71% dos participantes do agrupamento 3 relatam consumir bebidas alcoólicas. Quanto à frequência de uso, 42% dos participantes do agrupamento 1, 36% dos participantes do agrupamento 2, e 52% dos participantes do agrupamento 3 consumiriam bebidas alcoólicas duas ou mais vezes por semana. Obviamente a realização de uma avaliação quanto ao consumo de substâncias necessitaria de investigação específica que abordasse outros aspectos como a dose/quantidade, os tipos de bebidas e a evidências de prejuízos no plano dos relacionamentos pessoais ou no do trabalho. Ainda assim, a significativa frequência de consumo - duas ou três vezes por semana - indica a alta prevalência do consumo de bebidas alcoólicas na amostra em questão, que sabidamente está associado a inúmeros problemas de impacto social e pessoal. No que remete à temática do presente estudo, o uso de bebidas alcoólicas envia as percepções dos indivíduos, altera seu processamento cognitivo, diminuindo seu controle de impulsos favorecendo as situações de punição corporal e de conflitos familiares em geral.

Outras variáveis associadas às características pessoais dos pais/cuidadores, no plano do *funcionamento psicológico*, avaliadas por meio do instrumento CAP, apontaram que os agrupamentos 1 e 2 se assemelharam, mas ambos se distinguiram do agrupamento 3, na escala *abuso* e nas subescalas *rigidez* e *força do ego*. Desse modo, pode-se refletir sobre o quanto os participantes do agrupamento 3 vivenciaram mais sentimentos negativos, caracterizados por estados de confusão, ansiedade, tristeza, irritabilidade e baixa autoestima e, ainda, se sentiriam instáveis, frágeis emocionalmente e inadequados. Diversos estudos sobre fatores de risco para o abuso físico sublinham correlação positiva entre o abuso e sentimentos parentais de estresse, irritação, infelicidade, depressão, ansiedade, insatisfação e baixa autoestima (Balge & Milner, 2000; Francis & Wolfe, 2008. Asla et al., 2011; Bérghamo & Bazon, 2012; Rodriguez et al., 2015).

Quanto à *rigidez*, em consonância com o que foi apresentado no estudo 1 e com os resultados das análises de correlação do presente estudo, nota-se a preponderância de tal variável quanto à produção das situações de castigo corporal e de abuso físico infantil. Tais considerações evidenciam a pertinência do *Modelo do Processamento da Informação Social* de Joel Milner, sublinhando o quanto as variáveis relacionadas aos aspectos cognitivos dos pais têm importância central na produção dos castigos físicos. Infere-se que os pais/cuidadores do agrupamento 3, quando comparados aos dos agrupamentos 1 e 2, apresentariam mais atribuições globais e estáveis de intenções negativas ao comportamento infantil. Segundo Joel Milner (1986), os erros no processamento da informação podem ocorrer em uma ou mais das quatro fases cognitivas, ou seja, os pais podem ter inicialmente percepções enviesadas, o que os leva a interpretações inadequadas do comportamento infantil e à elaboração de expectativas irrealistas quanto ao que se pode esperar das crianças. Tal situação favorece que selecionem respostas e ajam inadequadamente, ou seja, em dissonância com o que a situação efetivamente apresentou. Há, portanto, nessas situações um déficit parental quanto à capacidade de avaliar os elementos situacionais e, portanto, os inúmeros fatores variantes de cada momento, mantendo uma tendência a perceber, interpretar e agir rigidamente, com base nas crenças que já formularam a respeito da criança. A modificação desses aspectos psicológicos, em relação aos pais/cuidadores envolvidos em situações de violência física mais graves, seria, certamente, central num plano de intervenção de tratamento.

Quanto às variáveis relativas à família, no que respeita ao estado civil dos participantes, nota-se que não houve diferenças entre os três agrupamentos. Todavia, denotou-se uma

grande proporção de pais/cuidadores separados, divorciados ou viúvos, o que caracteriza a formação da família monoparental. Quanto a esta variável a maior parte dos trabalhos científicos aponta para essa condição como fator de risco para o abuso físico, em função da sobrecarga gerada no cuidador que, não tem com quem dividir as tarefas cotidianas, as responsabilidades e preocupações, mas também, em geral, precisam custear o orçamento doméstico sozinhos, o que reduz sua capacidade parental, no tocante aos cuidadores e à supervisão dos filhos (Woodward & Fergusson, 2002; Scanappieco & Cornnell-Carrick, 2005; Belsky & Jaffee, 2006; Larriveé et al., 2007; Wong et al., 2009; Alexandre et al., 2010; Bérigamo & Bazon, 2011; Sahim & Yetim, 2011).

Outra variável avaliada no presente estudo, concernente ao sistema familiar dos participantes, diz respeito à satisfação conjugal. Nenhum dos participantes do agrupamento 1, 7% dos participantes do agrupamento 2 e 19% dos participantes do agrupamento 3 consideram seu relacionamento conjugal como ruim; todavia, tal aumento da porcentagem de indivíduos insatisfeitos entre os agrupamentos não apresentou diferenças estatísticas significativas. Conflitos conjugais são tidos pela literatura sobre abuso físico como fatores de risco para a produção do fenômeno, pois diminuem a disponibilidade do adulto para interagir com as crianças e aumentam a probabilidade de que julguem de maneira distorcida seus comportamentos (Salzinger et al., 1998; Woodward & Fergusson, 2002; Reichenheim et al., 2006; Sahim & Yetim, 2011; Soares et al., 2016). No caso do presente estudo, não se avaliou exatamente esta variável, mas sim a insatisfação, o que seria uma medida indireta. De qualquer forma, pode-se dizer que, neste estudo, a variável em questão não estaria atrelada ao agravamento da conduta parental, no plano da violência física.

Ainda concernindo aos dados relativos ao *sistema familiar*, os resultados provenientes da aplicação do instrumento FACES-IV, denotaram que entre os agrupamentos 1 e 2 não foram observadas diferenças significativas em nenhuma das escalas do instrumento. As diferenças estatisticamente significativas puderam ser observadas apenas na comparação entre o agrupamento 3 com os agrupamentos 1 e 2 na escala equilibrada de *coesão* e na escala de *satisfação*. Em ambos os casos, as médias do agrupamento 3 foram menores, apontando que os participantes pertencentes a este grupo considerariam os laços familiares mais frágeis e uma menor preocupação dos membros, uns com os outros, estando no geral, mais insatisfeitos com a convivência familiar. Black et al. (2001) apontam que as famílias submetidas a maior número de situações de estresse, em que há menor coesão familiar e menor facilidade para adaptações às mudanças, estariam mais propensas ao abuso físico.

Finalmente, quanto ao apoio social, avaliado por meio do QAS, verificou-se que a participação em atividades voluntárias discriminou o agrupamento 1 dos demais, ou seja, os

participantes desse agrupamento se engajariam com maior frequência em atividades com essas características. A participação em atividades comunitárias favorece a aproximação entre membros da comunidade, o que pode se configurar como importante fonte de apoio social. Conforme mencionado no estudo 1, tal importância tem sido reconhecida, recentemente, pelas políticas públicas brasileiras (Resolução nº109, Conselho Nacional de Assistência Social, 2009), especialmente as de assistência social, mas precisam ser aprimoradas para que efetivamente possam se configurar como fator de proteção infantil. O sentimento de pertença comunitária, a troca de informações e vivências e o apoio concreto que membros de uma mesma comunidade podem oferecer uns aos outros, em situações cotidianas, podem se configurar como elementos de proteção de grande relevância (Thompson et al., 2006).

Quanto ao *apoio social* percebido, apenas na dimensão *apoio material* houve diferenças significativas entre os agrupamentos, sendo que estas ocorreram entre os agrupamentos 1 e 2 e o agrupamento 3, ou seja, os participantes dos dois primeiros agrupamentos receberiam mais *apoio social material* que os participantes do agrupamento 3. Tal resultado aponta para a relevância que o apoio, no tocante a questões concretas e cotidianas, assume na vida desses participantes. O apoio *material* ou instrumental remete, neste caso, a situações em que o respondente esteja vivendo situação difícil, que o impeça ou dificulte a execução das responsabilidades cotidianas receba a ajuda necessária como, por exemplo, estando doente, possa contar com a presença de um familiar ou de um vizinho/amigo para auxiliar ou para realizar as tarefas diárias, como buscar as crianças na escola ou contribuir nos afazeres domésticos.

A existência de três agrupamentos na amostra e a análise de quais são suas características denota que nem todos os pais/cuidadores que utilizam punição corporal o fazem de maneira semelhante e, ainda, que as características psicossociais relacionadas a cada agrupamento têm associação com nível de gravidade da violência física. Sintetizando, depreende-se que os pais/cuidadores reunidos no agrupamento 1 sentem-se mais estáveis psicologicamente e com maior força para enfrentar a vida, são menos rígidos nas suas crenças relativas às crianças/aos filhos, sentem-se menos infelizes, menos angustiados, menos entristecidos e menos irritados. Quanto à família, sentem-se mais satisfeitos e a percebem como possuindo laços afetivos mais fortes, em que os membros familiares se preocupam com o bem-estar e os problemas uns dos outros. No que tange aos *aspectos contextuais*, participam de maior número de atividades comunitárias e percebem possuir maior apoio social de ordem material, ou seja acreditam possuir maior apoio concreto quanto aos afazeres e às

responsabilidades cotidianas, oriundo de familiares e/ou amigos, quando em situações de dificuldades. Quanto à punição corporal infantil, a utilizam em maior *frequência* que os participantes do agrupamento 2, selecionam *modalidades* menos gravosas (como palmadas) e atingem *partes do corpo da criança* menos vulneráveis, como pernas e nádegas. Menor proporção desses pais/cuidadores sentiria *raiva* e/ou irritação ao punir fisicamente aos filhos.

Os participantes do agrupamento 2, embora não se distingam dos pais/cuidadores do agrupamento 1 quanto aos fatores de *funcionamento psicológico* avaliados por meio do *Inventário CAP*, apresentam média mais elevada na escala de *abuso*. De modo exploratório, tão somente, observou-se que sua média, nesta escala, foi de 226 pontos, o que ultrapassa a nota de corte de 215 pontos, estabelecidos pelo manual do *Inventário CAP* (Milner, 1986) denotando presença de potencial de abuso infantil. Quanto ao *funcionamento familiar*, assim como os participantes do agrupamento 1, esses perceberiam os laços familiares como estreitos e acreditariam que os membros familiares se preocupam uns com os outros; ademais, sentir-se-iam mais satisfeitos com suas famílias. Quanto aos fatores relacionados ao *contexto social*, eles não participam de atividades comunitárias e se perceberiam como possuindo significativo apoio social, especialmente de ordem material, da parte de seus familiares e amigos. No que concerne à *punição corporal* utilizada por estes pais, esses a utilizariam em menor *frequência* que os participantes do agrupamento 2, utilizando *modalidades* não tão gravosas (como puxões de orelhas, puxões de cabelo e palmadas), direcionadas a *partes do corpo infantil* menos vulneráveis, como nádegas e pernas, à exemplo do que ocorre com os participantes do agrupamento 1. Todavia, uma maior proporção de pais/cuidadores neste grupo sentir-se-iam com *raiva/irritados* ao punir fisicamente seus filhos.

Os participantes reunidos no agrupamento 3, por sua vez, sentir-se-iam mais instáveis emocionalmente, mais ansiosos, preocupados e entristecidos. Ainda, irritar-se-iam com maior facilidade e valorizar-se-iam menos a si mesmos. Cognitivamente, seriam mais rígidos, tendendo a atribuir às crianças intencionalidade quanto aos comportamentos inadequados, apresentando menor capacidade para considerar e avaliar as nuances situacionais, atreladas aos comportamentos. Assim, tenderiam também a manter expectativas inadequadas ou irrealistas sobre as capacidades das mesmas, apresentando assim maior potencial de abuso infantil. Exploratoriamente, esses pais/cuidadores tiveram uma pontuação média de 282 na escala de *abuso* do *Inventário CAP*. Quanto ao *funcionamento familiar*, sentir-se-iam menos satisfeitos com o convívio familiar, percebendo sua família como tendo laços afetivos mais frágeis, ou seja, os membros da família seriam mais distantes uns dos outros e teriam menor preocupação uns com os outros. Quanto ao *contexto social*, maior proporção pertenceria a camadas socioeconômicas mais desfavorecidas, enfrentando, assim, mais desafios dessa

natureza. Não participariam de atividades comunitárias e sentir-se-iam menos apoiados por familiares e/ou amigos, para auxiliá-los em situações cotidianas. Quanto à *punição corporal*, eles a utilizariam mais frequentemente que os participantes dos outros agrupamentos, empregando *modalidades* mais gravosas (como dar chineladas, dar croques, chacoalhar, empurrar, atirar objetos, dar chibatadas, dar socos, dar pauladas, estrangular e bater a cabeça da criança contra a parede), as quais dirigir-se-iam a partes do *corpo da criança* mais vulneráveis, como aquelas localizadas acima da cintura, além da cabeça. Ademais, maior proporção deles apresentaria *sentimento de raiva/irritação* durante a punição, embora, nesse plano, não se diferenciariam dos pais/responsáveis reunidos no agrupamento 2.

Constatou-se, portanto, que quanto mais grave a punição corporal utilizada pelos pais, de acordo com a formulação proposta no presente trabalho, mais esses estariam expostos a fatores de risco, o que parece corroborar os achados da literatura científica sobre o tema.

No que tange à composição dos agrupamentos em função de seu grupo de origem, os resultados do trabalho apontam que os agrupamentos 1 e 2 são prioritariamente compostos por participantes do grupo sem histórico de notificação e que, inversamente, o agrupamento 3 é prioritariamente formado por participantes com histórico de notificação ao sistema de proteção à infância. Dado que o agrupamento 3 é composto por participantes que fazem uso mais grave da punição corporal e apresentam maior número de fatores de risco psicossociais, observa-se que a comunidade, no geral, consegue proceder a uma identificação “correta” dos casos que precisam ser notificados ao sistema de proteção infantil (80,65% deste agrupamento é composto por participantes notificados). Todavia, é importante destacar que a composição dos grupos é majoritária quanto aos grupos de origem, mas não exclusiva. Observa-se assim que no agrupamento 3 há 19,35% de pais que não tem histórico de notificação ao sistema de proteção infantil e inversamente, que no agrupamento 1 e 2 há respectivamente, 33,3% e 25% de pais que foram notificados ao sistema de proteção infantil. Ou seja, parece haver uma proporção considerável de casos em que a comunidade não consegue identificar adequadamente a gravidade da punição ou os fatores de risco presentes/ausentes. Assim, são notificados casos nos quais há menor gravidade da punição corporal e que não apresentam tantos fatores de risco associados e ainda, não são notificados casos em que há maior gravidade da punição corporal e presença de maior número de fatores de risco. Há necessidade de implementação de outras investigações a fim de aprofundar o conhecimento a respeito da composição dos agrupamentos. É possível que outras variáveis e fatores de risco

não investigados no presente trabalho sejam levados em consideração pela comunidade ao se decidir pela notificação.

Quanto às semelhanças entre os três agrupamentos, observou-se que nos três agrupamentos os pais/cuidadores teriam tido filhos muito jovens, teriam baixa escolarização, usariam bebidas alcoólicas de modo relativamente frequente e estariam em famílias monoparentais.

Mais pormenorizada, a avaliação das semelhanças e dissemelhanças entre os agrupamentos revela que o agrupamento *1* e o agrupamento *2* seriam semelhantes em praticamente todas as variáveis psicossociais, à exceção da participação em atividades comunitárias. Todavia, quanto às variáveis que remetem à gravidade da punição corporal, haveria dissemelhanças quanto à *frequência* da punição e à presença do *sentimento de raiva*. Tal constatação remete ao questionamento: se expostos aos mesmos fatores de risco, por quais razões uns puniriam mais gravemente seus filhos que o outro? Essa pergunta não pode ser respondida com base nos dados do presente estudo. É possível hipotetizar que outros fatores de risco não investigados façam a diferença; pode-se também hipotetizar que, embora sem significância estatística, a média do agrupamento *2*, na escala de abuso do instrumento CAP ultrapassou a nota de corte apresentada no *Inventário CAP*, o que denotaria maior fragilidade psicológica. Tal reflexão, todavia tem caráter apenas exploratório, pois a ausência de normas brasileiras para o instrumento não permite maior aprofundamento. Ainda no que concerne à comparação entre os agrupamentos *1* e *2*, chama atenção o fato de a *frequência* da punição ser maior no agrupamento *1* e a presença de *sentimento de raiva parental* ser maior no agrupamento *2*. Tais dados são aparentemente contraditórios. Talvez o pequeno número de participantes do agrupamento *1* possa ser uma das possíveis explicações para tal contradição.

Os agrupamentos *2* e *3* se distinguiriam quanto às variáveis referentes ao *funcionamento psicológico* dos pais (*abuso, rigidez e força do ego*), às variáveis do *funcionamento familiar* (*coesão e flexibilidade*) e, também, quanto à classe econômica (com maior proporção de pais/cuidadores do agrupamento *3* pertencendo a *classes socioeconômicas* mais desfavorecidas) e à presença de *apoio social* de ordem *material*. Ademais, haveria diferenças significativas quanto às *modalidades*, às *partes do corpo da criança* atingidas pela punição corporal e à *frequência* desta. Todavia, esses agrupamentos assemelhar-se-iam quanto à participação em *atividades comunitárias* (sendo essa muito pequena, quando não nula) e quanto à presença do *sentimento de raiva/irritação* durante o momento da punição corporal infantil.

A análise de agrupamentos indica, ainda, quanto à comparação entre o agrupamento *1* e o agrupamento *3*, que esses se distinguiriam quanto ao funcionamento psicológico (maior

potencial de *abuso* e *rigidez* e menor *força do ego* dos participantes do agrupamento 3), ao funcionamento familiar (menor *coesão* e *flexibilidade* no agrupamento 3) e ao apoio social (menor apoio social de ordem *material* do agrupamento 3) e também em todas as variáveis que remetem à gravidade da punição corporal, sendo que no terceiro agrupamento se puniria as crianças/os adolescentes utilizando *modalidades* mais graves, em *partes do corpo* mais vulneráveis, com maior *frequência* e mediante a presença de *sentimento de raiva/irritação*.

Tais constatações permitem considerar alguns aspectos importantes. Primeiramente, conforme já apontado, há que se sublinhar que nem todos os pais que utilizam punição corporal o fazem da mesma maneira e também, não são iguais quanto às características psicológicas, ao funcionamento familiar e ao apoio social. Essa constatação é importante, pois leva-nos à conclusão de que se os pais não são iguais e não punem igualmente as crianças, sendo que as intervenções direcionadas a eles também não podem ser as mesmas. A análise de agrupamentos permite observar quais são algumas dessas semelhanças e diferenças a fim de que se possa planejar intervenções voltadas às necessidades de cada um dos grupos de pais. Por exemplo, pode-se aventar que os pais do agrupamento 1, dado o menor número de fatores de risco psicológicos, o melhor funcionamento familiar, o maior apoio social e a menor gravidade da punição corporal, possam se beneficiar de intervenções voltadas às habilidades parentais, como comunicação, escuta ativa, empatia, técnicas educativas, conhecimento sobre desenvolvimento infantil, dentre outras. Parece que, dada a presença de poucos fatores de risco psicossociais nos pais deste agrupamento, a ampliação do conhecimento e do repertório de habilidades quanto às estratégias de educação/socialização os filhos podem se configurar como suficientes para a maioria deles.

Os pais do agrupamento 2 e 3 também podem se beneficiar dessas intervenções, todavia, acredita-se que elas não sejam suficientes. Mais pais do agrupamento 2 apresentam *sentimento de raiva e irritação* (em proporções semelhantes às do agrupamento 3), o que sugere a necessidade de intervenção voltada ao manejo deste sentimento, pois este pode se configurar com fator desencadeante de punições mais graves, principalmente nas situações em que a criança apresente reação opositiva ou desafiante no momento do conflito.

Já os pais do agrupamento 3, em função do grande número de fatores de risco presentes, parecem necessitar de intervenções multidimensionais e especializadas. O planejamento das intervenções voltadas às habilidades parentais precisa não só ampliar o repertório de estratégias disciplinares e favorecer a empatia e a comunicação, mas também incluir ações que visem alterar os esquemas cognitivos, as crenças rígidas a partir das quais

avalia/interpreta o comportamento infantil, de modo a tornar-se mais flexível quanto às percepções e às expectativas quanto aos filhos. Ainda, talvez seja relevante a inclusão de técnicas de controle de impulsos e manejo da raiva. Ademais, em função das significativas fragilidades de ordem emocional, as intervenções clínicas - psicológicas e/ou psiquiátricas - podem se fazer necessárias. Dados os fatores de risco associados ao ambiente familiar, as intervenções devem também focar os padrões interacionais na família como microsistema, de forma a criar condições para o fortalecimento dos vínculos familiares, a ampliação das habilidades de comunicação entre os membros familiares e, com isso, a de estratégias de solução de conflitos, dentre outras. Ainda, as intervenções psicossociais precisariam incluir o entorno e fortalecer as relações entre a famílias desses cuidadores e a família extensa e/ou a vizinhança, de forma a também ampliar as possibilidades de recebimento de apoio social por estes pais/cuidadores. Em vista a sua maior vulnerabilidade econômica, pode ser necessário, igualmente, ter de se lançar mão de benefícios socioassistenciais em maior quantidade.

Finalizando, a despeito das limitações inerentes à investigação, considera-se que o estudo trouxe contribuições ao conhecimento científico quanto à punição corporal/abuso físico de crianças/adolescentes, especificamente no contexto brasileiro. A principal delas é a constatação de que, como hipotetizado, parece, de fato, existir subgrupos que se distinguem quanto aos níveis de gravidade apresentado e à exposição a fatores de risco específicos. Posto isso, pôde-se dar um passo inicial quanto à compreensão de quais seriam as características psicossociais que os distinguem e quais as que os assemelham. Esse conhecimento, por sua vez, parece ser fundamental para que as intervenções voltadas a esta população possam ser planejadas com maior precisão quanto às necessidades de cada grupo, o que é condição para que sejam mais eficazes.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das transformações sociais, culturais e legais ocorridas no Brasil, nas últimas quatro décadas, quanto à representação da infância/adolescência na sociedade, o uso da punição corporal infantil ainda figura como técnica educativa/disciplinar largamente utilizada pelos pais/responsáveis. No campo científico, nota-se ausência de definições claras para os conceitos de punição corporal e abuso físico, como falta de entendimento sobre o fato de serem ou não um mesmo fenômeno, o que configura um cenário de dificuldade para o avanço do conhecimento na área.

O presente trabalho teve como foco ampliar a compreensão a respeito da temática, problematizando e explorando as relações entre punir ou castigar fisicamente as crianças e adolescentes e os abusos físicos, empreendendo, para tanto, uma revisão da literatura especializada e dois estudos empíricos distintos. No primeiro estudo foi realizada comparação de dois grupos de pais (o primeiro composto por pais notificados pelo Sistema de Proteção Infantil por abuso físico, e outro, sem esse histórico) quanto ao padrão de punição corporal e também quanto a variáveis psicossociais tidas pela literatura científica como fatores de risco para o castigo corporal e o abuso físico. Tal estudo evidenciou que os grupos se diferenciaram significativamente em muitas das variáveis analisadas, com os pais notificados ao Sistema de Proteção Infantil apresentando, efetivamente, um padrão de punição mais grave, em termos de *modalidades e partes do corpo da criança/adolescente atingias por essa*, e de *frequência* da punição, o que, de algum modo, corroborou a ideia de que na comunidade há tolerância (quando não, aceitação e legitimidade) para a punição corporal, mas há também limites que se relacionam com o nível de gravidade desta prática. Com isso, ligados ao Sistema de Proteção estariam os pais/cuidadores significativamente mais vulneráveis, expostos a uma ampla gama de fatores de risco psicossocial, o que justificaria seu acompanhamento em programas multidimensionais e especializados.

O segundo estudo empreendido teve por objetivo verificar se na amostra formada conjuntamente pelos pais/cuidadores notificados e não notificados existiriam subgrupos diferenciando-se quanto ao comportamento de punir/castigar fisicamente a criança/adolescente e, em caso positivo, verificando a existência de diferenças significativas entre eles no tocante a algumas das variáveis psicossociais apontadas pela literatura como fatores de risco para a punição corporal e para o abuso físico. Os resultados apontaram para a

existência de três agrupamentos, ou seja, foram identificados três grupos de pais/cuidadores (**1, 2 e 3**) cujos padrões de punição corporal iriam do menos gravoso ao mais gravoso, sendo que em todos eles há presença tanto de pais/cuidadores com histórico de notificação, quanto por pais sem este histórico. A exposição aos fatores de risco investigados também aumentaria do agrupamento **1** ao **3**, indicando a necessidade diferenciada de ajuda/intervenção, regulada pelos níveis e natureza das problemáticas detectadas para cada qual. Acredita-se que o presente trabalho tenha trazido contribuições no sentido de evidenciar que o uso da punição corporal como técnica de educação/socialização de filhos parece se configurar como um fenômeno heterogêneo, ou seja, os pais/responsáveis que a utilizam o fazem de maneiras bastante distintas.

Dada a baixa evidência científica quanto aos benefícios do uso de punição corporal para o desenvolvimento infantil e, contrariamente, em função das evidências de que este seria um dos fatores de risco para o abuso físico, considera-se criticamente a recomendação quanto à sua utilização. Defende-se o ponto de vista de que a punição corporal é uma forma de violência física (assim como os abusos físicos) que deve ser combatida – prevenida e tratada. Outrossim, acredita-se na possibilidade de investir na divulgação de outras técnicas de educação/disciplina infantil que estejam em consonância com os princípios relativos à criança/adolescente como sujeito de direitos, sendo um deles o direito de se manifestar livremente, de acordo com sua condição especial de desenvolvimento, e poderem ser orientados pelos adultos sem que estes recorram a qualquer tipo de recurso que possa a vir aviltar sua dignidade. A identificação das semelhanças e dissemelhanças no comportamento de punir/castigar fisicamente uma criança e também no tocante aos fatores psicossociais associados a cada agrupamento, pode favorecer o planejamento de intervenções diferenciadas em função das características de cada subgrupo.

Quanto aos limites do presente trabalho, em acordo com a reflexão de Vargas et al. (1995), coloca-se a questão da fragilidade de se abordar temática tão delicada diretamente, por meio do autorelato dos próprios pais/responsáveis. Ainda que se observe a disposição dos pais em participar do estudo, pondera-se a possibilidade de subestimação da gravidade da problemática, em termos e tipos, intensidade dos castigos físicos e frequência, dada à consciência do aspecto que lhe é inerente na sociedade contemporânea. O fato de a pesquisadora ser uma profissional que trabalha há alguns anos na cidade, especificamente no contexto público de Assistência Social, pode ter levado alguns participantes a se preocuparem com o tipo de informação revelada. Desse modo, muitos participantes podem ter escolhido minimizar ou menos negar suas ações relativas à punição corporal, sendo que, neste caso, ter-se-ia praticas outras, distintas daqueles que se expuseram. Dado o paradigma Ecológico-

transacional adotado para a investigação, a ausência do uso das técnicas de observação, consideradas fundamentais dentro desse modelo, também se configura como limitação do trabalho, sabendo, porém que, em razão da temática em foco, isso seria muito difícil e, certamente, constituir-se-ia em variável interveniente.

Ainda em relação a este aspecto, não ter feito uma busca ativa por modalidades específicas de castigo físico que não incluem o ato parental de golpear o corpo da criança, pode ter deixado algumas de fora pelo fato delas não serem nem mesmo consideradas como tal, pelos participantes como, por exemplo, o ato de deixar uma criança sem comer. Quanto a esta temática, Gershoff (2002a) sublinha que dada a necessidade de quebra de sigilo em determinadas situações de pesquisa relacionadas aos maus-tratos infantis, os pesquisadores hesitam em questionar a respeito de determinadas práticas, o que contribui para criar um conluio de silêncio em torno dos comportamentos abusivos.

Ainda, cabe refletir sobre a possibilidade de que os casos recrutados no sistema de proteção infantil, talvez não sejam casos “puros” em que houvesse apenas a presença de abuso físico. Em função da falta de registro sistematizado e padronizado sobre os casos, não foi possível identificar em que situações havia ocorrência de abuso físico tão somente. Conforme conclusão do estudo empreendido por Larrivée et al. (2007), em casos notificados ao Sistema de Proteção Infantil, do Québec-Canadá, nos casos em que há co-ocorrência de modalidades de maus-tratos, verifica-se, em geral, maior número de problemas sociais e de saúde, maior dificuldade financeira, maior gravidade dos abusos físicos, maior tendência de as situações serem crônicas. Ainda foi constatada maior probabilidade de as crianças serem vítimas de uma brutalidade irracional e impulsiva, sendo os cuidadores mais fortemente caracterizados por uma maior desorganização emocional, apresentando dificuldades adicionais como uso abusivo de álcool. Nesse plano, vale ainda frisar que o tamanho da amostra (número de participantes) e suas características sociodemográficas, especialmente quanto à classe socioeconômica, constituem-se em outras limitações importantes do presente trabalho.

Além disso, o delineamento transversal adotado não permite a avaliação de transformações. Em acordo com Gershoff (2002a) e Belsky (1984) considera-se que o processo de desenvolvimento humano continua ao longo da vida toda. Os pais ganham experiência com sua própria criança, adquirem conhecimento sobre técnicas de socialização, alteram a significação que dão à parentalidade e à infância. As crianças também crescem e alteram suas habilidades e maneiras de se relacionar com os pais, o que certamente afeta o uso de punição corporal. Pesquisas longitudinais seriam fundamentais para responder de que

modo estes processos de desenvolvimento afetam o uso de punição corporal. Nessa esteira, outra limitação do trabalho refere-se à ausência de avaliação de variáveis relacionadas às crianças/adolescentes. Conforme mencionado, grande parte dos estudos sobre fatores de risco apontam para variáveis pertencentes à própria criança/adolescente, que entram em linha de conta para estimar o risco de punição/abuso físico. Dado que a interação parental ocorre com uma criança específica, a ausência desses dados circunscreve as considerações deste trabalho.

Por fim, há que se ressaltar que a formulação do constructo “gravidade da punição corporal”, estabelecido para a presente investigação, também apresenta limitações dado que outras variáveis poderiam ser introduzidas como, por exemplo, a quantidade de golpes contra a criança e a força utilizada pelos pais, sem falar da possibilidade de tentar incluir “tamanho do impacto psicológico-emocional”. Apesar de todas essas limitações, considera-se que a investigação representa um avanço na área, especialmente em face ao que já se pesquisou na realidade brasileira. Além das pistas que ofereceu para a compreensão e o manejo do problema em foco, suscitou novas questões para futuras investigações, sendo algumas delas: compreender de que forma outras populações, especialmente aquelas oriundas de camadas socioeconômicas mais favorecidas fazem uso de punição corporal; compreender de que forma os fatores de risco relacionados à criança se associam aos fatores relacionados aos pais e ao contexto social quanto ao uso da punição corporal; compreender, preferencialmente com o uso de estudos longitudinais, de que forma o processo de desenvolvimento dos pais e da criança influenciam o uso de punição corporal; aprofundar o conhecimento quanto à existência dos agrupamentos em estudos com maior número de participantes, preferencialmente estudos com amostras representativas; empreender outros estudos utilizando análises de correlações entre a gravidade da punição corporal, todavia incluindo outros fatores de risco; aprofundar o conhecimento quanto à mensuração da gravidade da punição corporal incluindo outras variáveis como a quantidade de golpes deferida na criança, a privação/restrição física da criança ou ao contrário força-la a ingerir algum alimento ou produto e ainda compreender as associações entre punição corporal/abuso físico e abuso psicológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁶

- Alexandre, G. C., Nadanovsky, P., Moraes, C. L. & Reichenheim, M. (2010). The presence of a stepfather and child physical abuse, as reported by a sample of Brazilian mothers in Rio de Janeiro. *Child Abuse & Neglect* 34, 959–966. doi: 10.1016/j.chiabu.2010.06.005
- Annerbeck, E.M.; Wingren, G.; Svedin, C.G. & Gustafson, P.A. (2010). Prevalence and characteristics of child physical abuse in Sweden: findings from a population based youth survey. *Acta Paediatrica*, 99, 1229-1236. doi:10.1111/j.1651-2227.2010.01792.x
- American Academy of Pediatrics (1998). Guidance for effective discipline. *Pediatrics*, 101 (4), 723-728. Recuperado de: <http://pediatrics.aappublications.org/content/101/4/723>
- American Psychological Association (2012). *The case against spanking*. Newsletter articles, 43 (4). Recuperado de: <http://www.apa.org/monitor/2012/04/spanking.aspx>
- Ariés, P. (1978). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, trad.). Rio de Janeiro: LCT.
- Asla, N.; De Paul, J. & Pérez-Albéniz, A. (2011). Emotion recognition in fathers and mothers at high-risk for child physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 35, 712-721. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.05.010
- Ávila, F.N. (2015). *A tramitação da lei Menino Bernardo e o apoderamento da demanda pelos campos político e midiático*. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Recuperado de: repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7773
- Ávila de Mello, I. L. M., Bérnago, L. P. D., Piñon, E. A., Rios, K. S. A., Williams, L. C. A., & Bazon, M. R. (2008). *Inventário de Potencial de Abuso Infantil – CAP: Versão em Português*. Uso restrito para pesquisas. (Disponível no LAPREV/ Universidade Federal de São Carlos: São Carlos-SP ou GEPDIP/ Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto-SP).
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (2014). *Critério de Classificação Econômica Brasil, 2014*. Recuperado de <http://www.abep.org/criterio-brasil>.
- Azevedo, M.A. & Guerra, V. N. A. (2001). *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu.
- Balge, K.A. & Milner, J.S. (2000). Emotion recognition ability in mothers at high and low risk for child physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 24 (10), 1289-1298. doi: 10.1016/S0145-2134(00)00188-5
- Ball, D.C., Tornarí, M de. L. G., Masjuan, M., Trápaga, M.A., Del Arca, D., Scafarelli, D. & Feibuscheurez, A. (2009). Escala de evaluación del funcionamiento familiar – FACES-IV: Processo de Adaptação a Montevideo, Uruguay. *Ciencias Psicológicas*, 3 (1): 43-56. Recuperado de: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-42212009000100005&script=sci_arttext&tlng=pt

⁶ Elaborado de acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

- Baumrind, D. (1996). A blanket injunction against disciplinary use of spanking is not warranted by the data. *Pediatrics*, 98 (4), 828-831.
- Baumrind, D., Larzelere, R.E. & Cowan, P.A. (2002). Ordinary physical punishment: is it harmful? Commento on Gershoff (2002). *Psychological Bulletin*, 128, 580-589 doi: 10.1037//0033-2909.128.4.580.
- Bedinelli, T. (2010). Maioria já deu, levou e é contra proibir palmadas. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/cotidiano/772570
- Bérgamo, L.P.D. (2007). *Maus-tratos físicos de crianças: contribuições para avaliação de fatores de risco psicossociais*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto), Ribeirão Preto.
- Bérgamo, L. P. D., Pasian, S. R., Mello, I. L. M. A., & Bazon, M. R. (2009). O Inventário de Potencial de Maus-tratos Abuso Infantil: Estudo de precisão e validade. *Avaliação Psicológica*, 8 (3), 425-435. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v8n3/v8n3a14.pdf>
- Bérgamo L.P.D & Bazon, M.R. (2011). Experiências infantis e risco de abuso físico mecanismos envolvidos na repetição da violência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 710-719. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v24n4/a11v24n4>
- Bérgamo L.P.D & Bazon, M.R. (2012). Abuso infantil: avaliando fatores de risco psicológicos em cuidadores notificados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 256-264. Recuperado de: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/39043/S0102-79722012000200007.pdf?sequence=1>
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83-96. doi: 10.2307/1129836
- Belsky, J. & Jaffee, S. R. (2006). The multiple determinants of parenting. In: Cicchetti, D. & Cohen, D.J. (Orgs.) (2006). *Developmental Psychopathology: Risk, Disorder and Adaptation*. V. 3. 38-85, New Jersey: John Wiley e Sons Inc.
- Black, D. A.; Heyman, R. E. & Slep, A. M. S. (2001). Risk factors for child physical abuse. *Agression and Violent Behavior*, 6, 121-188. doi: 10.1016/S1359-1789(00)00021-5
- Bolger, K., Thomas, M. & Eckenrode, J. (1997). Problemas en las relaciones: La parentalidade, el desarrollo de la familia y el maltrato infantil. In: Garbarino, J. and Eckenrode, J. (Orgs.) (1997). *Por qué las familias abusan de sus hijos: enfoque ecológico sobre maltrato de niños y de adolescentes*. Granica, Barcelona, Cap. 4.
- Bordin, I. A. S., Paula, C. S., Nascimento, R. do & Duarte, C.S. (2006). Severe physical punishment and mental health problems in an economically disadvantaged population of children and adolescents. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28 (4), 290-296. doi: 10.1590/S1516-44462006000400008

- Breiding, M.J.; Mercy, J.A.; Gulaid, J.; Reza, A. & Hleta Nkambule, N. (2013). A national survey of childhood physical abuse among females in Swaziland. *Journal of Epidemiology Global Health*, 3 (2), 73-81. doi: 10.1016/j.jegh.2013.02.006
- Breyer, R.J. & MacPhee, D. (2015). Community characteristics, conservative ideology, and child abuse rates. *Child Abuse and Neglect*, 41, 126-135. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.11.019
- Bringiotti, M. I. (1999). *Maltrato infantil: factores de riesgo para el maltrato físico en La población infantil que concurre a las escuelas dependientes del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires*. Madrid/Buenos Aires: Niño y Dávila editores.
- Canadian Paediatric Society (2004). Effective discipline for children. *Paediatric Child Health*, 9 (1), 37-41. Recuperado de: <http://www.cps.ca/documents/position/discipline-for-children>
- Canadian Psychological Association (2004). *Policy and position statements- physical punishment of children and youth*. Recuperado de: <http://www.cpa.ca/aboutcpa/policystatements/#physical>
- Cappa, C. & Khan, S. M. (2011). Understanding caregivers' attitudes towards physical punishment of children: evidence from 34 low- and middle-income countries. *Child Abuse & Neglect* 35, 1009–1021. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.10.003
- Cavalcante, M.A.L. (2014). Breves comentários sobre a Lei 13.010/2014 ou Lei Menino Bernardo. Recuperado de www.dizerodireito.com.br/2014/06/breves-comentarios-sobre-lei-130102014.html.
- Chaffin, M. & Valle, L. A. (2003). Dynamic prediction characteristics of the Child Abuse Potential Inventory. *Child Abuse and Neglect*, 27, 463-481. doi: 10.1016/S0145-2134(03)00036-X
- Chang, L.; Dodge, K.A.; Schwartz, D.; Mc Bride-Chang, C. (2003). Harsh parenting in relation to child emotion regulation and aggression. *Journal of Family Psychology*, 17 (4), 598-606. doi: 10.1037/0893-3200.17.4.598
- Charrad, M., Ghazzali, N., Boiteau, V., & Niknafs, A. (2014). NbClust: An R Package for Determining the Relevant Number of Clusters in a Data Set. *Journal of Statistical Software*, 61 (6), 1-36. <http://www.jstatsoft.org/v61/i06/>
- Chiang, W-L; Huang, Y-T; Feng J-Y & Lu, T-H. (2012). Incidence of hospitalization due to child maltreatment in Taiwan 1996-2007: A nationwide population –based study. *Child Abuse and Neglect*, 36, 135-141. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.09.013
- Chor, D., Griep, R. H., Lopes, C. S. & Faerstein, E. (2001). Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto. *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (4), p. 887-896. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v21n3/04.pdf>
- Cicchetti, D. & Carlson, V. (1989). *Child maltreatment: theory, research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. New York: Cambridge University Press.

- Cicchetti, D. & Valentino, K. (2006). An ecological-transactional perspective on child maltreatment: failure of the average expectable environment and its influence on child development. In: Cicchetti, D. & Cohen, D.J. (Orgs.) (2006). *Developmental Psychopathology: Risk, Disorder and Adaptation*. V. 3. 129-201, New Jersey, John Wiley e Sons Inc
- Cohen, L.J.; Foster, M; Nesci, C. Tanis, T.; Halmy, W; Galynker, I. How do diferentes types in of childhood maltreatment relat to adult personality disorders. *Journal of Nervous Mental Disease*, 201, 234-243. doi: 0.1097/NMD.0b013e3182848ac4
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Diário Oficial da União* de 05 de outubro de 1988.
- Cooklin, A. R., Giallo, R. & Rose, N. (2011). Parental fatigue and parenting practices during early childhood: an australian community survey. *Child: care, health and development*, 38 (5), 654-664. doi: 10.1111/j.1365-2214.2011.01333.x
- Cozby P. C. (2009). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. (P. I. C, Gomide, trad.). Emma Otta. São Paulo: Ed Atlas.
- Dakil, S. R., Cox, M., Lin, H. & Flores, G. (2012): Physical abuse in U.S. children: risk factors and deficiencies in referrals to support services. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 21 (5), 555-569. doi: 10.1080/10926771.2012.680007
- Day, R. D., Peterson, G. W. & Mc Cracken, C. (1998). Predicting spanking of younger and older children by mothers and fathers. *Journal of Marriage and Family*, 60, 79-94. Recuperado de: <http://www.jstor.org/stable/353443>
- Decreto Lei nº 2848/1940 (1940). *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1940. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.
- Decreto Lei nº 99.710/1990 (1990). *Diário Oficial da União* de 21 de novembro de 1990. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm.
- De La Torre, R. C. (2016). *Estudo comparativo de famílias com a guarda dos filhos suspensa por medida de proteção no Brasil e no Peru*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto), Ribeirão Preto.
- De Souza, N. V. (2011). *Poder familiar: o limite do castigo dos filhos – pesquisa sócio-jurídica*. (Monografia de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito, Centro Universitário de Brasília), Brasília.
- Dias, M.B. (2014) Lei da Palmada ou Lei Menino Bernardo? *Caderno O Sul*, 7 de julho de 2014. Recuperado de: <http://www.ajuris.org.br/2014/07/07/lei-da-palmada-ou-lei-menino-bernardo>
- Domenech, L. & De Paúl, J. (2000). Childhood history of abuse and child abuse potential in adolescent mothers: a longitudinal study. *Child Abuse and Neglect*, 5 (24), 701-713. doi:10.1016/j.chiabu.2013.09.010

- Donoso, M. T. V. & Ricas, J. (2009). Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico. *Revista de Saúde Pública*, 43 (1), 78-84. doi: 10.1590/S0034-89102009000100010
- Duan, G.; Chen, J. Zhang, W.; Yu, B.; Jin, Y., Wang, Y. & Yao, M. (2015). Physical maltreatment of children with autism in Henan province in China: a cross-sectional study. *Child Abuse and Neglect*, 48, 140-147. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.018
- Durrant, J & Ensom, R. (2012). Physical punishment of children: lessons from 20 years of research. *Canadian Medical Association Journal*, 184 (12), 1373-1377. doi: 10.1503/cmaj.101314
- Estefan, L. L., Coulter, M. L., VandeWeerd, C. L., Armstrong, M & Gorski, P. (2013). Relationships between stressors and parenting attitudes in a child welfare parenting program. *Journal of Child Family Studies*, 22, 199-208. doi: 10.1007/s10826-012-9569-1
- Faleiros, J. M. (2011). *Crianças em situação de negligência: a compreensão do fenômeno e o estabelecimento de parâmetros de avaliação*. (Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto), Ribeirão Preto.
- Ferguson, C.J. (2013). Spanking, corporal punishment and negative long-term outcomes: ameta-analytic review of longitudinal studies. *Clinical Psychology Review*, 33, 196-208. doi: 10.1016/j.cpr.2012.11.002
- Finkelhor, D.K.J. (2015). A meta-analysis of child physical abuse prevalence in China. *Child Abuse and Neglect*, 43, 61-72. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.11.011.
- Fisher, H.L.; Cohen-Woods, S.; Hosang, G.M.; Korszun, A.; Owen, M.; Craddock, N.; Craig, I.W.; Farmer, A.E.; McGuffin, P; Uher, R. (2013). Interaction between specific forms of child maltreatment and de serotonin transporter gene in recurrent depressive disorder. *Journal of Affective Disorder*, 145, 136-141. doi:10.1016/j.jad.201205.032
- Francis, K.J. & Wolfe, D.A. (2008). Cognitive and emotional differences between abusive and non-abusive fathers. *Child Abuse and Neglect*, 32, 1127-1137. doi: 10.1016/j.chiabu.2008.05.007
- Fréchette, S., & Romano, E. (2015). Change in corporal punishment over time in a representative sample of canadian parents. *Journal of Family Psychology*, 29 (4), 507-517. doi: 10.1007/s10896-014-9663-9
- Fréchette, S.; Zoratti, M. & Romano, E. (2015). What is the link between corporal punishment and physical abuse? *Journal of Family Violence*, 30, 135-148. doi: 10.1007/s10896-014-9663-9
- Friedson, M. (2015). Authoritarian parenting attitudes and social origin: The multigenerational relationship of socioeconomic position to childrearing practices. *Child Abuse and Neglect*, 51, 263-275. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.10.001.
- Gage, A. J. & Silvestre, E. A. (2010). Maternal violence, victimization, and child physical punishment in Peru. *Child Abuse & Neglect* 34, 523-533. doi: 10.1016/j.chiabu.2009.12.004

- Garbarino, J. (2011). Not all bad treatment is psychological maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, 35, 797-801. doi:10.1016/j.chiabu.2011.05.014
- Garbelini, A. dos S. (2014). *Funcionamento familiar como mediador da sobrecarga percebida, qualidade de vida, ansiedade e depressão de cuidadores familiares*. (Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto), Ribeirão Preto.
- Gershoff, E. T. (2002a). Corporal punishment by parents and associated child behaviors and experiences: a meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, 128 (4), 539-579. doi: 10.1037//0033-2909.128.4.539
- Gershoff, E.T. (2002b). Corporal punishment, physical abuse, and the berudeno of proff: reply to Baumrind, Larzelere, and Cowan (2002), Holden (2002), and Parke (2002). *Pshychological Bulletin*, 128 (4), 602-611. doi: 10.1037//0033-2909.128.4.602
- Gershoff, E. T. (2008). *Report on physical punishment in the United States: what reserarch tell us about its effects on children?* Columbus, Ohio: Center for Effective Discipline. Recuperado de: <http://www.nospank.net/gershoff.pdf>
- Gershoff, E.T.; Sexton, H.R.; Lansford, J.E. Devis-Kean, P. & Sameroff, A.J. (2012). Longitudinal links between spanking and children's externalizing behaviours in a national sample of White, black, hispanic and asian american fam ilies. *Child Development*, 83 (3), 838-843. doi: 10.1111/j.1467-8624.2011.01732.s
- Gershoff, E.T. (2013). Spanking and child development: we know enough now to stop hitting our children. *Child Development Perspective*, 7(3), 133-137. doi: 10.1111/edep.12038
- Gonçalves, H.S. (2004). *Violência contra a criança e o adolescente* Em Psicologia Jurídica no Brasil, Hebe S. Gonçalves & Eduardo P. Brandão (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Nau.
- Gonzalez, M.; Durrant, J.E.; Chabot, M. Trocmé, N. & Brown, J. (2008). What predicts injury from physical punishment? A test of the typologies of violence hypothesis. *Child Abuse and Neglect*, 32, 752-765. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.12.005
- Gough, B. & Reavey, P. (1997). Parental accounts regarding the physical punishment of children: discourses of dis/empowerment. *Child Abuse and Neglect*, 21 (5), 417-430. doi:10.1016/S0145-2134(97)00003-3
- Gracia E. & Herrero, J. (2008). Beliefs in the necessity of corporal punishment of children and public perceptions of child physical abuse as a social problem. *Child Abuse and Neglect*, 32, 1058-1062. doi:10.1016/j.chiabu.2008.05.004
- Griep, R. H., Chor, D., Faerstein, E. & Lopes, C. (2003). Apoio social: confiabilidade teste-reteste da escala no Estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (2), 625-634. doi: 10.1590/S0102-311X2003000200029
- Guterman, N. B., Lee, Y., Lee, S. J.; Waldfogel, J. & Rathouz, P. J. (2009). Fathers and maternal risk for physical child abuse. *Child Maltreatment*, 14 (3), 277-290. doi: 10.1177/1077559509337893

- Guterman, N. B., Lee S. J., Taylor, C. A. & Rathouz, P. J. (2009). Parental perceptions of neighborhood processes, stress, personal control, and risk for physical child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 33, 897–906. doi:10.1016/j.chiabu.2009.09.008
- Guterman, K. (2015). Unintended pregnancy as a predictor of child maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, 48, 160-169. doi: 10.1016/j.chiabu. 2015.05.014
- Gunther, H. (2003). *Como elaborar um questionário*. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n.1). Brasília, DF, UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.
- Haskett, M.E.; Scott, S.S.; Grant, R.; Ward, C.S. & Robinson, C. (2003). Child related cognitions and affective functioning of physically abusive and comparison parents. *Child abuse and Neglect*, 27, 663-686. doi: 10.1016/S0145-2134(03)00103-0
- Haskett, M.E.; Stelter, R.; Proffit, K & Nice, R. (2012). Parent emotional expressiveness and children's self-regulation: associations with abused children's school functioning. *Child Abuse and Neglect*, 36, 296-307. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.11.008.
- Hawkins, A. O., Danielson C. K., Arellano, M. A.de, Hanson,R.F., Ruggiero, K. J., Smith, D. W., Saunders, B. E. & Kilpatrick, D. G. (2010). Ethnic/racial differences in the prevalence of injurious spanking and other child physical abuse in a national survey of adolescents. *Child Maltreatment*, 15 (3),242-249. doi: 10.1177/1077559510367938
- Hetch, D.B. & Hansen, D.J. (2001). The enviroment of child maltreatment: contextual factors and the development of psychopatology. *Agression and Violent Behavior*, 6, 433-457. doi: 10.1016/S1359-1789(00)00015-X
- Hulley SB, Cummings SR, Browner WS, Grady D, Hearst N, Newman TB. (2003). *Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Kim-Spoon, J., Haskett, M. E., Longo, G. S. & Nice, R. (2012). Longitudinal study of self-regulation, positive parenting, and adjustment problems among physically abused children. *Child Abuse & Neglect* 36, 95– 107. doi:10.1016/j.chiabu.2011.09.016
- Kim-Spoon, J.; Cichetti, D & Rogosh, F.A. (2013). A Longitudinal Study of Emotion Regulation, Emotion Lability - Negativity, and Internalizing Symptomatology in Maltreated and Nonmaltreated Children. *Child Development*, 84 (2), 512–527. doi 10.1111/j.1467-8624.2012.01857.x
- Lane, W. G., Dubowitz, H., Langenberg, P. & Dischinger, P. (2012). Epidemiology of abusive abdominal trauma hospitalizations in United States children. *Child Abuse & Neglect*, 36, 42– 148. doi:10.1016/j.chiabu.2011.09.010
- Larivée, M-C, Tourigny, M. & Bouchard, C. (2007). Child physical abuse with and without other forms of maltreatment: dysfunctionality versus dysnormality. *Child Maltreatment*, 12 (4), 303-313. doi: 10.1177/1077559507305832
- Larzelere, R. E. (2000). Child outcomes of nonabusive and customary physical punishment by parents: An updated literature review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 3, 199–221. doi: 10.1023/A:1026473020315

- Larzelere, R.E. & Khun, B.R. (2005). Comparing child outcomes of physical punishment and alternative disciplinary tactics: a meta -analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 8 (1), 1-37, doi: 10.1007/s10567-0052340-z
- Lawson, R. G., & Jurs, P. C. (1990). New index for clustering tendency and its application to chemical problems. *Journal of Chemical Information and Computer Sciences*. *Journal of Chemical Information and Computer Sciences*, 30 (1): 36-41. Recuperado de: <https://cran.r-project.org/web/packages/clustertend/clustertend.pdf>
- Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). Estatuto da criança e do adolescente (1990). *Diário Oficial da União* de 16/07/90.
- Lei 10.406/2002. (2002). Código Civil. *Diário Oficial da União* de 10 de janeiro de 2002. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm.
- Lei 13.010/2014 (2014). Lei Menino Bernardo. *Diário Oficial da União* de 27 de junho de 2014, retificado em 07 de julho de 2014.
- Leventhal, J. M., Martín, K. D. & Gaither, J. R. (2012). Using US data to estimate the incidence of serious physical abuse in children. *Pediatrics*, 129, 458-465. doi: 10.1542/peds.2011-1277.
- Lins, R. N. *O Livro do amor: da pré-história à renascença*. Vol.1, Rio de Janeiro: Ed. Best Seller.
- Lins, R. N. *O Livro do amor: do iluminismo à atualidade*. Vol.2, Rio de Janeiro: Ed. Best Seller.
- Mackenzie, M.J.; Nicklas, E.; Waldfogel, J. & Brooks-Gunn, J. (2013). Spanking and child development across the first decade of life. *Pediatrics*, 132 (5), 1118-1125. doi: 10.1542/peds.2013-1227.
- Manso, J. M. M. (2006). Revisión de los principales modelos teóricos explicativos del maltrato infantil. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, jul-dez, 11 (2), 271-292. Recuperado de: http://www.researchgate.net/publication/26483545_Revision_de_los_principales_modelos_teoricos_explicativos_del_maltrato_infantil
- Martín, M. M. B. (2003). Las acciones punitivas físicas: una perspectiva intercultural. *Estudios Pedagógicos*, 29, 85-95. doi:10.4067/S0718-07052003000100006
- Martins, P. C. M. (1998). *O conceito de maus-tratos a crianças: um estudo das noções dos profissionais da infância* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade do Porto), Portugal.
- Martins, C. B.de G. & Jorge, M. H. P de M. (2010). Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção. *Acta Paulista de Enfermagem*, 23 (3), 423-428. doi: 10.1590/S0103-21002010000300018

- McElroy, E.M. & Rodriguez, C.M. (2008). Mothers of children with externalization problems: cognitive risk factors for abuse potential and discipline style and practices. *Child Abuse and Neglect*, 32, 774-784. doi:10.1016/j.chiabu.2008.01.002
- Milner, J.S. (1994). Assessing physical child abuse risk: The Child Abuse Potential Inventory. *Child Psychology Review*, 6 (14), 547-583. doi: 10.1016/0272-7358(94)90017-5
- Milner, J. S. (2003). Social information processing in high-risk and physically abusive parents. *Child Abuse and Neglect*, 27, 7-20. doi: 10.1016/S0145-2134(02)00506-9
- Miller, A.B.; Esposito-Smythers, C; Weinsmoore, J.T. & Renshaw, K.D. (2013). The relation between child maltreatment and adolescent suicidal behaviour: a systematic review and critical examination of the literature. *Clinical Child Family Psychology Review*, 16, 146-172. doi: 10.1007/s10567-013-0131-5
- Montes, M.P.; de Paúl, J. & Milner, J.S. (2001) Evaluations, attributions, affect, and disciplinary choices in mothers at high and low risk for child physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 25, 1015-1036. doi: 10.1016/S0145-2134(01)00254-X
- Morlachetti, A. (2010). 20 Anos despues de la convencion de los derechos del nino: su incorporacion en las constituciones de America Latina y la jurisprudencia de Los tribunales constitucionales. *Child Abuse & Neglect*, 34, 5-9. doi:10.1016/j.chiabu.2009.08.010
- Nayak, M.B. & Milner, J.S. (1998). Neuropsychological functioning: comparison of mothers at high e low risk for child physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 22 (7), 687-703. doi:10.1016/S0145-2134(98)00052-0
- Nogales, V. (2007). Faces- IV. *Ciências Psicológicas* I (1), 191-198. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpsi/v1n2/v1n2a07.pdf>
- Ochotorena, J. De P. & Madariaga, A.I. (1996). Explicaciones etiológicas de las diferentes situaciones de maltrato y abandono infantil. *Manual de Protección Infantil*, Barcelona, Cap. 2.
- Organização dos Estados Americanos (2009). *Relatório sobre castigo corporal e os direitos humanos das crianças e adolescentes: promovendo a defesa e o respeito dos direitos humanos das crianças e adolescentes nas Américas*. <http://www.cidh.org>
- Patrian, A. C. de A., Rios, K. de S. A. & Williams (2013). Criterion Validity of Child Abuse Potential Inventory (CAP). *Paidéia*, 23 (54), 43-51. doi: 10.1590/1982-43272354201306
- Patterson, G.R.; De Baryshe, BD & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychology*, 44 (2), 329-335. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2653143>
- Pereira, P. H. S. (2014, 24 de julho). Observações prefaciais à Lei 13.010/2014 - Lei Menino Bernardo. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF Recuperado de: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49133&seo=1>>.
- Radford, L., Corral, S., Bradley, C. & Fisher, H. L. (2013). The prevalence and impact of child maltreatment and other types of victimization in the UK: findings from a population

survey of caregivers, children and young people and young adults. *Child Abuse & Neglect*. Article in press. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.02.004.

Reichenheim, M.E. & Moraes (2003). Adaptação transcultural do instrumento Child to Parent Conflict Tactics Scales utilizado para identificar a violência contra criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (6), 1701-1712. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n6/a14v19n6.pdf>

Reichenheim, M. E. & Moraes, C. L. (2006). Psychometric properties of the portuguese version of de Conflict Tactics Scales. *Cadernos de Saúde Pública*, 22 (3), 503-515. doi: 10.1590/S0102-311X2006000300005

Reichenheim, M.E.; Dias, A.S. & Moraes, C.L. (2006). Co-ocorrência de violência conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 40 (4), 595-603. doi: 10.1590/S0034-89102006000500007

Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (2009) *Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF.

Ribeiro, F.B. (2013). Governo dos adultos, governo das crianças: agentes, práticas e discursos a partir da “lei da palmada”. *Civitas*, 13 (2), 292-308. doi:10.15448/1984-7289-2013.2

Ribeiro, F.B. (2016). A proibição legal de castigos físicos na infância: alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França. *Desidades*, 10 (4), 19-29. Recuperado de: <http://desidades.ufrj.br>.

Rios K. de S. (2010). *Inventário de Potencial de Abuso Infantil – CAP: adaptação transcultural, fidedignidade e validade para o Brasil* (Tese de Doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos), São Carlos.

Rios K. de S. A., Williams, L. C. de A., Schelini, P. W., Bazon, M. R. & Pinon, E. A. (2013). Inventário de Potencial de Abuso Infantil – CAP – evidências de validade e precisão. *Avaliação Psicológica*, 12 (1), 51-60. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n1/v12n1a08.pdf>

Rodrigues, A. & Tomé, P. I. (2014). Lei da Palmada não proíbe palmada, dizem advogados. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465898-lei-da-palmada-nao-proibe-palmada-dizem-advogados.shtml>.

Rodriguez, C. M. (2012). Analog of parental empathy: association with physical child abuse risk and punishment intentions. *Child Abuse & Neglect*. Article in press. doi: 10.1016/j.chiabu.2012.10.004.

Rodriguez, C.M, Russa, M.B. & Kircher, J.C. (2015). Analog assessment of frustration tolerance: association with self-reported child abuse risk and physiological reactivity. *Child Abuse and Neglect*, 46, 121-131. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.02.017

- Romano, E., Bell, T. & Norian, R. (2013). Corporal punishment: examining attitudes toward the law and factors influencing attitude change. *Journal of Family Violence*, 28, 265–275. doi: 10.1007/s10896-013-9494-0
- Romero-Martínez, A.; Figueiredo, B. & Moya-Albiol, L. (2014). Childhood history of abuse and child abuse potential: the role of parent's gender and timing of childhood abuse. *Child Abuse and Neglect*, 38, 510-516. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.09.010
- Sack, W.H., Mason, R. & Higgins, J.E. (1985). The single parent-family and abusive child punishment. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 6, 431-446. doi:10.1037/h0087853
- Sahin, E.M. & Yetim, D. (2011). Physical child abuse and causative factors in Edirne, Turkey. *Turkey Journal of Pediatrics*, 53 (4),375-380. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21980839>
- Salzinger, S.; Brown, J.; Cohen, P.; Johnson, J.G. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: findings of 17 years prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse and Neglect*, 11 (22), 1065-1078. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00087-8
- Santos P. L., Bazon, M. R., Carvalho, A. M. P., Minetto, M. F., Crepaldi, M. A. & Boing, E. (2013). *FACES IV: Escala de avaliação da coesão e adaptabilidade familiar – Versão IV*. Minneapolis: Life Innovations Inc.
- Sarti, C.A. (2010). Famílias enredadas. In: Acosta, A.R. & Vitale, J.A.F. (Orgs.) *Família. Redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez PUC/SP.
- Sarti, C.A. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Ed. Autores Associados.
- Scannapieco, M. & Cornell-Carrick, K. (2005). *Understanding child maltreatment: an ecological and developmental perspective*. New York, NY: Oxford University Press.
- Scott, S.; Lewsey, J.; Thompson, L & Wilson, P. (2013). Early parental physical punishment and emotional and behavioural outcomes in preschool children. *Child: Care, Health and Development*, 40 (3), 337-345. doi: 10.1111/cch.12061
- Sidebotham, P., Bailey, S., Belderson, P. & Brandon, M. (2011). Fatal child maltreatment in England, 2005–2009. *Child Abuse & Neglect* 35, 299–306. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.01.005
- Simons, D. A. & Wurtele, S. K. (2010). Relationships between parents' use of corporal punishment and their children's endorsement of spanking and hitting other children. *Child Abuse & Neglect*, 34, 639–646. doi:10.1016/j.chiabu.2010.01.012
- Soares, A.L.G.; Howe, L.D.; Matijasevich, A.; Wehrmeister, F.C.; Menezes, A.M.B. & Gonçalves, H. (2016). Adverse childhood experiences: prevalence and related factors in adolescents of a Brazilian birth cohort. *Child Abuse and Neglect*, 51, 21-30. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.11.017

- Speizer, I. S., Goodwin, M. M., Samandari, G., Kim, S. Y. & Clyde, M. (2008). Dimensions of Child Punishment in Guatemala and El Salvador. *Pan American Journal of Public Health*, 23 (4), 247-256. Recuperado de: <https://uncch.pure.elsevier.com/en/publications/dimensions-of-child-punishment-in-two-central-american-countries->
- Straus, M. A., & Stewart, J. H. (1999). Corporal punishment by american parents: national data on prevalence, chronicity, severity, and duration in relation to child and family characteristics. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2 (2), 55–70. doi:10.1023/A:1021891529770.
- Straus, M.A. & Gelles, R.J. (1986). Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys. *Journal of Marriage and Family*, 48 (3), 465-479. doi: 10.2307/352033
- Stewart, C. L., Lara, M. G., Amighetti, L. D. H., Wissow, L. S., Gutierrez, M. I. Levav, I & Madaleno, M. (2000). Parenting and physical punishment: primary care interventions in Latin America. *Pan American Journal of Public Health* 8 (4), 257-267. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11141968>
- Taillieu, T. L., Afifi, T. O., Mota, N., Keyes, K.M., Sareen, J. (2015). Age, sex, and racial differences in harsh physical punishment: Results from a nationally representative United States sample. *Child Abuse and Neglect*, 38, 1885-1894. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.10.020
- Thompson, R. A., Flood, M. F. & Goodvin, R. (2006). Social support and developmental psychopathology. In: Cicchetti, D. & Cohen, D.J. (Orgs.) (2006). *Developmental Psychopathology: Risk, Disorder and Adaptation*. V. 3. 01-37, New Jersey, John Wiley e Sons Inc.
- Toledo, K. (2012). Um em cada cinco brasileiros sofreu punição física regular na infância. *Revista Agência FAPESP*, recuperado de: <http://agencia.fapesp.br/15812>.
- Trindade, J. M. B. (1999). O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, 19 (37) 35-58. doi: /10.1590/S0102-01881999000100003.
- Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Trocmé, N., Tourigny, M., MacLaurin, B., & Fallon, B. (2003). Major findings from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect. *Child Abuse and Neglect*, 27, 1427-1439. doi:10.1016/j.chiabu.2003.07.003
- Vargas, N. A., López, D., Pérez, P., Zúniga, P., Toro, G. & Ciocca, P. (1995). Parental attitude and practice regarding physical punishment of school children in Santiago del Chile. *Child Abuse and Neglect*, 19 (9), 1077-1082. doi: 10.1016/j.chiabu.2012.03.006
- Vittrup, B, Holden, G. W. & Buck (2006). Attitudes predict the use of physical punishment: A prospective study of the emergence of disciplinary practices. *Pediatrics*, 117, 2055-2064. doi: 10.1542/peds.2005-2204.

- Wan-Lin Chiang, Yu-Tung Huang, Jui-Ying Feng & Tsung-Hsueh Lu. (2012). Incidence of hospitalization due to child maltreatment in Taiwan, 1996–2007: A nationwide population-based study. *Child Abuse & Neglect*, 36, 135–141. Recuperado de: <http://eric.ed.gov/?id=EJ960862>
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 227-237. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a04v9n2.pdf>
- Wissow, L. S. (2001). Ethnicity, income and parenting contexts of physical punishment in a national sample of families with young children. *Child Maltreatment*, 6 (2), 118-129. doi: 10.1177/1077559501006002004
- Wolfe, D. A. & McIsaac, C. (2011). Distinguishing between poor/dysfunctional parenting and child emotional maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 35, 802–813. doi:10.1016/j.chiabu.2010.12.009
- Wong, W.C.W.; Chen, W.C.; Goggins, W.B.; Tang, C.S. & Leung, P.W. (2009). Individual, familial, and community determinants of child physical abuse among high-school students in China. *Social Science and Medicine*, 68, 1819-1825. doi: 10.1016/j.socmed.2009.03.001.
- Woodward, L. J. & Fergusson, D. M. (2002). Parent, child, and contextual predictors of childhood physical punishment. *Infant and Child Development*, 11, 213–235. doi: 10.1002/icd.252
- World Health Organization & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (2006). *The nature and consequences of child maltreatment. Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. Geneva, Switzerland. ISBN 9241594365.
- Zanoti-Jeronymo, D. V., Zaleski, M., Pinski, I., Caetano, R., Figlie, N.B. & Laranjeira, R. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (11), 2467-2479. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n11/16.pdf>
- Zigler, E. & Hall, N. W. (1989). Physical child abuse in America: past, present and future. In: Cicchetti, D. and Carlson, V. (Orgs.) (1989). *Child maltreatment: theory, research on the causes and consequences of child abuse and neglect*. New York: Cambridge University Press.

ANEXOS**ANEXO 1****Questionário de Caracterização Sociodemográfica**

Código Nº: _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

Entrevistador: _____

I- Identificação (Cuidador 1)

Sexo: ()Feminino ()Masculino

Data de nascimento:/...../.....

Idade: _____

Parou em que série?

Situação de emprego:

() Empregado

() Desempregado

() Desempregado um dos responsáveis

() Desempregados ambos os responsáveis

Se empregado, qual o trabalho / profissão: _____

Recebe benefício social? ____ Qual? _____

I- Identificação (Cuidador 2)

Sexo: ()Feminino ()Masculino

Data de nascimento:/...../.....

Idade: _____

Parou em que série?

Situação de emprego:

() Empregado

() Desempregado

() Desempregado um dos responsáveis

() Desempregados ambos os responsáveis

Se empregado, qual o trabalho / profissão: _____

II- Família

Estado Civil:

- () Solteiro, sem companheiro(a) estável
() Casado(a)
() Separado (a) ou divorciado(a), sem companheiro estável
() Viúvo(a), sem companheiro(a) estável
() Unido(a), com companheiro(a) estável

Renda familiar:

- () até 1 salário mínimo;
() de 1 a 2 salários;
() até 3 salários;
() de 3 a 4 salários;
() mais que 4 salários;

Há outras pessoas que trabalham na casa? Quantas? Quem?

Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB- 2014)

Você pode indicar no quadro abaixo se a sua família possui alguns dos itens abaixo discriminados (e quantos do mesmo item) ou se ela não possui alguns dos itens.

Marque na tabela os itens que você possui em sua casa:

Item	Quantidade				
	Não tem	1	2	3	4 ou +
Banheiros					
Empregados domésticos					
Automóveis					
Microcomputador					
Lavalouças					
Geladeira					
Freezer					
Lavaroupas					
DVD					
Microondas					
Motocicleta					
Secadora de roupa					

Considerando a sua família, assinala o grau de instrução do chefe da família (considere como chefe uma das pessoas/adulto que assume maior responsabilidade por prover materialmente a família):

Marque na tabela o grau de instrução do chefe de sua família:

Grau de instrução do chefe de família	
Analfabeto / Fundamental incompleto	
Fundamental completo/ Fundamental II incompleto	
Fundamental II completo/ Médio incompleto	
Médio Completo/Superior incompleto	
Superior Completo	

Serviços Públicos	Sim	Não
Água encanada		
Rua pavimentada		

III-Habitação

A sua residência é:

- () casa própria () alugado () cedido
() quarto próprio () alugado () cedido

Quantos cômodos possui a casa? _____

- () quarto () sala () cozinha () banheiro

Estado de conservação da casa?

- () ótima () boa () regular () péssima

Número de pessoas que moram na casa (registra-se o número total de pessoas que convivem na mesma moradia, indicando nível de parentesco): _____

Sempre morou nesta cidade? () Sim () Não

Se não, veio de onde?

Há quanto tempo?

A família mudou de residência nos últimos 2 anos? Se sim, quantas vezes?

Qual o grau de satisfação em relação a seu bairro?

- () Muito satisfeito
() Satisfeito
() Depende (parcialmente satisfeito)
() Insatisfeito
() Muito insatisfeito

Explique sua resposta: _____

Quando precisa de algum tipo de ajuda, considera que pode obtê-la por meio dos serviços existentes no seu bairro?

- () Sim
() Às vezes

() Não

Quando precisa de algum tipo de ajuda, considera que pode contar com as pessoas que moram na vizinhança?

() Sim

() Às vezes

() Não

IV- Saúde

Como é a sua saúde? _____

Sofre alguma doença? _____

Costuma adoecer do que? _____

Aonde costuma ir quando fica doente? _____

Tem tomado alguma medicação? _____ Para quê? _____

Fuma? _____ Se sim, há quanto tempo? _____ Quantos cigarros por dia? _____

Bebe alguma bebida alcoólica? _____ Se sim, o que costuma beber e com qual frequência? _____ (desde quando???) _____

Já utilizou drogas ou alguma outra substância? _____

Ultimamente tem sentido mudanças em hábitos relacionados ao sono, apetite, etc? Quais? _____

Sofre de Depressão? _____

Já ficou internado? _____

V- Relacionamento Conjugal

Quanto tempo de relação conjugal (se existir)?

Como é a qualidade do relacionamento entre o casal (se existir)?

() Bom.

() Regular, pois às vezes há brigas/discórdias.

() Ruim, há muitas brigas e discussões/discórdias.

No caso de referir a existência de brigas/discórdia, as brigas são só verbais?

_____, ou às vezes, por perder a cabeça, pode chegar a se
pegar? _____

Os filhos já presenciaram brigas/discussões em casa?

No caso de pais separados/divorciados, há quanto tempo estão separados?

A separação foi difícil, com briga? _____

As crianças tem contato com o outro cuidador?

Se sim, com que frequência?

Se não, Por quê?

VI- Filhos

Idade em que teve seu primeiro filho: _____ anos

Gravidez Planejada?

Fez pré- natal?

Houve complicações pré-natal?

Vivia com o companheiro na época em que engravidou?

_____ (O pai do bebê? _____)

Número de filhos (registra-se o número total de filhos que teve o entrevistado, convivam ou não com ele ou ela, e o número total que convive na mesma moradia):

Qual o intervalo de tempo entre o nascimento de cada filho?

Idade: _____ data de nascimento: _____

Idade: _____ data de nascimento: _____

Idade: _____ data de nascimento: _____

Idade: _____ data de nascimento: _____

Idade: _____ data de nascimento: _____

Idade: _____ data de nascimento: _____

Quantos filhos menores de cinco anos? (computa-se a quantidade de filhos menores de cinco anos convivendo no lar - pode haver intervalo de tempo entre o nascimento de um ano, gêmeos, trigêmeos, adotivos ou em tutela)

Em relação aos filhos pequenos, a Sr(a) tem (tinha) ajuda para cuidar deles?

_____ Quem a ajudava (ajudava)?

Quantos filhos frequentam creche/escola? _____

ANEXO 2

Roteiro de Entrevista

Rapport: Como eu estava explicando, essa pesquisa tem a finalidade de compreender melhor de que maneira os pais estão educando seus filhos, quais as estratégias usam, as dificuldades que possuem, especialmente quando utilizam a punição física. Por isso, pode ficar à vontade, pois nossa ideia não é julgá-lo ou ficar orientando o que seria considerado “certo” ou “errado”. Nossa intenção, é apenas a de conhecer e compreender como as pessoas têm educado suas crianças, se usam a punição física, como a usam, e quais dificuldades possuem no dia a dia com as crianças. Podemos começar?

A) Relacionamento com os filhos/crianças de que cuida – rapport

- A1) Descreva um pouquinho como é seu relacionamento com cada um deles.
- A2) Quais as dificuldades que você possui no dia a dia em relação à educação deles?
- A3) Você tem dúvidas quanto à melhor forma de educa-los em algumas situações?
- A4) Quando eles fazem alguma coisa “errada”, ou alguma “arte”, o que você costuma fazer?
- A5) Você sente que suas ações dão resultado?

B) Uso de punição física/castigo corporal

- B1) Em que situações você faz uso de punição física?
- B2) Por quais razões você costuma achar necessário punir fisicamente?
- B3) Existem várias formas de se punir fisicamente uma criança. Como você costuma fazer? (Investigar especificamente algumas ações: puxões de orelhas ou cabelo, beliscões, tapas, socos, coques, chacoalhões, chutes, empurrões, queimar com cigarros ou objetos quentes, bater a cabeça contra parede, atirar objetos, bater com objetos, estrangular, asfixiar, amarrar).
- B4) Com que frequência normalmente isso ocorre (circular)? (Diariamente, 2 ou 3X Semana, Semanal, Mensal, Menos de uma por mês)
- B5) Em que partes do corpo você costuma bater? (Investigar especificamente: Cabeça, Cabeça-rostro, Tronco-peito, Tronco-costas, Abdômen, Pernas, Braços, Nádegas)
- B6) Você costuma bater usando algum objeto? Quais (Circular)? Chinelo, Cinto, Corda-cipó, Cabo de vassoura, Varinha-galho, Fio, Pedaco de pau, Cano, Mangueira de borracha, ou Outro (Citar)?
- B7) Se puder lembrar, me conte com mais detalhes alguma situação em que fez uso da punição física?
- B8) Quando você “bate” nas crianças, em geral qual é seu estado emocional? E depois que passa, como se sente?
- B9) Você acredita que a punição física é eficaz? Por quê?

C) Auto percepção enquanto mãe/pai

C1) Como você se percebe enquanto mãe/pai/cuidador? Se considera uma mãe/pai ruim, razoável, bom ou ótimo? E por quê?

D) Práticas positivas

D1) Você tem o hábito de conversar com suas crianças? (Sim ou Não)

D2) Com que frequência? (Diariamente, 2 ou 3X Semana, Semanal, Mensal, Menos de uma por mês)

D3) Sobre quais assuntos?

D4) Poderia me contar como foi a última conversa que teve com seu filho?

D5) Você costuma ser uma mãe/pai/cuidador mais próximo ou mais distante?

D6) Você elogia seus filhos? (Sim ou Não)

D7) Se sim, em quais situações isso ocorre? Me dê exemplos.

D8) Você tem o hábito de brincar com suas crianças? (Sim ou Não)

D9) Em geral, com que frequência? (Diariamente, 2 ou 3X Semana, Semanal, Mensal, Menos de uma por mês)

D10) Quais as atividades? (Desenho/pintura, Jogos-material, Jogos-computador, Bola-ativ.Física, Pipa, Faz de conta, Outro- citar qual)

D11) Vocês costumam ter atividades de lazer? (Sim ou Não)

D12) Com que frequência? (Diariamente, 2 ou 3X Semana, Semanal, Mensal, Menos de uma por mês)

D13) Quais as atividades? (Viagens, Praças/parques, Alimentação, Shopping, Pesqueiro, Filmes, Atividades, Casa de familiares ou amigos, Outro- citar qual)

ANEXO 3

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa

Campus de Ribeirão Preto

Of.CEtP/FFCLRP-USP/130/-vjmc

Ribeirão Preto, 15 de dezembro de 2014

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que o projeto de pesquisa intitulado "**DA PUNIÇÃO CORPORAL AO ABUSO FÍSICO: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E VARIÁVEIS PSICOSSOCIAIS ASSOCIADAS**" foi reanalisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 139ª Reunião Ordinária, realizada em 11.12.2014, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAAE n.º 36841614.8.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas, e que, ao término do estudo, um relatório final seja entregue, via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANDRÉIA SCHMIDT
Coordenadora

A Senhora
Roberta Noronha Azevedo
Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP

c/c:
Profa. Dra. Marina Rezende Bazon
Departamento de Psicologia da FFCLRP USP

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP
Fone: (16) 3602-4811
Fax: (16) 3633-2660 (direto) ou 3633-5015
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 23 - casa 37 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Homepage: <http://www.ffclrp.usp.br> - e-mail: cep@ffclrp.usp.br

ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Caracterização das práticas de educação de filhos e variáveis psicossociais associadas.

Pesquisadora responsável: Roberta Noronha Azevedo

Orientadora da Pesquisa: Profa. Dra. Marina Rezende Bazon

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável e Orientadora: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Você está sendo convidado (a) para participar do projeto de pesquisa acima identificado. Este documento contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir, a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo para você.

Esta pesquisa procurará investigar quais são as práticas dos pais ao educarem seus filhos e as dificuldades que vivem nas diversas situações no dia a dia com as crianças. Conhecer o que os pais fazem quando o filho apresenta comportamentos inadequados e adequados é o objetivo principal deste trabalho.

O interesse por este estudo se justifica no fato de outras pesquisas terem demonstrado que os pais lançam mão de diferentes recursos/métodos para criarem seus filhos de acordo com aquilo que consideram certo e errado, que e as diversas práticas utilizadas pelos pais ao educarem seus filhos alcançam resultados diferentes, que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento das crianças. Sabe-se também que os pais apresentam graus variados de dificuldades na hora de educar seus filhos. É comum que os pais não saibam como agir em determinadas situações ou que suas ações não produzam os resultados que esperam em relação ao comportamento das crianças.

Assim, acreditamos que o estudo que estamos propondo pode contribuir no sentido de ampliar a compreensão da realidade vivida no cotidiano dos pais ao educarem seus filhos. Essa compreensão é importante para que os profissionais da comunidade, que lidam com famílias, no sentido de auxiliá-las em suas necessidades relativas aos filhos, possam dispor de mais informações sobre como ajudar os pais em suas dificuldades na educação dos filhos.

Para realizar a pesquisa você terá que responder a questionários e a uma entrevista que abordarão temas diversos sobre seu cotidiano, especialmente no que diz respeito ao relacionamento na família e com os filhos. Nosso encontro será agendado e realizado em seu

domicílio, num momento/horário que melhor te convier. O mais provável é que seja necessário apenas um encontro para você responder tudo. Mas, se não conseguirmos terminar todas as perguntas no mesmo dia, agendaremos outro encontro em um dia e horário possível para você. A entrevista deve ter duração aproximada de 20 a 30 minutos e as perguntas do questionário, em torno de 40 minutos a uma hora.

Para registro das respostas que você der à entrevista, se você permitir, será utilizado um gravador de áudio. A gravação será descartada após o término da pesquisa. Mas se você se sentir desconfortável com isso, não utilizaremos o gravador e eu então anotarei suas respostas da melhor forma que puder.

É importante que você saiba que tudo o que falar durante a pesquisa, que as respostas que você der nos questionários e entrevista não serão divulgadas. Essas serão trabalhadas em conjunto, junto com as respostas de outros participantes, e somente as conclusões sobre os resultados obtidos poderão ser apresentadas em encontros científicos e publicados em revistas científicas especializadas.

Todos os dados pessoais dos participantes são mantidos em sigilo. Isso quer dizer que qualquer coisa que possa te identificar não será mencionada. Há previsão de que após a conclusão da pesquisa, os resultados do trabalho sejam divulgados em eventos e publicações científicas, porém como já foi dito, todos os seus dados pessoais ou informações associadas a eles não serão mencionados.

Não há riscos significativos ligados à sua participação na pesquisa, mas é possível que você se sinta desconfortável para responder alguma pergunta ou sinta que a pesquisa como um todo mexe com você e faz você ficar pensando nos assuntos que ela aborda. Nesses casos, você está livre para se recusar a responder uma ou outra questão, sem que isso traga qualquer prejuízo para você ou para a pesquisadora, e pode também solicitar algum tipo de orientação e apoio de natureza psicológica, uma vez que a pesquisadora é psicóloga e pode te ajudar com isso, após a realização da pesquisa. Se for necessário e desejado por você há também a possibilidade de a pesquisadora encaminhá-lo para atendimento no Centro de Atenção Psicossocial ou Centro de Referência de Assistência Social do município.

Como forma de retribuir sua participação neste trabalho, você será convidado a participar de palestras que serão agendadas e ministradas pela pesquisadora a respeito da educação de crianças.

Ademais, não há nenhum custo financeiro para sua participação na pesquisa e também não há qualquer forma de remuneração.

Você tem total liberdade de recusar, desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A sua desistência não acarreta nenhum problema para você.

No caso de participar da pesquisa você tem a garantia de ter conhecimento e obter informações sobre os procedimentos desta pesquisa e também sobre seus resultados a qualquer momento. Para isso poderá consultar o **pesquisador responsável** sempre que precisar através de telefone ou e-mail: rn_azevedo@yahoo.com.br ou pelo telefone (16) 3019 0953, e também a professora Marina, que orienta essa pesquisa, pelo telefone (16) 3315-3830.

Em caso de discordância com os procedimentos ou de irregularidades de natureza ética você também poderá contatar o **Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto - USP**, com endereço na Avenida Bandeirantes, 3900 – bloco 23 – casa 37 – 14040-901 – Ribeirão Preto – SP - Brasil. Fone: (16) 3315-4811/Fax: (16) 3315-2660. E-mail: coetp@ffclrp.usp.br.

Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual conteúdo e forma, ficando uma em minha posse.

_____, (), _____ de _____ de _____.

Nome do voluntário (a): _____

Carteira de Identidade RG nº: _____

Assinatura do voluntário

Roberta Noronha Azevedo
Pesquisadora responsável
Contato: (16) 30190953

ANEXO 5

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A FORMAÇÃO DE
BANCO DE DADOS**

Pesquisadora responsável: Marina Rezende Bazon (mbazon@ffclrp.usp.br)

Endereço e telefone: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto/SP – Fone/Fax: (0xx16) 3315-3830

Local da Pesquisa: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Entendendo que você participará da pesquisa "**Caracterização das práticas de educação de filhos e variáveis psicossociais associadas**", o propósito deste documento é solicitar sua permissão para que as informações que nos deu por meio da entrevista e dos questionários, possam ser guardadas, com vista a constituir o que nós pesquisadores chamamos de “banco de dados”. Banco de Dados é o armazenamento de informações de uma pesquisa, como esta que estou realizando, para que essas informações sejam utilizadas, em termos científicos, em outras pesquisas, na mesma área de interesse.

As informações obtidas em uma pesquisa são variadas, dependendo do tipo de pesquisa que é realizada. **No nosso caso, as informações armazenadas serão as respostas que você dará às perguntas que farei e essas serão armazenadas, como dados em um computador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, sob a responsabilidade da Professora Marina Rezende Bazon, que é a minha orientadora. Ela se torna responsável por essas informações armazenadas e pode ser contatada pelo (a) senhor (a), no endereço e/ou telefone acima indicados, sempre que tiver dúvidas em relação à pesquisa e em relação ao que está sendo feito com o “banco de dados”.**

O objetivo maior disto é de que essas informações possam ser utilizadas futuramente por outros pesquisadores como eu, do mesmo grupo de pesquisa a que pertenço, que é coordenado pela professora Marina. Esse grupo na USP se interessa por estudar as práticas educativas utilizadas pelos pais de crianças e as dificuldades que vivenciam no cotidiano com seus filhos.

É importante que o(a) senhor(a) saiba que mesmo que diferentes pesquisadores venham a ler e estudar as informações dadas, todos estão igualmente comprometidos com a confidencialidade e o anonimato dos informantes. Ou seja, de igual maneira, outras pesquisas que vierem a ser feitas com as informações dadas e armazenadas no “banco de dados” não exporão em hipótese algum a intimidade dele, assim como na minha pesquisa eu me comprometo com isso.

Você pode a qualquer momento obter informações dos resultados e das formas como os outros pesquisadores vierem a utilizar estes dados, inclusive após o término desta pesquisa que está participando. É também importante dizer que **você pode a qualquer momento decidir que as informações armazenadas no Banco de Dados não**

sejam mais utilizadas por nenhum pesquisador. Nestas situações entre em contato com a Professora Marina pelo telefone ou endereço abaixo.

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

Eu li este documento e entendo sou livre para aceitar ou recusar a participação, e que posso interromper a participação a qualquer momento sem dar qualquer razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados na formação de um Banco de Dados.

Eu entendi a informação apresentada neste Termo de Consentimento. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas minhas dúvidas foram esclarecidas.

Eu gostaria de ser avisado quando uma nova pesquisa for realizada utilizando as informações oferecidas pelo meu filho, armazenadas no Banco de Dados.

() SIM () NÃO

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento de Consentimento Informado.

_____	_____	_____
Nome do Responsável	Assinatura	Data
_____	_____	_____
Nome da Pesquisador	Assinatura	Data

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 23 – casa 37 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Fone: (16) 3315-4811 / Fax: (16) 3315-2660
E-mail: coetp@ffclrp.usp.br